

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – MARÍLIA/SP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

RESISTÊNCIA E COLABORAÇÃO NA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.
UMA ANÁLISE DAS OPERÁRIAS COSTUREIRAS DE NOVA FRIBURGO/RJ

Rômulo de Souza Castro

Marília, São Paulo

Junho de 2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – MARÍLIA/SP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

RESISTÊNCIA E COLABORAÇÃO NA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.
UMA ANÁLISE DAS OPERÁRIAS COSTUREIRAS DE NOVA FRIBURGO/RJ

Rômulo de Souza Castro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Giovanni Alves.

Marília, São Paulo

Junho de 2011

Castro, Rômulo de Souza.

**Resistência e Colaboração na reestruturação
produtiva. Uma análise das operárias costureiras de Nova
Friburgo/RJ/ Rômulo de Souza Castro. – Marília, 2011.**
154 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade
de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2011.
Bibliografia: f. 147-154.
Orientador: Giovanni Alves

1. Reestruturação Produtiva. 2. Precariedade do Trabalho.
3. Resistência e Dominação. I. Autor. II. Título

**RESISTÊNCIA E COLABORAÇÃO NA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.
UMA ANÁLISE DAS OPERÁRIAS COSTUREIRAS DE NOVA FRIBURGO/RJ**

Rômulo de Souza Castro

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual Paulista, UNESP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Aprovada por:

Prof: _____ (Orientador)

Giovanni Pinto Alves

Prof: _____

Francisco Luiz Corsi

Prof: _____

Andrey Cordeiro Ferreira

Suplentes:

Prof^a: _____

Fábio Kazuo Ocada

Prof: _____

Ariovaldo de Oliveira Santos

Dedico este trabalho:

Aos meus pais, Marlene e Paulo, pelo esforço, carinho e ensino,
por toda a vida de dedicação à minha educação e de meu irmão.

Ao meu irmão Paulo, que junto comigo superou
dificuldades e com quem vivi grandes dias da juventude,
ao lado de grandes amigos.

À Izabel, companheira e amor da minha vida,
pelo total apoio, carinho e amor.

Aos amigos e camaradas de luta.

À memória do uruguaio Hugo Nelson Márquez Malvarez,
com quem tive o prazer de conviver.

Às Operárias Costureiras de Nova Friburgo,
pela resistência diária para conseguir sobreviver.

Agradecimentos

Primeiramente gostaria de agradecer aos amigos e companheiros que me ajudaram de alguma forma nas discussões políticas e teóricas: Augusto Rosa, Selmo Nascimento, Andrey e Sergio Muniz. De uma maneira ou de outra, este trabalho só foi possível devido as nossas discussões políticas e teóricas, e grande parte do estímulo vem dos objetivos que nos propomos a alcançar.

Outros amigos e camaradas como Felipe Garcia, Marcus Viegas, João, Carla Castro também estiveram de alguma forma presentes, através das discussões e atividades que realizávamos.

Ao amigo e camarada Alvaro Quellas, que conheci no PPGCS/UNESP Marília com quem pude contar com o fundamental apoio em momentos difíceis desta caminhada e pelo diálogo que mantivemos ao longo das aulas e das viagens que realizamos do Rio de Janeiro e Juiz de Fora para Marília. Não poderia deixar de lembrar da amiga e camarada Ana Livia e da pequena Marina. Três grandes amizades que espero continuar a cultivar.

Dos amigos e colegas do PPGCS/UNESP Marília agradeço o apoio e as discussões que muito me auxiliaram de Esdras, Sara Curcio, Paula, Anderson Deo e Marcelo Lira. Aos colegas da graduação de Filosofia e Ciências Sociais da UNESP-Marília que tive a oportunidade de debater e agir enquanto estive presente na universidade. Agradeço ao Roberto pelas dicas e orientações dadas em um momento tão difícil. Não poderia deixar de agradecer ao corpo discente da pós, bem como os nossos representantes.

Agradeço especialmente ao professor Giovanni Alves por todo seu apoio, pela orientação e toda liberdade necessária para o desenvolvimento deste trabalho, sempre com comentários críticos importantíssimos, que me permitiram concluir este trabalho.

As aulas que tive com os professores Marcos Cordeiro e Marcos del Roio que muito me auxiliaram. Ao corpo docente da pós graduação.

Gostaria de agradecer a Célia, uma importante colaboradora no trabalho de campo que fiz na cidade, a Wallace, amigo que ajudou em entrevistas e visitas no interior de confecções, bem como a Neth, Patrícia e Maria pelas entrevistas e dicas dadas para o desenvolvimento da pesquisa.

Enfim um agradecimento a todas as pessoas com quem conversei, entrevistei e convivi nas portas das fábricas e que fizeram do trabalho de campo um desafio e ao mesmo tempo uma experiência de vida importante.

RESUMO

Neste trabalho buscamos analisar as formas de resistências das operárias costureiras de Nova Friburgo-RJ e suas contradições no processo de reestruturação produtiva local. Para tanto, foi necessário analisar as estratégias utilizadas pelas operárias no ambiente de trabalho e quais foram os resultados desta luta econômica. Neste sentido, procuramos entender o processo de reestruturação produtiva a partir das próprias ações das operárias costureiras na luta pela autonomia do trabalho. A ideia de exploração a partir da teoria de Bakunin foi fundamental para entender o processo local de reestruturação produtiva, uma vez que a exploração, entendida como categoria sociológica e política, se constitui através das relações estabelecidas pela intensidade da guerra de classes, que limita a vontade dos trabalhadores através da ação de controle exercida pelos capitalistas. Assim, foi possível perceber as péssimas condições de trabalho, através do sistema extra-rodízio, a expansão das micros e pequenas empresas do trabalho e do trabalho domiciliar como características da própria mudança social resultado da luta de classe.

Palavras-Chave: Reestruturação Produtiva; Precariedade do Trabalho; Resistência e Dominação

RÉSUMÉ

Dans cette étude nous avons cherché à analyser les formes de résistance de la part des travailleurs couturières en Nova Friburgo-RJ et les contradictions dans le processus de restructuration de la production locale. Ainsi, il était nécessaire d'analyser les stratégies utilisées par les travailleurs au travail et quelles ont été les résultats de cette lutte économique. En ce sens, nous comprenons le processus de restructuration de la part des travailleurs propres des couturières dans la lutte pour l'autonomie professionnelle. L'idée d'exploration à partir de la théorie de Bakounine était essentiel pour comprendre le processus de restructuration productive locale, depuis l'opération, entendue comme catégorie sociologique et politique, est constituée par les relations établies par l'intensité de la guerre de classe, ce qui limite la volonté des travailleurs à travers l'action de contrôle exercé par les capitalistes. Ainsi, il a été révélé les conditions de travail épouvantables, à travers de le systeme extra rotation, l'expansion de la micro et petites entreprises et de travail à domicile comme caractéristiques de changement social résultat de la lutte de classe.

Mot-Clé: Restructuration de la Production; Précarité du Travail; Résistance et Domination

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Resistência e Colaboração na Reestruturação Produtiva.....	16
Dificuldades do trabalho de campo.....	27
O trabalho de campo.....	29
Capítulo 1 -A Formação da Classe Operária de Nova Friburgo.....	31
A classe operária e o regime despótico fabril.....	35
Os 60 anos gloriosos da burguesia (1933-1983) – consolidação de um processo de exploração e dominação.....	42
Os tecelões em luta e as primeiras confecções.....	49
Ano 90 e a aglomeração setorial friburguense.....	56
O processo Terceira Itália.....	61
A política de reestruturação produtiva.....	67
Capítulo 2 - A Condição de Trabalho das Costureiras.....	76
As mudanças na situação e condição de trabalho na Filó/Triumph.....	80
A exploração e a produção <i>self-service</i>	88
A polivalência da operária costureira.....	98
O Trabalho Informal.....	102
As consequências para a saúde.....	108
Capítulo 3 – Dominação, colaboração e resistência: dilemas do operariado friburguense.....	112
A Filó/Triumph na manutenção dos baixos salários.....	117
O trabalho em domicílio como resistência.....	130
A experiência coletiva local.....	133
CONCLUSÃO.....	139

SIGLAS

Abit – Associação Brasileira da Indústria Têxtil
Afinco – Associação Friburguense das Indústrias de Confeção
Apex-Brasil – Agência de Promoção de Exportação-Brasil
APL – Arranjo Produtivo Local
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH – Banco Nacional de Habitação
CAD – Computer Aided Design
CAM – Computer Aided Manufacturing
Cepal – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNB – Construindo um Novo Brasil
CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DORT – Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho
Enos – Encontro Nacional das Oposições Sindicais
Entoes – Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical
Fevest – Feira do Vestuário
Fiesp – Federação das Indústrias de São Paulo
Firjan – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
FTIVERJ – Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário do Estado do Rio
LAP – Laboratório de Apoio a Produções
Lemec – Laboratório de Ensaios Mecânicos e Metrologia
LER – Lesões por Esforços Repetitivos
MUT – Movimento de Unificação dos Trabalhadores
NCST – Nova Central Sindical dos Trabalhadores
OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCB – Partido Comunista do Brasil
PCI – Partido Comunista Italiano
PDP – Política de Desenvolvimento Produtivo
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PS – Partido Socialista
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social-democracia Brasileira
PSP – Partido Social Progressista
PST – Partido Social Trabalhista
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
Saec – Sociedade Alemã de Escola e Culto
Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Sinvest – Sindicato das Indústrias do Vestuário
STIFTNF – Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Nova Friburgo
STINVNF – Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Nova Friburgo
UCC – Unidade Computadorizada de Corte
UDN – União Democrática Nacional

ILUSTRAÇÕES

Fotos

Ilustração 1. Operários da tinturaria. 1921	PG 35
Ilustração 2. Vila operária e clube recreativo rendas Arp.....	PG 36
Ilustração 3. Fábrica de rendas Arp. Anos 20.....	PG. 37
Ilustração 4. Time de vôlei feminino da fábrica de rendas Arp. 1937.....	PG. 39
Ilustração 5. Fábrica Ypu. Anos 30	PG 41
Ilustração 6. Comemoração do Dia dos Trabalhadores na Arp. Em 1935.....	PG 43
Ilustração 7. Mulheres no trabalho de confecção de rendas. 1955	PG.45
Ilustração 8. Fábrica Ypu, à direita na foto. Anos 2000.....	PG.50
Ilustração 9. Fábrica de rendas Arp. Anos 90.....	PG 57
Ilustração 10. Fábrica Triumph/Filó no primeiro plano. Ao redor, as casas da vila operária.....	PG72
Ilustração 11. Operárias da Filó/Triumph na Greve de 2010.....	PG119
Ilustração 12. Luzineth (diretora do STIVNF), lavando roupa na Filó, num setor isolado da produção.....	PG124

Gráficos

Gráfico 1. Comparação de evolução salarial.....	PG120
Gráfico 2. Saldo admitidos x demitidos.....	PG128
Gráfico 3. Saldo admitido e demitido por trimestre.....	PG130

Tabelas

Tabela 1. Número de operários de M. Falck & Cia (Ypu).....	PG 39
Tabela 2. Diferença salarial entre o salário mínimo nacional (SMN) e das costureiras.....	PG121
Tabela 3. Valor em reais de aumento salarial em referência ao ano anterior.....	PG121

GLOSSÁRIO

INTERLOQUE/OVERLOQUE: máquinas de costura industriais própria para confecção em tecidos planos e de malhas, nas etapas de preparação ou acabamento das peças.

TRAVETE: Máquina de costura industrial utilizada no reforço da costura.

ZIG ZAG, TRÊS PONTOS: Máquina de costura industrial utilizada para rebater elásticos em lingerie. É própria para a confecção em tecidos de malha, na etapa de acabamento das peças.

Capitão de indústria

Marcos Valle | Paulo Sérgio Valle

Eu às vezes fico a pensar
Em outra vida ou lugar
Estou cansado demais
Eu não tenho tempo de ter
O tempo livre de ser
De nada ter que fazer

É quando eu me encontro perdido
Nas coisas que eu criei
E eu não sei

Eu não vejo além do fumaça
O amor e as coisas livres, coloridas
Nada poluídas

Ah, Eu acordo pra trabalhar
Eu durmo pra trabalhar
Eu corro pra trabalhar

Eu não tenho tempo de ter
O tempo livre de ser
De nada ter que fazer

Eu não vejo além do fumaça
Que passa e polui o lar
Eu nada sei

Eu não vejo além disso tudo
O amor e as coisas livres, coloridas
Nada poluídas

Volvió el noble trabajo
pucha qué triste
que nos brinda el pan nuestro
pucha qué triste
me meto en el atraso
hasta cuando dios mío

como un viejo tornillo
como cualquier gusano
me meto en el atraso
y el atraso me asfixia,
dos veinte, cinco quince,
me aplasta, me golpea,
once setenta, mil
trescientos veintiuno,

se me perdió una cifra
estaba aquí y ahora
tres falsos contrasientos
gotean de mi bolsillo
alguien llama alguien manda
pucha qué triste
alguien

se metió en el atraso
desordenó las pistas
y en cada diferencia
añadió tres centésimos.
Volvió el noble trabajo
aleluya
qué peste
faltan para el domingo
como siete semanas

Mario Benedetti, “Lunes”, in Poemas de la Oficina.

Introdução

O objetivo desta dissertação é analisar as formas de resistências das operárias costureiras de Nova Friburgo e suas contradições no processo de reestruturação produtiva local. Para tanto, foi necessário analisar as estratégias utilizadas pelas operárias no ambiente de trabalho e quais foram os resultados desta luta econômica.

Nova Friburgo está localizada na mesorregião do centro-norte do estado (Duas Barras, Bom Jardim, Sumidouro, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Macuco, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto, Trajano de Moraes, Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Sapucais e Três Rios) e na microrregião que compreende os municípios de Bom Jardim, Duas Barras e Sumidouro. Possui 933 km² de extensão, está a uma altitude de 847 metros e a uma distância de 137 km da capital do estado do Rio de Janeiro. A cadeia de montanhas que circunda o município faz parte da Serra do Mar, onde se situa o Pico Maior de Friburgo (2.316m), ponto culminante da serra. A cidade fica dentro de um vale banhado pelos rios Macaé, Bonito, Cônego e Santo Antônio. Estes dois últimos formam o Rio Bengalas, no centro do núcleo urbano principal, que deságua no Rio Grande, no município de Bom Jardim, que, por fim, desembocará no Rio Paraíba do Sul.

Primeiramente a cidade se desenvolveu como um entreposto comercial entre as fazendas de café de Cantagalo e o porto do Rio de Janeiro e, posteriormente, como estância de veraneio devido às condições climáticas. Durante o século XIX, o atual município de Nova Friburgo recebeu contingentes de imigrantes suíços e alemães, estimulados pelo governo brasileiro.

Os primeiros investimentos industriais são realizados no início do século XX, vinculados à inserção do país na economia internacional (CORREA, 1985), caracterizada no final do século XIX pelo imperialismo e pela concorrência monopolista que possibilitava a abertura de novos mercados. Através de uma política agroexportadora, o Brasil foi inserido na economia internacional, desenvolvendo na cidade do Rio de Janeiro um importante porto de importação e exportação, com florescentes atividades comerciais e financeiras (IANNI, 1965).

A articulação de empresários alemães da cidade do Rio de Janeiro, oriundos do setor comercial e financeiro, com altos funcionários do Deutsh Bank, que conheciam a cidade devido à colônia alemã, com apoio do político friburguense Galdino do Valle Filho¹, foi

¹ Galdino do Valle Filho é um médico que liderava um grupo político liberal na cidade, defendendo a industrialização e se opondo ao grupo político liderado pelo coronel Galiano das Neves. Galdino fez oposição a

fundamental para o início da industrialização na cidade.

Além do apoio de um grupo político local, que garantiu a concessão de eletricidade para as indústrias, a vantagem de uma localização geográfica favorável, próxima do Rio de Janeiro, e a presença de um contingente enorme de força de trabalho oriunda das fazendas de café da região, em declínio, e das pequenas propriedades de subsistência, representada principalmente por colonos imigrantes, possibilitaram a manutenção de salários extremamente baixos (CORREA, 1985), inferiores à média das indústrias nacionais e mesmo à média salarial do trabalho agrícola da região. Após a implementação e consolidação das indústrias têxteis, formou-se na localidade um polo industrial essencialmente têxtil e metal-mecânico, que se manteve em plena atividade, tanto que, em 1968, a multinacional suíça de *lingerie*, Triumph, comprou a Filó, indústria local fundada em 1925. Até a década de 1980, as indústrias têxteis e de vestuário representavam 55% da produção industrial da cidade e concentravam grandes parcelas de trabalhadores em grandes unidades fabris organizadas segundo o padrão fordista. Também é importante salientar que a cidade de Nova Friburgo é um importante produtor de alimentos, de hortifrutigranjeiros, do Estado do Rio de Janeiro. O que demonstra, de certa maneira, as estratégias utilizadas pelos industriais em instalar indústrias em áreas rurais.

A partir dos anos 1980 iniciou-se uma reestruturação produtiva no parque industrial na cidade, que levou, de maneira geral, à expansão de um novo grupo de operárias, as costureiras, e ao declínio do antigo grupo operário, os tecelões. Neste sentido, centenas de micro e pequenas confecções surgiram, como parte da estratégia de sobrevivência de operárias e operários demitidos. Entretanto a fração da classe burguesa local vinculada ao setor de comércio e turismo estimulou a criação dessas confecções. Nos anos 1990, a Firjan inicia um projeto de desenvolvimento econômico local com base na experiência da “Terceira Itália”. De maneira geral, essa experiência teve um grande sucesso devido à política de colaboração e pacto social estabelecida pelo Partido Comunista Italiano na região.

Estas costureiras trabalham em centenas de micro e pequenas empresas, formais e informais, e em domicílio concentradas na produção de roupa íntima feminina. Entretanto, este processo não se iniciou a partir de um processo de terceirização da produção de grandes empresas, mas foi parte das contradições da luta de classe na cidade. A transformação do parque industrial local com demissões e a resistências de grupos operários, como os tecelões,

Vargas, se exilou por um tempo em Portugal, e depois participou da União Democrática Nacional (UDN).

a necessidade de sobrevivência do grupo doméstico e as ações e contradições de resistências das operárias costureiras ao longo dos anos 90 e 2000.

Atualmente a cidade possui 182.016 habitantes, sendo que, deste total, 159.335 vivem na área urbana. A indústria de transformação emprega, hoje, 48,7% da população economicamente ativa (PEA) da cidade e 60% do PIB (Produto Interno Bruto) do município, o 19º do estado, é originário de atividades industriais. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego de 2009, a indústria de transformação emprega 9.156 mulheres, dos 17.675 trabalhadoras e trabalhadores, dos quais 9.156 são operárias. Só o setor de moda íntima emprega em torno de dez mil proletárias, o que corresponde a 35% dos empregos formais do município.² A indústria de transformação tem uma remuneração média na cidade de R\$ 954,50 para os operários e R\$ 641,15 para as operárias, o que demonstra um forte segmentação do mercado de trabalho pela questão de gênero.

A microrregião centro-norte fluminense tem cerca de 800 empresas de confecção voltadas para o mercado de moda íntima, representando a atividade principal da indústria têxtil e de vestuário local. A maioria delas está localizada na cidade de Nova Friburgo. Em alguns segmentos do mercado de *lingerie*, este polo é responsável por 25% do abastecimento do mercado brasileiro, gerando em torno de 20 mil postos de trabalho – 10 mil diretos.

A maior parte das confecções da região (68,5%) é formada por microempresas que têm entre um e nove trabalhadores. Em segundo lugar, representando 29,9% do total, ficam as pequenas empresas, que empregam entre 10 e 49 pessoas.³ As confecções de Nova Friburgo, Bom Jardim, Cordeiro, Cantagalo e Duas Barras têm, juntas, um faturamento anual em torno de R\$ 600 milhões, considerando apenas a atividade industrial e sua distribuição. Segundo dados do Ministério do Trabalho, a profissão específica de costureira é a segunda que mais abre postos de trabalho na cidade há uma década, perdendo apenas para vagas de vendedores.

Portanto, o projeto político da Firjan e da classe burguesa local teve como ponto importante a criação do chamado Polo de Moda Íntima, que se insere na estratégia da Associação Brasileira de Indústrias Têxteis (Abit). Esse projeto passou a ser incorporado como projeto-piloto do governo federal, ainda em 2000, e evoluiu para o chamado desenvolvimento de arranjos produtivos locais, com base na proposta de distritos industriais *marshallianos*. Com isso, a reestruturação produtiva significou a formação de uma

² Segundo a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN).

³ Informação no site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=3101#Levantamento%20APLs>).

aglomeração industrial de produção de roupa íntima feminina, com base em um regime de exploração despótico.

Resistência e Colaboração na Reestruturação Produtiva

Para melhor compreensão do processo de reestruturação produtiva na cidade de Nova Friburgo usamos uma abordagem antropológica do trabalho. Utilizamos as referências críticas de Ferreira (2008) acerca da problemática colocada no campo da antropologia sobre a análise das mudanças sociais dentro do paradigma da ordem, onde o conflito, a luta e a guerra são vistos como patologias.

Para uma análise da mudança social dentro da etnografia e da antropologia, Ferreira (2007) recorre ao socialismo e ao pensamento revolucionário, centralmente à formulação de Bakunin,⁴ o que

garante o estabelecimento de um efetivo anarquismo epistemológico, no sentido da interiorização da mudança social, do conflito, da ação e da transformação como determinantes do ‘ser’ dos sujeitos e objetos do mundo real; a ideia da multicausalidade ou da pluralidade das forças agentes orientará nossa abordagem das relações de poder e também da mudança social. O conflito, a luta e a guerra como operadores centrais da organização social (FERREIRA, 2007, 47).

O autor afirma ainda que

os saberes críticos da sociedade, dentro do campo socialista, ao mesmo tempo reivindicavam para si um duplo estatuto: o da cientificidade e o caráter de classe – em oposição a qualquer tipo de neutralidade. É neste acervo que iremos buscar as referências metodológicas. Uma teoria é o que poderíamos chamar de **materialismo sociológico** de Mikhail Bakunin e que se propõe a tomar a própria mudança como elemento constitutivo da vida material, sendo a noção de **ação e de forças agentes** as principais (FERREIRA, 2007, 45, grifo do autor).

Neste sentido, procuramos entender o processo de reestruturação produtiva a partir das próprias ações das operárias costureiras na luta pela autonomia do trabalho. Assim, foi fundamental a utilização da etnografia e da antropologia para compreensão da própria luta pelo controle do trabalho e as diversas forças agentes, locais, regionais, nacionais e internacionais, que impactaram o processo local de reestruturação produtiva.

Portanto, para Bakunin, a mudança-transformação contínua faz parte do mundo natural

⁴ A formulação de Bakunin se dá a partir da fusão de ideias proudhonianas com a absorção crítica de ideias positivistas, condensadas no que ele denomina de visão materialista.

e social e a luta pela sobrevivência tem correspondência na luta política e de classes, no mundo social. Ou seja, as ações refletidas e conscientes/espontâneas de luta pela autonomia do trabalho, pela liberdade, são fundamentais para entender as contradições da mudança social na classe operária friburguense.

Essa abordagem é fundamental, pois o processo de mudança-transformação na exploração local do trabalho é usualmente analisado de forma catastrófica e saudosista, ao idealizar um passado e uma ordem social sem conflitos, como é o caso de setores da classe dominante e mesmo em relatos dos trabalhadores, ou uma posição ufanista de uma mudança-transformação que reencontrou o caminho de uma ordem, só possível devido, no caso friburguense, ao passado colonizador teuto-suíço, como é o atual discurso oficial das classes dominantes organizadas na Associação comercial local, na Câmara dos Dirigentes Logistas e no Sindicato das Indústrias do Vestuários de Nova Friburgo.

Portanto, a análise da exploração do trabalho que desenvolvemos está referenciada na teoria materialista sociológica de Bakunin (*idem*). E, para tanto, o conceito de liberdade, com significados ou transcrição filosófica e político-social, é colocado por Bakunin em um nível de centralidade.

O conceito filosófico de liberdade está profundamente imbricado com o conceito de trabalho. Como indica Ferreira (2010), na teoria da realidade material de Bakunin, “o mundo real e o mundo natural são o mundo da determinação-variação, das relações de ação-reação, de um lado, e da luta pela vida, pela reprodução da própria existência, de outro” (P.12).

Assim, o mundo social, nas suas primeiras manifestações históricas, se apresenta no pensamento de Bakunin não como uma forma livre, mas como forma ultradeterminada, subordinada e dependente do mundo natural:

Y, sin embargo, existe en el seno de esa misma naturaleza una esclavitud de que el hombre debe libertarse bajo pena de renunciar a su humanidad: es la del mundo exterior que le rodea y que se llama habitualmente *la naturaleza exterior*. Es el conjunto de las cosas, de los fenómenos y de los seres vivos que le obsesionan, le envuelven constantemente por todas partes, sin los cuales y fuera de los cuales, es verdad, no podría vivir un solo instante, pero que, sin embargo, parecen conjurados contra él, de suerte que a cada instante de su vida está forzado a defender contra ellos su existencia. El hombre no puede existir sin ese mundo exterior, porque no puede vivir más que en sí y no puede alimentarse más que a expensas suyas; y al mismo tiempo, debe salvaguardarse contra él, porque ese mundo parece querer devorarlo siempre a su vez. (BAKUNIN, 2003a, p.11)

A liberdade só pode ser conquistada pelo trabalho e pelo pensamento, ela não é o ponto de partida do mundo social, que, segundo Bakunin, é inicialmente limitado pela realidade, pelas forças naturais e materiais que limitam a ação e a vida dos homens.

Es únicamente por el pensamiento por lo que el hombre llega a la conciencia de su libertad en ese medio natural de que es producto; pero es sólo el trabajo que la realiza. Hemos observado que la actividad que constituye el trabajo, es decir, la obra tan lenta de la transformación de la superficie de nuestro globo por la fuerza física de cada ser vivo, conforme a las necesidades de cada uno, se encuentra más o menos desarrollada en todos los grados de la vida orgánica. Pero no comienza a constituir el trabajo propiamente humano más que cuando, dirigida por la inteligencia del hombre y por su voluntad reflexiva, sirve a la satisfacción, no sólo de las necesidades fijas y fatalmente circunscritas de la vida exclusivamente animal, sino aun de las del ser pensante, que conquista su humanidad afirmando y realizando su libertad en el mundo (*idem*, 2003b, p.36).

Portanto, a categoria trabalho que utilizamos unifica uma dimensão histórica, da exploração pelo capital, com um dimensão ontológica (portadora, por sua vez, de uma outra dimensão, gnoseológica, já que é o pensamento/conhecimento que qualifica e dá a especificidade do trabalho humano).⁵

Como afirma Ferreira (2010):

A capacidade formal do pensamento e da linguagem é, no entendimento de Bakunin, o elemento base que diferencia o homem e o mundo social do mundo natural. Simultaneamente, esta capacidade formal se apresenta como uma necessidade material, a necessidade do saber realizada pela atividade do trabalho. O trabalho é uma categoria geral, constitutiva da atividade dos seres vivos, e passa a ser especificamente humano pelo pensamento (FERREIRA, 2010, p.13).

O pensamento humano se traduz sob estas duas formas, a de instinto e a de vontade. A liberdade, realizada por meio do conhecimento e do trabalho, implica que o pensamento se desloca do instinto (forma comum de expressão das ações animais, como reação a impulsos e necessidades orgânicas e materiais) para a vontade, ação consciente do homem. O homem deixa de agir por instinto (por determinações meramente exteriores e interiores) para agir por meio da vontade, ou seja, deixa de reagir ou orientar suas ações por forças que não compreende para agir pela compreensão das suas motivações e determinações (*idem*).

Portanto, somente através do trabalho, atividade de transformação do mundo material, é que o homem é capaz de chegar à liberdade enquanto vontade, ação refletida e consciente, e

⁵ Ao mesmo tempo, ao definir o proletariado ou povo como a classe dos trabalhadores em geral, no campo e na cidade, Bakunin estabelece as bases para uma unidade orgânica e horizontal entre esses setores dentro da revolução social (FERREIRA, 2010).

transformar o mundo exterior de acordo com suas necessidades e vontades. A luta pelo trabalho, em sua plena autonomia, é a luta pela liberdade, portanto conflito central na sociedade de classe.

Neste sentido, a categoria exploração é fundamental em nosso trabalho. Uma vez que o trabalho, pensamento e ação, do homem está limitado pela exploração e dominação exercida pelas classes dominantes. Como demonstramos, ela não está circunscrita à ideia econômica de subsunção real do trabalho ao capital (Mészáros, 2009). Como observa Bihr (1998) a análise marxista sub-valoriza a luta econômica, os conflitos entre as classes, e sobrevaloriza as transformações produtivas e tecnológicas. Ou seja, o conceito de exploração é apagado como operador teórico ou, frequentemente, como parte do discurso que aniquila o agente/sujeito destas relações.

Neste sentido a ideia de exploração a partir da teoria de Bakunin foi fundamental para entender o processo local de reestruturação produtiva. Uma vez que a exploração, entendida como categoria sociológica e política, se constitui através das relações estabelecidas pela intensidade da guerra de classes, que limita a vontade dos trabalhadores através da ação de controle exercida pelos capitalistas. Na luta pela liberdade, que é a libertação do trabalho e do pensamento (da ação e do saber), ora as ações proletárias obtêm maior sucesso na resistência à exploração, ora intensifica-se a exploração, na medida em que os capitalistas necessitam aumentar o seu lucro. Assim, a exploração é fruto das relações estabelecidas entre as classes sociais e nas lutas travadas por elas, pela manutenção e destruição das condições de exploração. Neste caso, a luta de classe travada entre capitalistas, que procuram manter a exploração, e os trabalhadores, que procuram resistir a ela.

Para melhor compreender a dinâmica da reestruturação produtiva no âmbito local foi fundamental a utilização da metodologia etnográfica e da antropologia para analisarmos as formas de resistências e as contradições das táticas e estratégias utilizadas pelas operárias para enfrentar os capitalistas locais. Neste sentido a obra de Santo (2008) teve uma importante contribuição, uma vez que sua etnografia abordou as mudanças sociais no ambiente de trabalho da Triumph a partir da comparação de relato de duas costureiras, cada uma de gerações distintas. Assim, o autor fez uma importante pesquisa ao demarcar a segmentação do mercado de trabalho pela questão geracional, que vem a ser uma das características locais.

Também foi importante a utilização da noção de regime despótico fabril que utilizamos a partir de Burawoy (1990). Entretanto designamos esta noção para compreender o

regime de exploração local com base no controle brutal do tempo e do corpo das operárias e nas péssimas condições de trabalho a que estão submetidas as costureiras.

Para a melhor compreensão da atual situação de exploração das costureiras friburgueses, procuramos usar a noção de Marini (1991) a respeito do tipo de relação que se estabelece entre países centrais e periféricos. Nesse caso, a noção de dependência é “entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 1991, 85).

Nos anos 1990 temos um contínuo processo de desindustrialização observado por autores como Filgueiras (2003) e Carneiro (2002) e que diminui a complexidade do setor industrial brasileiro, na medida em que o governo federal adotava as políticas econômicas defendidas pelo Consenso de Washington. Entretanto a análise do processo de desindustrialização deve ser inserida na resposta da burguesia internacional aos avanços conquistados por categorias de trabalhadores nos países centrais. Ou seja, a uma necessidade de retomada do aumento da taxa de mais-valia a partir dos anos 1970. Também é importante ressaltar as relações interestatais, como, por exemplo, as consequências e desdobramentos da Guerra do Vietnã.

A política econômica dos países centrais, em resposta aos avanços conquistados nos anos 1960, provocou um deslocamento de setores industriais e a expansão do mercado para a Ásia, sobretudo na China. Entretanto essas duas relações estão intimamente ligadas à necessidade de transferência de valor entre as economias periféricas e centrais, ou seja, à acumulação da mais-valia produzida na periferia apropriada pelo centro.

A explicação para este fato passa fundamentalmente pela análise da concorrência intrasetorial (dentro de um mesmo setor produtivo) e da concorrência intersetorial (entre setores distintos de produção) e se articula necessariamente com a análise da tendência à queda da taxa de lucro – que, embora seja tratada com maior cuidado mais adiante nesta seção, merece ser aqui pelo menos apontada, pois é o eixo através do qual se desenvolvem os tipos de concorrência antes mencionados. Objetivamente, o que ocorre é que as economias dependentes acabam se especializando na produção de mercadorias com menor avanço tecnológico (dependência tecnológica) e, portanto, estão sujeitas, dada a lei tendencial de igualação das taxas de lucro, a esse tipo de transferência de valor em direção aos países centrais (CARCANHOLO E AMARAL, 2008, 176).

Também é importante situar essas transformações na medida em que no centro há um avanço da resposta burguesa, neoliberal, e uma colaboração cada vez maior dos partidos de esquerda (trabalhistas, social-democratas, comunistas e socialistas) com estes setores. Nos anos 1990, o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ajuda o processo de

domesticação dessas forças políticas e de enfraquecimento das lutas sociais no centro do capitalismo.

As mudanças políticas e econômicas ocorridas ao longo dos anos 1990 no Brasil e, particularmente, entre as operárias de Nova Friburgo, que são nosso objeto de estudo, estão também relacionadas à combinação desses fatores. Portanto, a ideia de dependência de Marini (1991) significa um processo que está inserido na lógica de acumulação global, através da produção de valores na periferia que são apropriados pelo centro. Neste caso há a articulação entre um regime de exploração local e o regime mundial de acumulação. Assim, a noção de regime fabril despótico de Burawoy (1990) foi importante para compreender os aspectos e significados da luta travada no interior das fábricas e o funcionamento das relações de exploração local.

Por sua vez foi importante articular as relação entre a exploração local e acumulação mundial, tendo em vista o controle do mercado por parte das nações hegemônicas e à transferência do excedente gerado nos países dependentes para os países dominantes, tanto na forma de lucros quanto na forma de juros, ocasionando a perda de controle dos dependentes sobre seus recursos.

A atual situação de dependência brasileira aumentou ao longo dos anos, tendo em vista o incremento do controle do comércio internacional, a produção de tecnologia e os investimentos externos diretos focados nos países centrais, que impactaram as mudanças sociais locais. Esse tipo de relação contribui para moldar a estrutura econômica, política e social latinoamericana, e não só brasileira, aos interesses dos países centrais. Duas das características dessa relação foram a monopolização da economia e a relação dos burgueses de origem brasileira com a classe dominante dos países centrais.

Neste sentido:

o funcionamento do sistema capitalista tem como lei geral uma produtividade crescente, ou, dito de outra maneira, este sistema demonstra uma tendência ao incremento da composição orgânica do capital, de modo que aumenta a massa de capital constante relativamente à massa de capital variável. O impacto imediato deste movimento da acumulação capitalista é a formação de um exército industrial de reserva (EIR) que traz consigo a possibilidade de que o capitalista explore de maneira crescente os assalariados, seja em termos de extensão da jornada de trabalho, seja em termos de intensificação do trabalho numa mesma jornada, seja, ainda, em termos de arrocho salarial (CARCANHOLO E AMARAL, 2008, p. 180).

É particularmente interessante notar que nos anos 1990 e 2000 têm se percebido, em todo o mundo, o aumento da exploração do trabalho, o que pode significar o crescimento da

intensidade do trabalho, a prolongação da sua jornada e a apropriação, por parte do capitalista, de parcela do fundo de consumo do trabalhador – então convertido em fundo de acumulação capitalista. Neste sentido, a política de conciliação pode ser observada na defesa dos países europeus da ideia de “flexisseguridade”, através do documento intitulado “Green Paperwith”, publicado pela Comissão Europeia.

Portanto, como já observa Sotelo (2009), há um aumento da superpopulação relativa – ou o exército industrial de reserva, nos países europeus. Entretanto podemos distinguir este exército de quatro formas distintas:

Flutuante, latente, estagnada e em estado de pauperismo. A primeira, que pode ser comparada a uma situação de desemprego friccional, engloba os trabalhadores que são ora repelidos, ora atraídos – em quantidade superior à de repulsão – para determinado ramo de atividade (em regra os ramos industriais não agrícolas), chegando ao ponto em que, no geral, o número de empregados é ampliado, embora em proporção decrescente se comparada com o aumento da escala de produção. A segunda forma envolve os trabalhadores rurais que são repelidos da atividade agrícola, porque esta passa a ser permeada pela produção e acumulação capitalista. Ocorre que, ao contrário do que se percebe nas atividades não agrícolas, esta repulsão não é repostada por uma atração subsequente, de modo que a superpopulação relativa daí derivada está iminentemente condenada a se transferir para os centros urbanos em busca de condições favoráveis de emprego. Em terceiro lugar, a forma estagnada de existência da superpopulação relativa envolve os trabalhadores que se empregam em atividades irregulares, pelo que ficam conhecidos como trabalhadores a domicílio, cuja característica principal é a de que trabalham ao máximo e são pagos com o mínimo possível. Trata-se do subemprego ou das formas precárias do mercado de trabalho desestimulado. Esta superpopulação é formada por trabalhadores que se tornam superfluos tanto na indústria quanto na agricultura e, portanto, aumenta “à medida que o incremento e a energia da acumulação aumentam o número de trabalhadores superfluos” (MARX, 1974, p. 746). Finalmente, não devem ser esquecidos aqueles que vivem em situações absurdas de miséria e indigência que contribuem igualmente com a manutenção de uma superpopulação relativa absolutamente funcional ao capital no sentido de garantir a ocorrência da superexploração do trabalho e, assim, o “engrossamento” da acumulação (CARCANHOLO E AMARAL, 2008, p. 171).

Assim, não podemos deixar de observar que o aumento da exploração do trabalho faz parte de uma resposta da burguesia. A produção global de mercadorias e o contínuo aumento do exército industrial de reserva em países centrais, bem como a diminuição dos salários, são fatores essenciais para a ampliação da taxa de lucro dos capitalistas.

Para além desta relação imediata entre a superexploração do trabalho e o EIR está a relação entre o próprio EIR e a taxa de lucro. Ao permitir a aplicação de mecanismos intensificadores da superexploração do trabalho, a existência do EIR leva a que seja detida ou temporariamente paralisada a tendência à queda da taxa de lucro, tendo em vista que esta última será tanto maior quanto maior for a massa de mais-valia e, por-

tanto, os graus de expropriação do trabalho. Esta possibilidade de ampliação da taxa de lucro – que é o objetivo capitalista por excelência – acaba por reforçar e até mesmo justificar a ocorrência de superexploração e, portanto, a continuidade na formação da superpopulação relativa fortalecedora deste processo (*idem*, p. 180).

Como demonstra Silver (2005), esse círculo vicioso, observado por Carcanholo e Amaral (2008), só foi interrompido pela ação política coletiva dos trabalhadores, seja em decorrência dos acontecimentos da Revolução Russa de 1917, seja ao final da Segunda Guerra Mundial, quando as forças sociais-democratas estabeleceram um pacto social com setores burgueses, possibilitando, portanto, a construção do Estado de bem-estar social e do fordismo nos países centrais da Europa, ou, ainda, seja nas mobilizações do final dos anos 1960 e 1970, época em que os trabalhadores de alguns setores da indústria, principalmente automobilística, conseguiram impor restrições à exploração do trabalho no chão da fábrica.

É notório na literatura sociológica e histórica que os trabalhadores sofreram graves derrotas desde os anos 1970, com a implementação dos projetos neoliberais a partir dos EUA, da Inglaterra e da Alemanha. Salvo algumas categorias operárias de determinados países, os trabalhadores têm visto o nível salarial cair. Ou seja, as transformações do aparato produtivo e as novas formas organizacionais são colocados em ação como consequência da luta da classes, seja ela mais aberta ou residual. Da mesma maneira, as chamadas políticas neoliberais Foucault (2008) foram uma resposta dos capitalistas as conquistas da classe trabalhadora.

Entretanto, a literatura crítica, notadamente a marxista, analisa em grande parte a reestruturação produtiva a partir das transformações capitalistas mundiais e seu impacto na situação nacional. Por outro lado, os estudos sobre a reestruturação produtiva em regiões ou municípios tem se desenvolvido a partir dos estudos de Piore e Sabel (1984) e incorporado uma visão eurocêntrica e positiva da relação entre as experiências locais europeias, como a italiana, e a conjuntura internacional de avanço neoliberal. Estas duas vertentes não analisam os conflitos e as estratégias e táticas utilizadas pelos trabalhadores no ambiente de trabalho para enfrentar as medidas organizadas pelos capitalistas.

O final da década de 1970 e o início dos anos 1980 marcaram a mudança estrutural do capitalismo, com a expansão dos mercados financeiros e a introdução de novas medidas tecnogerenciais na produção industrial. Essas mudanças ainda hoje provocam transformações nas relações de trabalho, nos espaços de sociabilidade do proletariado e em sua atuação política, como demonstrado por Alves (2000) em seu fundamental estudo sobre a reestruturação produtiva no Brasil nos anos 1980 e 1990. Esse mesmo estudo já indicava a

nova logística da cadeia de produção, a descentralização produtiva e o estágio superior de racionalização que representa o toyotismo, um desenvolvimento do fordismo.

Neste sentido, a característica da cadeia têxtil e do vestuário vai se aprofundar no que se refere ao aumento de micro e pequenas empresas, principalmente na de confecção da cadeia produtiva deste setor industrial. As inovações tecnológicas realizadas através das novidades no processo produtivo e na matéria-prima se concentram nos países centrais. A situação mexicana após o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio, iniciado em 1994, foi estudado por autores como Gereffý (2000), De la Garza (2006) e Sotello (2009) e demonstraram uma especialização produtiva na cadeia industrial têxtil no setor de confecção, enquanto outros setores da cadeia permaneciam nos Estados Unidos.

No caso brasileiro, o setor de têxtil e de confecção

ainda vive um processo de mudança com a emergência de novos paradigmas (produtivos, tecnológicos e gerenciais). Com a liberalização comercial, que trouxe em seu bojo a globalização do mercado doméstico, o setor sofreu um choque estrutural. A competição, que antes era nacional e com o mercado protegido, passou a se dar em um nível global (KELLER, 2006a, p. 65).

Por sua vez, essa reestruturação produtiva estava totalmente associada ao centro do capitalismo. E a nova fase de acumulação do capital, inserida no processo de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), de fortalecimento do capital fictício, elevou o toyotismo a um modelo de estrutura organizativa da produção (ALVES, 2000).

Todas essas transformações estão associadas, de um lado, ao conflito estabelecido entre trabalhadores e capitalistas nas últimas décadas, de outro, à necessidade de aumentar a taxa de lucro. Nesse processo, os capitalistas procuram intensificar mundialmente a exploração do trabalho (IANNI, 1997) e capturar a subjetividade dos trabalhadores (ALVES, 2000), para que esses colaborem e, com isso, evitem diminuições nos seus ganhos.

Por sua vez, as novas formas de exploração do trabalho adquirem configurações próprias de acordo com a série de multideterminações que podemos verificar em uma situação histórica e social local. A combinação do desenvolvimento econômico de cada país, de sua posição na divisão internacional do trabalho, da experiência coletiva dos trabalhadores, da repressão do Estado e da parte da cadeia produtiva de determinado setor industrial, em que se localizam regiões e cidades na estrutura política e econômica do país, influenciam as formas particulares de exploração do trabalho.

Essas metamorfoses do mundo do trabalho foram investigadas por autores como Druck (1999), que destacou o papel central das terceirizações; Alves (1999), que salientou o aspecto fundamental da captura da subjetividade operária pelo capital na nova fase de acumulação; e Antunes (2005), que demonstrou que, apesar das particularidades e singularidades das metamorfoses do mundo do trabalho no capitalismo global, permanece, e se amplia, a dominação do capital contra o trabalho.

Sobre o estudo específico de costureiras, é preciso destacar o estudo fundamental de Abreu (1986). A autora abordou a exploração do trabalho que sofriam as costureiras das butiques da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro.

Uma outra característica fundamental da exploração capitalista é a utilização diferenciada da mão de obra. Neste sentido, os estudos de Hirata (2007) e Kergoat (2007) sobre a exploração do trabalho do ponto de vista da divisão sexual e de gênero foram essenciais para a compreensão da situação das costureiras de Nova Friburgo.

Também é importante destacar que a desindustrialização, o desemprego e a formação de micro e pequenas empresas trouxeram para o país os estudos sobre os distritos industriais, de Alfred Marshall⁶, que trata

de áreas localizadas em vários pontos da Europa, onde conjuntos de pequenas e médias empresas especializadas produziam determinados bens. A produção de seda em Lyon (França) era apenas um exemplo entre muitos. Isso ocorria ao mesmo tempo em que a produção em larga escala pela grande indústria era predominante. O fenômeno da Terceira Itália, nos anos 1970, com a sua indústria difusa realizada por pequenas empresas, muitas das quais familiares, trouxe de volta o interesse pelo conceito de Marshall (BORIN, 2006, 28).

Estes estudos buscavam comparar situações industriais específicas brasileiras ao caso empírico da Terceira Itália e foram referência para a classe burguesa organizada na Firjan.

A referência de José Sérgio Leite Lopes (1988) na sua pesquisa sobre o modo de dominação e exploração de um grupo operário foi importante para indicar o significado das relações existentes no grupo das operárias que estudamos. A obra de Ângela de Castro Gomes (2005) foi central na análise da influência e da característica do trabalhismo na ação coletiva dos operários da cidade. Também foi importante o estudo de Alain Bihl (2010) sobre o significado do modelo social-democrata de movimento operário, bem como a abordagem de Castoriadis (1985) sobre este mesmo tema.

⁶ Alfred Marshall (1842-1924), economista inglês, desenvolveu o conceito de distrito industrial na sua obra “Princípios da Economia” (1890).

As indicações de Marieta Ferreira (2006) foram importantes para a discussão sobre história oral e também serviram como base metodológica, apontando os limites do material baseado em fontes orais. Neste sentido, as indicações de Bourdieu (2003) foram fundamentais para a análise do material baseado em entrevistas, principalmente dos sindicalistas e suas versões da história.

Sobre a história e a industrialização de Nova Friburgo, utilizamos as dissertações de mestrado, desenvolvidas na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de Wecisley Ribeiro do Espírito Santo (2008), em Antropologia Social; Paula Cristina Santos Menezes (2008), em Sociologia e Antropologia; e Marcelo Ferreira (2002), em Engenharia de Produção. Consultamos também a tese de doutoramento, elaborada na mesma instituição, de Elaine Cavalcante Peixoto Borin (2006), em Planejamento Urbano e Regional. Utilizamos, ainda, as teses de doutorado realizadas na Universidade Federal Fluminense, em História, de autoria de João Raimundo de Araújo (2003) e de Jorge Miguel Mayer (2003). Foram examinados também os trabalhos acadêmicos de Heloísa Serzedello Correa (1985), Carmem Manangão (2004) e Maria José Carneiro e Betty Nogueira Rocha (2009). O livro “Teia Serrana” (2003), as consultas ao jornal “A Voz da Serra”, ao acervo do Arquivo Pró-Memória e do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Vestuário foram igualmente importantes. Utilizamos informações, especialmente sobre a indústria, de dados da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal de Nova Friburgo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ) e da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), via internet.

Por fim, no primeiro capítulo da dissertação, procuramos analisar o desenvolvimento histórico da indústria têxtil e de vestuário de Nova Friburgo, destacando a formação do operariado friburguense e sua relação com a burguesia local. Traçamos rapidamente a formação da primeira geração de operários na cidade, bem como a situação de exploração nas indústrias e os conflitos de classe que se instauraram neste primeiro momento. Posteriormente, desenvolvemos as especificidades do que chamamos de sistema de dominação e exploração local. A partir de então, abordamos as transformações ocorridas no setor industrial têxtil e do vestuário da cidade, que levou à decadência das grandes indústrias de tecelagem e à desestruturação do grupo operário tecelão. Por fim, abordamos a formação, nos anos 1980 e 1990, de centenas de micro e pequenas indústrias de produção de roupa íntima feminina e a expansão de milhares de trabalhadoras em domicílio que levou a

expansão do grupo operário de costureiras.

No segundo capítulo procuramos analisar as condições de exploração do trabalho do grupo específico de operárias costureiras. Primeiramente procuramos observar o processo de produção dessas proletárias. Posteriormente analisamos a transformação da organização do trabalho e as suas consequências para as funcionárias na multinacional presente na cidade. A partir de então, analisamos as condições de trabalho, através da observação direta e de entrevistas e conversas, das costureiras de micro e pequenas empresas e de trabalhadoras em domicílio. Procuramos, então, situar as características da exploração do trabalho, sua nova rotinização e os impactos na saúde das operárias.

No terceiro e último capítulo, analisamos as estratégias operárias de adaptação e resistência às modificações da estrutura produtiva local, através de uma perspectiva de múltiplas determinações, que inclui a força do Estado, a experiência coletiva local, a ação e organização dos sindicatos e a repressão ao movimento sindical. Assim, analisamos a ação coletiva das trabalhadoras, bem como o conflito existente com a classe burguesa local. Além dessa situação, procuramos analisar o significado do trabalho em domicílio, não só para o setor do vestuário local, mas principalmente do ponto de vista das operárias.

Dificuldades do trabalho de campo

A escolha deste tema de pesquisa me atinge pessoalmente, uma vez que meu parentesco está associado às categorias operárias de ferroviários, tecelões e costureiras. Por isso, segui a sugestão de Bourdieu (1989), sobre a necessidade de o cientista social fazer uma reflexão a respeito das condições reais de realização, sobretudo em tempo e em competência específicas de que dispõe (em especial, a natureza da sua experiência social, a formação que recebeu) e também as possibilidades de acesso a informadores e a informações, a documentos ou a fontes etc e à tomada de consciência das atitudes favoráveis ou desfavoráveis com as quais se estamos envolvido. Procuro aqui destacar a importância dessa reflexão para a produção da presente dissertação.

Em primeiro lugar, abordaremos a minha experiência no campo universitário. A escolha deste tema está intimamente ligada à militância política e à parte da minha formação universitária. Meus pais sempre se dedicaram ao investimento em educação, tanto para mim como para meu irmão. O ingresso no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal

Fluminense foi uma segunda opção, tendo em vista ser um curso com uma menor concorrência em comparação com Jornalismo, minha primeira escolha. Comecei no final do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), em agosto de 2001, e, duas semanas depois, uma longa greve foi iniciada. A partir de então, passei a participar do movimento estudantil na universidade, que contava com diversas matizes ideológicas da esquerda (comunistas, socialistas-democratas, anarquistas). Passei a participar efetivamente do Diretório Acadêmico de Ciências Sociais e entrei em contato com uma produção acadêmica que estava marginalizada no curso.

Salvo a obrigatoriedade no currículo de lecionar Marx, não havia a perspectiva de uma sociologia crítica ou de autores do campo do socialismo e do pensamento revolucionário, bem como uma antropologia, exceto algumas disciplinas isoladas. Se o ambiente acadêmico não era favorável, a militância no Diretório e os projetos de extensão por ele apoiados eram extremamente ricos.

No curso de Sociologia IV, ministrado pela Prof. Dr. Marília Salles Falci Medeiros, tive contato com uma discussão contemporânea a respeito da exploração e das transformações do mundo do trabalho, bem como a discussão teórica sobre este tema, o que para diversos autores já havia sido superada. Nesse momento tive contato com pensadores como Gramsci (2008), Poulantzas, Bihl (1999), Benon (1997), Harvey (1989), Druck (1999), Antunes (1995) e Alves (2000). Neste sentido, a leitura deste último foi fundamental para entender todo o processo de transformação do sistema produtivo ocorrido no Brasil nos anos 1980 e 1990. A partir de então, começamos a realizar diversos debates em eventos produzidos pelo Diretório sobre globalização, reestruturação produtiva e exploração do trabalho.

Outro e decisivo fator foi o fato de ter nascido e vivido em Nova Friburgo até meus 18 anos, quando ingressei na universidade, sendo o primeiro da família dos meus pais a cursar uma universidade pública. A formação política e científica que adquiri me propiciou também a retomada de dados biográficos que antes não me faziam diferença. A reconstituição histórico-biográfica através de uma razão crítica acadêmica fez parte da retomada desta memória.

A percepção de que a família fazia parte de duas categorias operárias, a dos ferroviários (avô paterno) e a dos tecelões (tios e tias paternas) me fez perceber uma série de nuances do mundo do trabalho na cidade. Ou mesmo certas nuances deste ambiente, já em total transformação.

Entretanto um ponto fundamental foi o ingresso da minha mãe em confecções, depois da demissão da Caixa Econômica Federal – uma vez que era terceirizada – e os relatos que recebia quando eu ligava ou visitava meus pais. Primeiro, em uma confecção informal, sem carteira assinada. Posteriormente, as relações de trabalho se tornaram piores quando foi contratada por sua sobrinha, minha prima. Ainda que fosse uma empresa formal, as relações de parentesco foram utilizadas como forma de estender a jornada de trabalho e, ao mesmo tempo, atribuir informalmente funções de “chefia”. Mantinha o trabalho de costureira e sofria assédio moral para realizar outras atividades, como a cobrança sobre outras costureiras. O fato de ter mais pessoas da família acirrou conflitos, tanto no ambiente de trabalho como no âmbito familiar. Essa situação, que trouxe constantes reclamações por parte de minha mãe, foi decisiva para minha resolução de pesquisar a situação das costureiras da cidade. Acreditamos que foi necessário explorar essas memórias como importante para a etnografia e que, portanto, a auto-objetivação foi fundamental.

O trabalho de campo

Em primeiro lugar, para definir quais costureiras entrevistar, escolhi operárias de algumas empresas do campo formal que ganharam prêmios. A partir dessa escolha, fui a essas indústrias. Neste sentido, é importante destacar que a primeira dificuldade encontrada foi o caráter fechado da fábrica (LEITE LOPES, 1976), o que impossibilitou minha entrada. Entretanto consegui um contato com um amigo de infância que trabalha em confecção. Com a sua intermediação, consegui entrar em uma fábrica com autorização de uma das donas da empresa. Porém as três costureiras que entrevistamos foram escolhidas pela empresária/administradora. Contudo pude perceber que várias mulheres que trabalhavam na fábrica moravam no bairro onde cresci e onde meus pais ainda moram.

Inicialmente procuramos entrevistar as costureiras no horário de sua saída, o que dificultou o trabalho, uma vez que saíam “correndo” das fábricas para casa ou para buscar seus filhos na escola. Então, começamos a procurar as costureiras no seu horário de almoço, geralmente de 12h às 13h. Com essa nova estratégia obtivemos mais sucesso, ainda que as entrevistas tivessem de ser mais curtas, em caráter quase de conversa.

O fato de ser homem dificultou a marcação de entrevistas fora do local de trabalho, pela própria desconfiança das operárias, por não ser uma situação habitual para elas que um

estranho marque entrevista com mulheres. Assim, consegui algumas entrevistas mais longas com uma trabalhadora em domicílio, esposa de uma camarada de militância na cidade, e com algumas operárias que eram da direção ou frequentavam o sindicato. Ao todo foram sete entrevistas abertas mais longas e nove entrevistas-conversas com costureiras em horário de almoço. Entrevistamos trabalhadoras de micro, pequenas e médias empresas e da multinacional, além de trabalhadoras em domicílio, conforme planejado inicialmente.

Para estas, utilizamos a técnica de entrevista aberta e de relato da história de vida. A primeira, para conseguir o detalhamento de questões relacionadas ao ambiente de trabalho, como as técnicas empregadas e o impacto na saúde das operárias. A segunda, para retratar com mais profundidade a experiência de vida de algumas costureiras e seu percurso no setor de confecções. Também utilizamos a observação do ambiente de trabalho em duas indústrias nas quais entramos rapidamente.

É importante ressaltar que tentei contatar alguns patrões e obtive sucesso em quatro indústrias, através de entrevistas-estruturas, sendo duas delas por correio eletrônico. Também cheguei a fazer entrevistas semiestruturadas com alguns donos de confecção na Feira do Vestuário (Fevest) da cidade, mas não conseguimos muitas informações para além das que já possuíamos.

Capítulo 1

A Formação das Operárias Costureiras de Nova Friburgo

Neste capítulo procuramos analisar o desenvolvimento industrial local e a formação da grupo de operária costureiras no processo de reestruturação produtiva do setor têxtil e de vestuário de Nova Friburgo, uma importante região produtora de alimentos.

A ocupação da região centro-norte fluminense, onde se localiza Nova Friburgo, está atrelada à expansão da economia cafeeira na segunda metade do século XIX, que, por sua vez, está fortemente vinculada à expansão do capitalismo monopolista. A consolidação do Brasil como economia agroexportadora significou também mais atração de capitais estrangeiros. A ampliação da Estrada de Ferro Leopoldina – que ligava Itaboraí, às margens da Baía de Guanabara, a Cachoeiras de Macacu – para Nova Friburgo aconteceu em 1873 por iniciativa do Barão de Nova Friburgo, proprietário de fazendas de café na região. A implantação da ferrovia estimulou o desenvolvimento do núcleo urbano, uma vez que a cidade se transformou no centro de dispersão da linha ferroviária, onde havia a divisão da malha ferroviária em dois ramais para outras áreas do interior do estado.

O desenvolvimento da política agroexportadora fez da cidade do Rio de Janeiro um importante porto de importação e exportação, com florescentes atividades comerciais e financeiras (IANNI, 1965).

Particularmente para a cidade de Nova Friburgo, a acumulação de capital propiciada pelos lucros do café estimulou

a construção no século XIX da Estação de Riograndina – inaugurada em 1873 e desativada em 1967 (FERREIRA, 2002) –, que serviria para escoar o café da região do Paraíba, especialmente da região de Cantagalo, revela que mesmo antes do boom industrial gerado pelos alemães, os recursos do café investidos numa estação da cidade já aceleravam a concentração urbana, criando condições para um aglomerado de mão-de-obra a ser utilizado pelas indústrias (MENEZES, 2008, p. 26).

A cidade não realizou atividade cafeeira, mas se desenvolveu como entreposto comercial e como local de veraneio para alguns barões locais do café da região, como o Barão de Nova Friburgo, responsável pela construção da ferrovia. Além disso, a decadência

do café no Vale do Paraíba permitira a formação de um contingente de homens e mulheres para as indústrias. O capital gerado pelo café estimulou também um desenvolvimento e articulação entre comércio, sistema bancário e financeiro, que por sua vez deu a base para que os alemães e ingleses iniciassem os investimentos produtivos (*idem*, p. 26).

Também havia, desde 1818, a existência de um pequeno núcleo de colonização suíça e alemã na cidade, fruto do próprio processo de criação do núcleo populacional local por D. João VI. A cidade “inaugurou a colonização planejada no Brasil, em 1818, com a instalação de uma colônia de famílias suíças na fazenda do Morro Queimado, antigo distrito de Cantagalo” (CARNEIRO, 2009, p.112), além da presença da imigração alemã, que em 1824 já inaugurava a primeira comunidade luterana da América Latina e do Brasil. Com a inauguração da ferrovia e devido a sua posição geográfica, Nova Friburgo se consolidou como um importante entreposto comercial e de veraneio, particularmente devido ao seu clima. Em 1870 foi inaugurado um estabelecimento hidroterápico, e com a continuação do desenvolvimento do núcleo urbano em 1886 é inaugurado o Colégio Anchieta.

A chegada dessa leva de imigrantes aumentou o número de trabalhadores rurais e de artesãos no centro urbano. O fracasso do projeto da colonização helvética estimulou as famílias que chegaram à vila a se dispersarem pela região buscando diferentes estratégias de reprodução social. Assim, acompanharam o desenvolvimento econômico da região, ou seja, serviram de mão de obra nas fazendas de café. Por sua vez, os imigrantes alemães se mantiveram no centro da vila, organizados em torno da igreja luterana.

Os colonos de origem suíça e seus descendentes viviam na brecha da economia agroexportadora. Atuaram na produção de alimentos ou em pequenas atividades urbanas ligadas ao comércio decorrente da instalação da estação da estrada de ferro (MENEZES, 2008).

O desenvolvimento do núcleo urbano foi estimulado pela inauguração da ferrovia, que favoreceu a prosperidade do polo cafeeiro de Cantagalo ainda na década de setenta do século XIX, diferentemente do Vale do Paraíba, já em franca decadência. O declínio da economia cafeeira na região inicia-se na década seguinte, a partir da crise agrária, do estabelecimento do novo regime político, a república, e das mudanças no mercado de trabalho, fruto do fim da escravidão.

Com o fim desta, em 1888, haverá a formação, particularmente, de dois tipos de uso da terra: o regime meeiro e o de parceria. De maneira geral, as famílias descendentes de colonos passam a estabelecer o sistema meeiro, enquanto outros trabalhadores livres, escravos e imigrantes portugueses e italianos iniciam o regime de parceria na produção de

café. Desse modo, há uma manutenção da economia doméstica nessas famílias de trabalhadores rurais.

Por outro lado, a crise cafeeira trouxe a decadência econômica da classe dominante local, a burguesia agrária, mas não de sua força política, já que esse grupo continuou a controlar a vida política local durante todo o século XIX, sob forte influência do Barão de Nova Friburgo, Antônio Clemente Pinto Pereira. Se, por um lado, essa elite dominante local mantinha seu poder político, por outro, a crise da economia cafeeira atraiu um número cada vez maior de trabalhadores para o núcleo urbano. Por sua vez, os trabalhadores rurais se dedicaram cada vez mais à produção de feijão, batata, milho e hortaliças em áreas afastadas do centro da vila. Ainda assim, a despeito da decadência cafeeira, o núcleo urbano contava com uma relativa quantidade de estabelecimentos, como fábricas de alimentos, olarias, oficinas e lojas. Neste sentido, é relevante a existência, em 1893, da Sociedade Humanitária dos Operários de Nova Friburgo.

Entretanto o processo de industrialização da cidade de Nova Friburgo será iniciado nas primeiras décadas do século XX. Foi através de investimentos de empresários alemães, como Julius Arp, oriundo do setor do comércio de exportação e importação, e Maximilian Falck⁷, oriundo do setor financeiro, sem vínculos diretos com o setor cafeeiro, já em franca decadência no estado (ARAÚJO, 2003), que se inicia o processo industrializante, com capital oriundo do setor comercial e financeiro de empreendimentos na cidade do Rio de Janeiro. Por sua vez, a expansão do setor comercial e financeiro no Brasil está atribuída à expansão imperialista, particularmente transformando essa região em importante destino de capital alemão (LENIN, 1984).

Assim, Arp e Falck investiram o capital acumulado com atividades comerciais e financeiras realizadas no país. A escolha da cidade para a instalação das fábricas é feita pelos seguintes fatores: vantagens fiscais, proximidade geográfica do centro consumidor e energia elétrica. A instalação da fábrica de rendas Arp na cidade, em 1911, contará com o apoio do

⁷ Julius Arp possuía uma empresa de importação de máquinas de costura, brinquedos e armas. Em 1895 funda a empresa Arp & Cia. No início do século XX, essa empresa entra no ramo industrial associando-se, em Joinville, a Ottomar Kaiser, dono de uma fábrica de meias e fundador da empresa Kaiser & Cia. A produção dessa indústria seria comercializada, na cidade do Rio de Janeiro, pela empresa Arp & Cia, sócia oficial do empreendimento. Em Joinville, Julius Arp conheceu o caixeiro viajante Markus Sinjen, funcionário da empresa importadora Ernesto Beck & Cia, do Rio de Janeiro. Markus Sinjen tornar-se-á um dos sócios de Julios Arp nos empreendimentos situados em Nova Friburgo. Os primeiros contatos com Nova Friburgo aconteceram através do amigo pessoal e corretor da Bolsa de Valores, o alemão Maximilliam Falck, sócio da empresa Dennis e Falck, que adquirira, em 1911, o sítio Ypu. Falck nascera em Berlim, no ano de 1865, e teria vindo para o Brasil aos 26 anos de idade como funcionário do Brasiltanische Bank Fuer Deutshland.

político friburguense Galdino do Valle Filho, defensor da industrialização, que garantiu a concessão de eletricidade para as indústrias.

A incipiente burguesia local, de origem alemã, através da sua aliança com o grupo político de inspirações liberais, conseguiu o controle da concessão de energia elétrica na cidade. Para isso, este grupo organizou protestos que culminaram na invasão da Câmara Municipal e na quebra de todos os lampiões da cidade, ficando conhecidos como a “Noite do Quebra Lampiões”. Assim, garantiu-se o fornecimento de energia elétrica à indústria e derrotou-se o grupo político vinculado à burguesia cafeeira decadente.

Em 1912 foi inaugurada a segunda fábrica, de mesmo nome, no sítio Ypu e, em 1925, a fábrica Filó. É importante notar que todo o processo de instalação dessas fábricas, controladas por empresários alemães, teve a participação do capitalista pioneiro, Julios Arp. A industrialização pioneira na cidade foi completada com a instalação, em 1937, da Fábrica de Ferragens Hans Gaiser. Todas essas fábricas representaram a formação da burguesia industrial local formada basicamente por empresários alemães capitaneados por Julios Arp (ARAÚJO, 2003).

Para o processo de desenvolvimento capitalista na cidade foi necessária a ação política de um grupo local, de inspiração liberal, em aliança com os empresários de origem alemã. Além disso, pode-se dizer que outros elementos foram fundamentais, como a vantagem de uma localização geográfica favorável, próxima do Rio de Janeiro, a presença de um contingente enorme de força trabalho oriunda das fazendas de café da região, em declínio, e das pequenas propriedades de subsistência, representadas principalmente por colonos, trabalhadores rurais, meeiros, parceiros e sitiantes. Esses trabalhadores rurais, muitos descendentes dos imigrantes suíços, se integraram à sociedade escravocrata, na sua grande maioria servindo como mão de obra nas fazendas de café ou mantendo sua propriedade da terra, sem, contudo, manter uma unidade étnica, alguns, inclusive, os mais prósperos, adquirindo escravos (MAYER, 2003).

Essa situação possibilitou a formação de uma força de trabalho relativamente abrangente, com vínculo estabelecido com a unidade doméstica rural. No início do processo industrial na cidade, essa situação foi essencial para que a burguesia local mantivesse os salários extremamente baixos (CORREA, 1985), inferiores à média das indústrias nacionais e mesmo à média salarial do trabalho agrícola da região.



Ilustração 1. Operários da tinturaria. 1921.

Portanto, a formação da classe operária friburguense iniciou-se nas primeiras décadas do século XX, entre 1911 e 1933⁸ (EMRICH, 2007). Essas duas décadas foram anos de intenso processo de mudança social, realizado pela ação recíproca (as forças agentes e produtivas) que desencadearam uma combinação particular (FERREIRA, 2007) no processo de dominação e exploração da força de trabalho local.

É importante ressaltar que a ação dos capitalistas alemães no início do século XX para instalar as indústrias na cidade contou com a colaboração de grupos políticos dominantes locais, que mobilizaram uma parcela das classes subalternas em atos políticos para efetivar o projeto industrializante. Com essas ações e combinações, criou-se um padrão de dominação e exploração que agiu de maneira a disciplinar camponeses, trabalhadores rurais e sítiantes para o trabalho industrial, formando a classe operária friburguense.

A formação da classe operária e o regime despótico fabril

É importante salientar que “a implantação industrial no território friburguense obedeceu a determinados critérios de controle e dominação que os empresários alemães

⁸ De acordo com o estudo de Victor Emrich. Trabalho, Greves e Futebol. Luta, Identidade e Sociabilidade na Formação da Classe Trabalhadora Friburguense (1911 – 1933).

montaram estrategicamente para Nova Friburgo” (ARAÚJO, 2003, p. 82). Os empresários alemães criavam um controle sobre o núcleo urbano, além do controle do fornecimento de energia, uma vez que o grupo político dominante local concedeu aos industriais a produção e distribuição de energia elétrica.

As quatro fábricas pioneiras, Arp, Filó, Ypu e Ferragens Hans Gaiser, localizavam-se em quatro pontos relativamente distantes e na saída da cidade. No entorno e nas proximidades das fábricas localizavam-se as vilas operárias. Essas vilas tinham como objetivo o controle direto da força de trabalho não somente na produção, mas também em outras esferas da vida dos trabalhadores fora da fábrica (LEITE LOPES, 1988). Neste sentido, havia nesse primeiro momento o objetivo de disciplinar e modelar a força de trabalho. Essa relação é muito próxima das relações sociais de dominação estudadas no “Sistema de Fábrica com Vila Operária”, que aponta para um controle centralizado da produção fabril, da moradia e da cidade.

Ilustração 2. Vila operária e clube recreativo Rendas Arp.



Na foto acima, a esquerda temos a vila operária da Fábrica de Rendas Arp disposta em duas ruas paralelas com chalés germinados e ao lado da vila o clube recreativo que contava campo de futebol, pista de atletismo, quadro e um salão de festas. Assim, a própria fábrica oferecia ao conjunto de operários a área de lazer próxima a sua moradia.

Nesse caso, a implantação das indústrias e da sua organização de trabalho foi facilitada pelas condições locais, ou seja, a desestruturação da economia cafeeira em franca decadência, que deixou uma massa de trabalhadores livres. Portanto, a utilização das forças subalternas para implementação do processo industrializante na cidade foi fundamental, tendo em vista a ação de ocupação da Câmara Municipal, chamada de “Noite do Quebra Lampião”, já citada. Por sua vez, a instalação das fábricas com vilas operárias tinha como objetivo disciplinar essa força de trabalho e, no caso específico friburguense, mantê-las separadas, uma vez que as indústrias ficavam distantes. Era necessário ordenar e disciplinar a nova força de trabalho.

Como observou Gramsci (2008), na instauração do fordismo nos Estados Unidos, os industriais investigaram e controlaram a vida íntima dos operários. A mecanização e o disciplinamento da força de trabalho foram também realizados no caso friburguense. Entretanto os altos salários característicos do início do processo fordista nos EUA não foram a realidade das primeiras indústrias. Isso está associado ao fato de que a instalação das indústrias foi realizada em um pequeno núcleo urbano sem indústria, ao contrário da instauração do taylorismo-fordismo, que veio substituir a força de trabalho especializada americana.



Ilustração 3. Fábrica de rendas Arp. Anos 1920.

Não por acaso, além da vila operária, havia ainda creches e clube recreativos próximo das fábricas pioneiras, onde se organizavam jogos e comemorações. Assim, a distribuição

espacial das fábricas revelava uma estratégia de dominação realizada pelos grupos empresariais e políticos. “Verificamos ainda que as indústrias principais, de propriedade dos empresários alemães, situam-se em quatro extremos diferenciados do hipotético quadrilátero” (ARAÚJO, 2003, p. 81) Assim, os capitalistas tinham não só controle energético, fundamental para o desenvolvimento das atividades industriais, como também controle do próprio núcleo urbano e, conseqüentemente, da força de trabalho, dispersando esta, atraindo operários para o entorno de cada fábrica e utilizando mão de obra de cada um desses bairros.

Como no “Sistema de Exploração e Dominação com Vila Operária” (LEITE LOPES, 1988), o modelo de industrialização da cidade de Nova Friburgo contou com grandes fábricas com vilas operárias. Entretanto as fábricas pioneiras, ainda que pertencentes ao mesmo conjunto de empresários, se fragmentaram em quatro unidades no entorno da cidade. Essa organização do espaço dificultava o estreitamento de laços entre os operários (EMRICH, 2007). O padrão de dominação e exploração constituía-se por uma forte interferência, ou “controle” dos empresários sobre os trabalhadores.

As grandes unidades fabris, localizadas em diferentes pontos da cidade, possuíam construções imponentes e

foram responsáveis por empregar grandes contingentes de operários, atraindo uma mão de obra rural até os dias de hoje. As movimentações da cidade, portanto, tornavam-se bem marcadas pelos apitos ou sirenes de fábricas e pela massa operária que ia engrossando suas ruas (MENEZES, 2008, p. 30).

A foto abaixo marca bem a disciplina exigida pelos empresários alemães não só no ambiente da fábrica, mas no cotidiano das famílias operárias. Pode-se notar a ordem espacial, como o posicionamento das mulheres em fileira disposta uniformemente e a casa no alto de um platô com as janelas em direção ao campo.



Ilustração 4. Time de vôlei feminino da fábrica de rendas Arp. 1937.

As fábricas alemãs começaram como pequenas unidades de poucos operários (cerca de 30 na Arp), com uma larga flexibilidade, especialmente utilizando o trabalho em domicílio. Ainda nos anos 1930, há predominância do trabalho feminino e de menores de idade nessas unidades têxteis (CORREA, 1985). Dessa forma, a cidade criava uma imagem típica de uma incipiente industrialização: regime rígido, crescente número de trabalhadores, iniciativas familiares, trabalho em domicílio. E, claro, não poderíamos nos esquecer dos baixíssimos salários, também bastante característicos de unidades têxteis com trabalho feminino.

Tabela 1. Número de Operários de M. Falck & Cia (Ypu).⁹

ANO	Outubro
1919	240
1922	404
1923	439
1924	429
1925	253

Na comemoração do centenário da fundação da cidade, em 1918, inicia-se uma construção ideológica de uma identidade cultural que corresponda aos interesses industrializantes e modernizantes. Nessa comemoração, identificaram-se três pontos:

⁹ ARAÚJO, 2003, p. 94

a natureza bela e pródiga; a história, significando a visão providencial de Dom João VI ao criar uma colônia diferente do que já havia no Brasil, com mão de obra livre de colonos europeus trabalhando em pequenos lotes de terra com policultivo; o elogio do trabalho livre, da livre iniciativa, em contraposição à condenação ao trabalho escravo (ARAÚJO, 2003, p. 19).

Aliás, em contraposição ao próprio negro.¹⁰ Criavam-se assim as tradições e simbologias que viriam fazer parte da imaginação da cidade.

A ação da classe dominante friburguense, de intelectuais e de industriais alemães, ainda que não coordenada e representada por um grupamento, associação, sindicato ou partido específico, criam um mito, uma ideologia do progresso, cuja expressão “Suíça brasileira” será sua síntese.¹¹

A ação das classes dominantes procurou imprimir uma visão e divisão de mundo, não só através da ideologia, mas também na organização territorial das fábricas e no controle do processo de trabalho. A produção industrial na cidade nessas duas primeiras décadas pode ser classificada como regime de produção despótico (BURAWOY, 1990), uma vez que, no país, ainda não existia legislação trabalhista e nem previdência social. Com isso, a ação do Estado era garantir, simplesmente pelo uso da força policial e militar, a exploração capitalista, sem criar mecanismos compensatórios. A reprodução social do proletariado era garantida, em grande parte, pela economia doméstica da família rural, uma vez que o salário não garantia a reprodução social do operariado. Ao mesmo tempo, aumentavam-se a intensidade e a jornada de trabalho. Além disso, mantinha-se a rígida hierarquia da fábrica, controlada pelos contramestres e supervisores alemães com intuito de disciplinar a força de trabalho.

Esse regime despótico era caracterizado pelos baixos salários – pagos por jornada diária e não por hora –, pela jornada de trabalho extensa, de dez a doze horas, pela disciplina férrea, com proibição de conversas, e pelas condições insalubres de trabalho, com precariedade de iluminação (CORREA, 1986).

Contudo, essas organização e racionalização do trabalho não se realizaram sem conflitos com a incipiente classe operária friburguense. Vejamos que, já em 1920, foi realizada uma greve em duas indústrias da cidade, que condenavam: “a) os baixos salários; b)

¹⁰ Tal construção ideológica é construída pelo intelectual Agenor De Roure, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que faz o discurso no centenário da cidade.

¹¹ Seguindo as indicações de Marieta de Moraes Ferreira, “a construção dessa identidade não resultou de uma operação deliberadamente planejada por alguns setores da sociedade” (2000), mas de uma junção de elementos dispersos que foram sendo articulados, principalmente a partir de 1918 com a intervenção do intelectual Agenor De Roure, do IHGB.

salários diferenciados para os trabalhadores de origem alemã; c) baixos salários pagos a crianças e mulheres; d) infração dos regulamentos oficiais por parte dos patrões; e) violência patronal” (ARAÚJO, 2003, p. 231).



Ilustração 5. Fábrica Ypu. Anos 1930.

Neste sentido, é interessante notar o conteúdo das reivindicações, que não tratam apenas de aumentos salariais, mas também das condições de trabalho, identificando a fragmentação imposta pelo patronato ao pagar salários, diferenciados de acordo com o sexo e a origem nacional, além da exploração e dominação a que eram submetidos. Apesar da inexistência de sindicatos e de outras organizações corporativas e políticas, a greve se estendeu por 45 dias. Os empresários alemães resolveram que os “trabalhadores deixariam de ser diaristas, passando a ser horistas, e sobre essas horas seria dado um aumento de dez por cento” (*idem*, p. 232). Na prática, em um primeiro momento, essa mudança significou uma redução salarial. De qualquer maneira, a ação coletiva dos operários, sua resistência aberta conjunta e informal, demonstrou o início de um processo de organização da classe trabalhadora, transformando a demanda econômica em uma ação política contra a classe dominante local.

Durante esse período de formação da classe operária friburguense, de 1911 a 1933, onde imperava o regime despótico, essas operárias e operários de origem rural continuaram a resistir, como demonstra a greve na fábrica Filó, em 1928. Além disso, outras formas de conflitos, mais dissimulados, aconteciam nas disputas entre dois times de futebol, um de operários, o Esperança, e outro de chefes de seção e filhos da burguesia, o Friburgo. A disputa entre os dois times geralmente terminava em brigas e conflitos, que, na verdade, tinham a origem no despotismo da fábrica (EMRICH, 2007).

Os 60 anos gloriosos da burguesia (1933-1983) – A consolidação de um processo de exploração e dominação

Durante os anos 1920 e 1930, os capitalistas pioneiros, industriais alemães, começam a se organizar através da própria colônia alemã, mantendo, assim, uma unidade étnica. Criaram, em 1921, a Sociedade Alemã de Escola e Culto, em torno da Igreja Luterana. “Nos anos 1930, a colônia alemã iria se reunir com frequência na sede da Sociedade para comemorar o retorno de seu país natal à condição de potência europeia” (COSTA, 2003, p. 242). Fundaram na cidade o Grupo Friburguense do Partido Nacional Socialista Alemão. A sua crescente influência política levou à aprovação em 1935 do “Dia do Colono”, que culminou, em 1936, com uma comemoração na Escola Alemã, onde “pontificavam as bandeiras da Suíça, do Brasil e da Alemanha Nazista” (*idem*, p. 244).

Por sua vez, os trabalhadores das fábricas, que já lutavam por melhores condições de trabalho, também se organizaram. Em 1929, funda-se na cidade o Partido Comunista, responsável pela fundação da Fração Sindical (ARAÚJO, 2003). Em 1933, com a presença de um sindicato, explode uma greve na fábrica de rendas Arp, que se propagou para outras fábricas reivindicando: reajustes salariais, melhores condições de trabalho e salário para as crianças, licença-maternidade e igualdade salarial com os trabalhadores europeus. Os descendentes de suíços formavam a massa de trabalhadores rurais e, em grande parte, do operariado que se organizava, uma vez que os próprios empresários alemães procuravam não empregar homens e mulheres negras. Por sua vez, esses descendentes de imigrantes já estavam dispersos pela região desde o século XIX, na dinâmica econômica e social local, sem constituir nenhuma unidade étnica (MAYER, 2007).

A greve de 1933 levou à morte de um proletário: “O ambiente tenso e a desastrosa ação da política estadual geraram o inevitável enfrentamento, e a decorrente ação repressiva redundou na morte do jovem operário Licínio Teixeira” (ARAÚJO, 2003, p. 78).



Ilustração 6. Comemoração do Dia dos Trabalhadores organizada pela Arp. 1935.

Por outro lado, a partir da Revolução de 1930 e da ascensão de Vargas, começou a se estabelecer uma identidade de cidadão-trabalhador, objetivando a indefinição das fronteiras entre o pequeno empreendedor e o operário (GOMES, 1994), o que, de certa maneira, vai ao encontro à ideologia construída na cidade, a da “Suíça brasileira”. Assim, os primeiros sindicatos são organizados com influência e liderança de políticos pró-Getúlio.¹² O verdadeiro poder dessa ideologia, no entanto, baseia-se na construção da imagem do “trabalhador”, destituído de seu particularismo operário (CASTEL, 1998), representada segundo valores e termos autoconstruídos pela nascente classe operária brasileira, mas tomados em outro contexto discursivo (GOMES, 1979 *apud* MENEZES, 2008).

A interferência do Estado a partir da Revolução de 1930, que aumentou na segunda metade dessa década, afetou a organização dos empresários alemães, mas, sobretudo, do operariado friburguense, que, no início desses anos, incrementou sua experiência política com a ação do PCB na cidade.

¹² Como, por exemplo, o advogado Comte Bittencourt. Além disso, apesar de algumas tentativas do Partido Comunista do Brasil (PCB), este não conseguiu uma grande influência entre o operariado local, ainda que tenha eleito um vereador na década de 1960, antes do golpe de 1964.

Esse poderio político e ideológico dos empresários alemães manter-se-ia em plena atividade até 1938, ano em que o Estado Novo proíbe estrangeiros de exprimir suas ideias partidárias ou de se organizar em associações. Com isso, há intervenções estatais na Sociedade Alemã de Escola e Culto (Saec) e na Casa di Italia. A Saec passa a se chamar Sociedade Teuto-Brasileira em 1939, e Sociedade Alemã de 1921, em 1941, até que em 1942 há uma separação das atividades desportistas e sociais das atividades religiosas e educacionais, transformando a Sociedade Alemã em Sociedade Esportiva Friburguense, e separando-a da Escola e da Igreja Luterana.

Por sua vez, nos anos 1930, o PCB, através da Aliança Nacional Libertadora, tinha uma incipiente influência no movimento sindical da cidade. Mas a repressão após 1935, que culminou no golpe de 1937, reduziu as atividades sindicais e comunistas na cidade. Essa repressão possibilitou um aumento da atuação do trabalhismo nos sindicatos de trabalhadores de Nova Friburgo.

Com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943, há uma interferência estatal direta na organização da classe trabalhadora e uma forte repressão, que dificulta uma experiência política autônoma do proletariado. Não por acaso, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem é criado nesse mesmo ano, como parte de uma campanha de sindicalização do Ministério do Trabalho.

Apesar disso, ao final da ditadura Vargas, em 1946, os trabalhadores das três fábricas têxteis da cidade organizam uma greve “em torno do Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), a frente sindical do PCB” (COSTA, 2003).

Na cidade, o grupo político hegemônico vinculado à ditadura Vargas se integrou ao Partido Social Democrático (PSD) e permaneceu no poder entre 1945 e 1964, até o golpe civil-militar, com uma pequena interrupção para um governo da União Democrática Nacional (UDN), entre 1947-1950.

Pelo lado dos trabalhadores, em 1962, três líderes operários seriam eleitos para a Câmara dos Vereadores: João Luiz Caetano, operário da Filó pelo Partido Social Progressista (PSP); Francisco Bravo, comunista, pelo Partido Social Trabalhista (PST); e Newton D'Angelo, operário da Ypu pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

No cenário econômico nacional, o país vivia o processo de substituição de importação, que provocou um contínuo desenvolvimento das indústrias de bens de consumo não duráveis, estimulando a indústria têxtil e do vestuário. É ainda importante frisar que, até a instalação

das indústrias automobilísticas no país, as indústrias do setor têxtil impulsionam o desenvolvimento industrial brasileiro. Esse processo econômico beneficiou a atração de novas indústrias para a cidade.

As indústrias pioneiras permaneceram com todo o domínio da cidade, territorial e econômico. Contavam, ainda, com a ação dos empresários alemães no cotidiano, tornando sua figura sempre presente e reafirmando sua atitude “empreendedora”, afastada, publicamente, das contendas políticas desde que o Estado Novo proibiu a expressão de suas ideias partidárias. Na década de 1950, o processo de industrialização das pioneiras fábricas é consolidado, assim como a ideologia da Suíça brasileira (ARAÚJO, 2003). Em 1954, a Ypu diversifica sua produção e ingressa no mercado de produtos de couro. Nesse ano também inaugura o primeiro restaurante da empresa. Nessa década ainda são fundadas mais duas empresas têxteis, em 1953, as Indústrias Sinimbu e, em 1958, a Hak Fusos e Passa-manarias. Todas essas empresas concentravam-se na fase de fiação, tecelagem, malharia e acabamentos de fios e tecidos. Além disso, iniciou-se um processo de diversificação industrial com instalação de outras indústrias metalúrgicas, de plástico, mecânica e do vestuário.

Neste período se consolida um regime de exploração e dominação na cidade na qual os operários tecelões se estabelecem como principal grupo operário, aquele que representa o mais alto nível da classe operária e trabalhadora local. Ao mesmo tempo, as indústrias aumentam suas políticas de lazer e cultura.



Ilustração 7. Mulheres no trabalho de confecção de rendas. 1955.

Entre outro grupo operário, constituído basicamente por mulheres, estavam as costureiras. Elas trabalhavam na fase de acabamento da produção de tecidos e rendas. Na foto acima as operárias trabalham em um amplo galpão, em fileiras dispostas paralelamente. Este grupo operário tinha como característica permanecer de forma temporário na indústria. Ingressavam no meio industrial como forma de aumentar a renda familiar e permaneciam na fábrica até seu casamento ou até engravidar.

O controle sobre a vida do operário foi constante e as atividades de lazer estavam todas relacionadas ao ambiente fabril. Esse controle ampliou-se à medida que se consolidou a exploração e dominação na cidade a partir das fábricas pioneiras. Vejamos: em 1940, a Filó constrói o clube recreativo Olifas e a Ypu conclui a construção da vila operária. Em 1962, a fábrica de rendas Arp constrói uma escola e, em 1964, uma vila olímpica, consolidando de vez sua influência nas atividades “livres” dos trabalhadores, através da realização de jogos, femininos e masculinos, e na realização de bailes. Essas mesmas fábricas também são responsáveis pela construção de moradias para alguns tecelões, desde o início do processo de industrialização na cidade.

Nos anos 1960, as fábricas aumentam sua produção, como a Ypu, que amplia a área têxtil e inaugura em 1964 a seção de bordados, com a aquisição de novas máquinas, e a Arp, que investe na área de bordado. Em 1968, a Triumph Internacional, uma das maiores empresas de confecções de *lingerie* do mundo, comprou a fábrica têxtil (Filó) e manteve a produção de diversos produtos têxteis além da produção de *lingerie*, transformando a empresa na maior confecção da cidade e a única de *lingerie* até os meados dos anos 1980. Tendo ali se implantado¹³ para aproveitar os baixos salários da região, fugindo da explosão salarial dos países do centro, e para deslocalizar parte da sua produção da Europa, devido ao aumento dos conflitos sociais do final da década, que se ampliavam com o fim do compromisso fordista.

A partir de então, a Filó, adquirida pela Triumph, iniciou a formação de um grande setor de operárias costureiras para produção de roupa íntima, mas manteve uma diversidade de produtos de cama e mesa. É ainda interessante observar que, dentro de todo o processo produtivo, a confecção, a última fase do processo produtivo têxtil, se constituiu na atividade menos automatizada e com uso intensivo da força de trabalho. Além disso, a empresa decide

¹³ Segundo reportagem do jornal local “A voz da serra”, a implementação da Triumph Internacional na cidade se realizou através de negociações com a prefeitura. O prefeito chegou a viajar para a Europa, onde iniciou as conversações.

manter sua produção de malharia e fiação, destinada a seus produtos e a algumas empresas locais.

Como se percebe, a empresa mantinha-se organizada nos padrões fordistas, com a produção verticalizada de produtos padronizados (BORIN, 2006), com todas as fases da produção constituídas no interior da fábrica. Além disso, as indústrias mantinham o controle sobre as atividades de lazer das famílias operárias, sendo elas as principais detentoras de espaços de sociabilidade na cidade. Nos anos 1970, essa participação se amplia, principalmente no esporte, com a criação em 1976 do E.C. Filó e, posteriormente, com o ginásio da Ypu, em 1979.

A Triumph mantém nesse período toda a política corporativa implementada pelos industriais pioneiros e alimentada pelo trabalhismo. Continua a política de benefícios sociais e a imagem de um empresariado comprometido com o “povo” friburguense.

No final dos anos 1970, o sistema de dominação e exploração local parece consolidado. Indústrias, como a Ypu, realizam em 1974 novos investimentos na área de bordados. Em 1978, a Firjan abre uma delegacia regional e, em 1979, é fundado o Sindicato das Indústrias do Vestuário de Nova Friburgo, tendo como presidente o diretor geral da Triumph. Ainda no início dos anos 1980, a Arp inaugura um novo edifício social, que culminou com as comemorações de seus 70 anos, em 1981.

Neste mesmo período há portanto uma diversidade de categoria operárias que trabalhavam conforme as regras fordistas e com as indústrias mantendo, de forma mais atenuada, o controle sobre sua vida social e privada.

A chegada da multinacional de produção de roupa íntima feminina Triumph à Nova Friburgo pode ser entendida como uma marca da expansão do capitalismo no Brasil, fruto do milagre brasileiro que, “de 1968 a 1974, correspondeu precisamente ao período em que capitalistas dos países centrais procuravam fugir cada vez mais da luta dos trabalhadores militantes” (SILVER, 2005, p.64), uma resposta ao período de contestação (1968-1979) que abalou o compromisso social-democrata, principalmente na Europa. Esse

conflito levou a um aumento do ritmo de crescimento dos salários nominais, começando de forma gradual nos EUA e se espalhando rápida e simultaneamente por praticamente todos os países industrializados (Reino Unido, Alemanha, Itália, França, Japão, Suécia, Canadá etc.), em 1968. Na maior parte destes países, a taxa de crescimento dos salários nominais no período de 1968-1971 – antes do aumento do preço internacional das commodities de 1972-1973 e do primeiro choque do petróleo em 1973 – foi mais que o dobro da taxa de vinte anos anteriores, fenômeno que ficou conhecido como a ‘explosão salarial’ (FIORI, 2004, p. 96).

A chegada dessa empresa marca o início da mudança no sistema de relações sociais de dominação e exploração, que gera outras configurações possíveis no interior do sistema social capitalista e no interior do conjunto de relações dentro da classe operária e entre esta e o patronato. As modificações no capitalismo após os conturbados anos 1960 e 1970 levaram à mudança micro e macro no ambiente local.

Portanto, o que chamamos de 60 anos gloriosos da burguesia foi marcado fundamentalmente pela contínua expansão do poder político e, sobretudo, econômico dos industriais da colônia alemã, que culminou na instalação na cidade da multinacional Triumph, sem que houvesse nesse período um mínimo de abalo ou de mudança de política em função do nível de agudização da luta de classe. Bem como a consolidação de diversas categorias operárias, a principal delas os tecelões. Esses anos foram marcados também pela construção, manutenção e consolidação do padrão de dominação e exploração exercidas através do controle das primeiras fábricas nas vilas operárias, em locais dispersos, que dificultaram o encontro entre trabalhadores. Além, ainda, da construção de uma ideologia dominante própria, que variou de “Suíça brasileira” a “Nova Friburgo é um paraíso capitalista” (ARAÚJO, 2003)¹⁴. Vejamos as declarações, em 18 de setembro de 1983, do então prefeito Heródoto Bento de Mello:

a companhia de eletricidade de Nova Friburgo não é da Eletrobras, mas da Família Arp. A estação rodoviária não é da CODERTE, e sim dos Quevedo. Lá não há azulões do CTC, mas os ônibus dos Maia. Com uma previsão de faturamento este ano de quinhentos bilhões em seu parque industrial, o progresso no município está atrelado à iniciativa privada (MELLO *apud* ARAÚJO, 2003, p. 237).

Disse também o sócio majoritário da fábrica de rendas Arp, Edgar Arp: “sem dúvida, uma experiência bem sucedida de capitalismo acontece em Nova Friburgo. Às vezes penso que isso deve ser protegido. Alguma coisa como uma muralha cercando essa cidade, que tem um clima e gente excepcional” (Arp *apud* ARAÚJO, 2003, p. 238).

Essa ideologia da classe dominante local combinada com a hegemonia do trabalhismo no movimento operário, e com efeito desorganizador provocado pela interferência do Estado na mobilização dos trabalhadores, dificultou a formação de um movimento operário ativista e independente de patrões e governos.

¹⁴ Conforme declarou o empresário de origem alemã Horst Garlipp.

Esse “padrão” significou que as indústrias forneciam serviços sociais e atividades culturais e esportivas, centrais para a sociabilidade das operárias e operários, como bailes no final de semana, campeonatos de futebol e vôlei, escolas, creches, refeições e jogos esportivos.

Entretanto, já no final dos anos 1970, algumas modificações começaram a surgir quando o Estado, principalmente os governos federal e estadual intervieram na organização da habitação popular, principalmente com a construção de moradias através do Banco Nacional de Habitação (BNH). No caso friburguense, isso significou uma mudança na relação das fábricas com seus operários, uma vez que estas paulatinamente deixaram de construir e oferecer moradias a seus operários.

Podemos, então, dizer que entre as décadas de 1930 e 1980 se consolidou um padrão de exploração e dominação parecido, como já afirmamos, em certos aspectos com o sistema de produção industrial da cidade de Paulista/PE (LEITE LOPES, 1988), principalmente no tocante à fábrica com vilas operárias. O diferencial da industrialização friburguense será a fragmentação territorial das fábricas e vilas, porque

as indústrias mais importantes da cidade ocupavam as quatro extremidades do núcleo urbano, como se executassem um grande abraço em torno da cidade. Inegavelmente, as indústrias envolviam todo o espaço correspondente ao núcleo urbano, o que possibilitava um controle estratégico sobre o que era na época o núcleo urbano (EMRICH, 2007, p. 51).

Os tecelões em luta e a expansão das operárias costureiras

A situação econômica brasileira a partir de 1979 foi de inflação e baixo crescimento econômico, em consequência, dentre outros fatores, do segundo choque do petróleo e do salto dos juros reais no mercado internacional em consequência da nova política norte-americana adotada em 1973, o “sistema dólar flexível”. No final dos anos 1970, em decorrência dessa política, os EUA adotaram uma postura agressiva de valorização unilateral do dólar, provocando uma recessão e um ajuste radical da economia mundial, que tomou toda a década de 1980 (FIORI, 2010).

A partir de 1981,

a crise da dívida externa obrigou o Brasil a adotar, sob pressão do Fundo Monetário Internacional (FMI), uma política recessiva, voltada, principalmente, para a busca de superávits comerciais, capazes de garantir o pagamento integral dos encargos da

dívida externa. A recessão de 1981-1983 promoveu uma brutal retração do mercado interno e a queda da produção industrial do país, obrigando empresas a orientarem as suas vendas para o mercado mundial. Ocorreu, portanto, o ajuste exportador (ALVES, 2000, p. 112).

Podemos verificar que esse ajuste exportador, no caso da Triumph, significou o redirecionamento para a produção de roupa íntima feminina para o exterior, principalmente para os EUA. A empresa deixou de produzir, aos poucos, uma diversidade de produtos (roupas íntimas masculinas, toalhas, cortinas, jogos americanos) e ao mesmo tempo começou a implementar as políticas de mudança na organização do processo produtivo.

A crise econômica da década de 1980 afetou fortemente a indústria local, principalmente na segunda metade desses anos, e com isso desencadeou um processo de reestruturação industrial na cidade, que provocou uma heterogeneidade de relações de produção. A Filó e a Arp iniciaram um enxugamento, com demissões em massa; a fábrica Ypu concluiu sua venda para o grupo Syaonara Poesi, que a fechou; e a metal-mecânica Iwega, bem como a fábrica de bebidas Teacher transferiram suas plantas industriais. Podemos, então, determinar o ano de 1984 como o marco inicial de um processo de mudança, uma vez que é nesse ano que a fábrica Ypu pede falência e nomeia um interventor, após ter sido vendida. Em 1985 a empresa pede concordata.



Ilustração 8. Fábrica Ypu (à direita na foto). Anos 2000.

Entretanto, na conjuntura dos anos 1980, teremos um processo de mobilizações do antigo núcleo operário, os tecelões, que lutam pela defesa de seu trabalho, ao mesmo tempo em que as grandes indústrias implementam suas políticas de reestruturação.

As “novas estratégias das corporações transnacionais nos anos 1980 implicaram a adoção – ainda que em caráter restrito (e seletivo) – por parte de suas subsidiárias no Brasil (...) de novos padrões organizacionais-tecnológicos, inspirados no toyotismo” (ALVES, 2000, p. 114) e no movimento de busca do mercado externo (HIRATUKA, 1996) provocado pela crise da demanda doméstica, o que fez o governo federal incentivar a exportação da indústria de bens de consumo.

A Triumph International se adaptou ao cenário econômico brasileiro dos anos 1980 e ao incentivo governamental para exportação. Passou paulatinamente a diminuir a diversidade de mercadorias da sua fábrica, a Filó, e se concentrou na produção de roupa íntima feminina. Assim, diminuiu sua força de trabalho e, em 1996, demitiu 600 operárias costureiras. Também iniciou em meados da década de 1980 a implementação de protocolos toyotistas, como os círculos de controle de qualidade (CCQ) e o sistema de trabalho em célula, ainda que tenha mantido a parte de fiação e tecelagem dentro da sua fábrica.

Assim, a “introdução dos CCQs no Brasil dos anos 1980, em virtude de sua concepção restrita, não alterava os padrões tradicionais de trabalho, preservando – e, às vezes, intensificando – a separação, o planejamento e a execução da tarefa que permanecia simples e individualizada” (ALVES, 2000, p. 117).

No setor de fiação e tecelagem houve uma completa reestruturação. A Arp e a Hak compraram novos maquinários e produziram novos materiais. Com isso, diminuíram seu efetivo de trabalhadores, assim como a Triumph.

Entretanto, concomitantemente a essas demissões, o movimento sindical iniciou uma resistência contra as exonerações, principalmente contra a política do novo grupo acionista da fábrica Ypu de fechá-la. O movimento operário acompanhou o ascenso nacional das lutas sindicais e iniciou uma forte resistência¹⁵ aberta e coletiva às medidas implementadas pelas empresas. Ao mesmo tempo, diversas costureiras e tecelões demitidos iniciaram a produção familiar de roupa íntima com as indenizações que receberam ao serem demitidos. Assim, a

¹⁵ A resistência é aqui entendida como “qualquer ação de indivíduos ou grupos que se encontram numa mesma condição de classe, que vise barrar as demandas dos grupos ou classe dominante, ou realizar demandas que entrem em choque com aqueles grupos dominantes” (FERREIRA, 2007, p. 18).

formação de micro e pequenas empresas e o trabalho à domicílio não fizeram parte de estratégia de terceirização de grandes empresas, ela surge “necessidade” de sobrevivência de um amplo contingente operário em um contexto de luta política e crise econômica estimulado por empresários do setor de comércio e serviço local.

Com isso, há, por um lado, um processo de retorno ao trabalho familiar, incentivado por um representante comercial¹⁶ de uma indústria de tecido, que financiou máquinas de costura (comprou 126 máquinas usadas nas grandes empresas), exigindo em contrapartida que os tecidos fossem comprados com ele (BORIN, 2006) e, por outro lado, a resposta do movimento operário-sindical com as mobilizações, principalmente contra o fechamento da Ypu, que se estenderam até 2003.

Percebemos que houve uma disputa política na cidade, a luta dirigida pelos sindicalistas e operários com ocupações de fábricas¹⁷ ao longo dos anos 1990 e a política de formação de micro e pequenas empresas de confecção. Esta última política foi promovida pelos empresários do comércio e “do turismo”, que divulgavam as baratas roupas íntimas produzidas na cidade e estimulavam a atividade industrial familiar, o comércio informal e uma visão de colaboração entre trabalhadores e patrões. Em 1991, a fundação de uma agência de turismo, a Free Burgtur, estimulou o comércio de sacoleiros e a edição do jornal “La Femme”, que pela primeira vez usará o termo “capital da moda íntima”. Estes foram elementos fundamentais para a consolidação do mercado de *lingerie* na cidade.

Portanto, o início do polo foi uma política de grupos empresariais do comércio e turismo combinados com a necessidade de sobrevivência dos tecelões e das costureiras desempregadas. Entretanto o movimento operário local viveu um período de intensas mobilizações, com ocupações de fábricas e greves, como a greve geral do setor têxtil em 1986, a greve concentrada na fábrica da Triumph e da Sinimbu, em 1987, e uma greve na Arp, Sinimbu e Triumph, em 1990.

Neste sentido, havia uma disputa política entre o projeto burguês de formação do polo de roupa íntima e o projeto operário, limitado pela sua experiência política e pela hegemonia do modelo social-democrata da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Porém o movimento operário não construiu uma saída para além das suas bandeiras reivindicativas. Por exemplo,

¹⁶ Silvio Montechiari, representante comercial de empresas de tecidos, passou a arrendar máquinas em troca da compra de matéria-prima pelas costureiras. Foi um dos principais responsáveis pela expansão do polo e um dos principais beneficiários.

¹⁷ Outras fábricas, do ramo metal-mecânica, foram ocupadas em Nova Friburgo, como a Haga. Um estudo de caso sobre o processo de ocupação foi realizado por Menezes, 2008.

na Ypu os operários se colocavam apenas contra a direção daquela fábrica, sem, contudo, ganhar contornos maiores no município, ainda que o movimento sindical de outros setores apoiasse e participasse das lutas operárias, como era o caso dos sindicatos dos professores e metalúrgicos. Porém a mudança do cenário nacional e internacional do movimento sindical, e do socialismo de maneira geral, impactou a agitação dos tecelões, principalmente no final da década de 1990.

No cenário nacional há mudanças importantes. Desde o governo Sarney, o Estado brasileiro iniciou uma transição de ajuste do processo de desenvolvimento, dependente do subdesenvolvimento, aos parâmetros macro e microeconômicos de um capitalismo ultramonopolista, com maior concentração de capital. Isso significou, em termos gerais: a maior internacionalização e concentração de capitais; novas relações de produção baseadas no toyotismo; ampliação da exploração da mão de obra em escala global e ampliação da acumulação financeira.

Por outro lado, o modelo social-democrata no movimento operário e o quadro recessivo econômico, que levou ao aumento do desemprego, impactaram a ação dos trabalhadores friburguenses. Desse grande número de desempregados especializados no

“segmento de *lingerie* e sem perspectivas de emprego, (...) muitos resolveram aproveitar as indenizações para comprar suas máquinas de costura e iniciar seu próprio negócio. Todo esse processo resultou na criação de várias micro e pequenas empresas de confecções, o que caracterizou fortemente a formação da indústria de moda íntima em Nova Friburgo” (BORIN, 2006, p. 158).

Esse cenário favoreceu o projeto dos empresários do comércio e do setor de serviços da cidade. Em 1990, a fração da burguesia brasileira organizada na Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), lança o livro intitulado ‘Livres para crescer – proposta para um Brasil ‘moderno’’ (DEO, 2007) e adota definitivamente as propostas do chamado Consenso de Washington. Com isso, abandonaram qualquer perspectiva de um projeto neodesenvolvimentista e adotaram o que Polany (1980, p.141) chama de “credo liberal”.

Assim, temos a mundialização do capital e, no cenário interno microeconômico, a reestruturação produtiva e a adoção do projeto neoliberal pela burguesia industrial, representada pela Fiesp, que veio a formar um bloco histórico com o Partido da Social-democracia Brasileira (PSDB) na defesa desse projeto. Nesse período, o Estado brasileiro implementou as medidas políticas necessárias para a adaptação às novas diretrizes dos organismos internacionais.

Neste sentido, os anos 1990 marcaram o início de uma mudança da inserção brasileira na nova divisão internacional do trabalho e no sistema interestatal mundial, uma adesão ao capital financeiro e à política hegemônica do Estado líder, os Estados Unidos da América.

A resistência dos trabalhadores, como as seguidas greves operárias, não foi capaz de impedir o desmantelamento da indústria local, não só no setor têxtil. A vitória do candidato Fernando Collor de Mello à presidência da República levou à continuação das aplicações das medidas neoliberais, que afetaram as indústrias têxteis, além da redução das tarifas realizadas pelo governo brasileiro desde 1986, iniciando-se a desestruturação do setor têxtil. “Em 1988, as taxas caíram de 105% para 65%. No começo do governo Collor, em 1990, passaram de 40%, chegando a 30% dois anos depois. Com Itamar Franco, as alíquotas foram reduzidas para 20%” (COLLI, 2000, p 45).

Colli (2000) observou que o custo dos tecidos coreanos chegava a menos da metade do preço das indústrias brasileiras. O desenvolvimento dependente do capitalismo brasileiro levou à diferenciação entre o setor de bens de consumo e de bens de produção, em sua maioria importados. O primeiro governo civil da ditadura, Sarney, e a eleição de Collor em 1989 marcaram definitivamente as mudanças que vieram a seguir o padrão de dependência do capitalismo brasileiro na nova fase de acumulação do capital. No nosso entender, isso significou que os planos do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento foram, aos poucos, revistos e combatidos. Soma-se a esse cenário o deslocamento do centro de acumulação do capitalismo para a Ásia, o que levou a sua expansão industrial, ocorrida também no ramo têxtil.

A mudança no cenário político-econômico nacional e internacional, bem como as ações da classe dominante impactaram também a cidade. Em 1992, o sindicato patronal do vestuário local deixa de ter como presidente um representante da Triumph, pela primeira vez desde sua fundação em 1979. Além disso, é organizada pela primeira vez na cidade a Feira do Vestuário. Tais fatos marcaram o início da reestruturação produtiva da cidade através do projeto burguês.

Assim, a classe dominante local se organizou e avançou com seu projeto em um cenário nacional e internacional favorável, enquanto o movimento dos operários tecelões intensificou suas ações com uma série de ocupações na fábrica Ypu, que se estendeu até 2003, em um cenário desfavorável para os trabalhadores. Nas outras fábricas, o quadro recessivo também foi grande. Em 1995, as trabalhadoras da Triumph deflagraram uma greve. Em 1996,

a Arp demite 320 trabalhadores. Em consequência, foi deflagrada uma greve geral do setor têxtil. No mesmo ano, a Triumph demite 600 trabalhadoras, fato que marca, definitivamente, a introdução das técnicas organizacionais toyotistas e a adaptação da empresa à nova conjuntura política e econômica de mundialização do capital, uma vez que reduziu o tipo de produto e se concentrou, definitivamente, na produção de roupa íntima feminina. Neste sentido, o ano de 1996 é um marco, negativo, para os trabalhadores e consolida o Polo de Moda Íntima.

A partir de então, consolida-se o processo de reestruturação industrial. A demissão em massa levou trabalhadoras das grandes unidades fabris para as pequenas e microconfecções (formais e informais), para o trabalho em domicílio e para facções localizadas em meio a bairros residenciais.

De maneira geral, identificamos o trabalho em domicílio como o trabalho realizado na habitação do funcionário, com maquinaria de sua propriedade, por encomenda de empresas ou de seus intermediários, envolvendo geralmente a realização de tarefas parciais do processo produtivo, recebendo em troca pagamento por peça (ABREU, 1986). Já a facção é definida como a contratação de serviço de terceiros para realizar parte do processo de confecção fora do espaço da oficina.

A ampliação das pequenas confecções e a expansão do trabalho em domicílio marcaram a mudança nas relações de trabalho e na vida cotidiana dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade, agora ainda mais dispersos. Criou-se, no momento de necessidade, o “agente” microempresário, que ficou na memória coletiva dos outros trabalhadores como modelo de ascensão social.

Portanto, o setor industrial local passou a se especializar no setor de confecção através das micro e pequenas empresas, o que podemos considerar uma tendência dessa cadeia produtiva. Isso porque o setor têxtil de fiação e malharia depende de grande aporte de capital, devido às grandes inovações tecnológicas do setor (JINKINGS E AMORIM, 2006). Mas, novamente, é interessante notar que o processo friburguense de micro e pequenas empresas não foi formado a partir da terceirização da produção.

As empresas de fiação e tecelagem da cidade, como a Arp e a Hak, apesar da crise na indústria têxtil dos anos 1990 e a despeito da concentração do setor, conseguiram manter sua produção com a diminuição de tecelões e a compra de novos equipamentos, e mesmo com a situação têxtil nacional e local. Contraditoriamente, a especialização produtiva no setor de

confeção possibilitou a manutenção de algumas indústrias, uma vez que os artigos produzidos “nos teares mais antigos, como os de lançadeira, com ou sem pinça, são muito mais versáteis e, quando adaptados, ou seja, quando neles são inseridos alguns acessórios, têm muito mais qualidade, principalmente os artigos mais finos ou semiartesanais. Por se tratarem de artigos que não são fabricados em ritmo industrial, os teares mais antigos respondem com mais eficiência à especificidade dessa produção. É o caso da produção de *lingerie*, que necessita ser fabricada em teares mais antigos” (COLLI, 2000). Assim, essas empresas tiveram mais tempo para, ao longo das décadas, adquirir novas máquinas e implantar inovações organizacionais oriundas do modelo toyota.¹⁸

Anos 1990 e a aglomeração setorial friburguense

Enquanto no cenário nacional as classes dominantes iniciaram a implementação de seu projeto político neoliberal, internacionalmente ocorrem importantes mudanças, que são fundamentais para a vitória desse projeto, como a desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), abrindo espaço para o projeto imperial norte-americano, que inicia a nova fase com a Guerra do Golfo em 1991. Além disso, a partir da desintegração soviética, os EUA agiram em aliança com a OTAN, nos países do báltico, dos Bálcãs e da Ásia central, construindo um cinturão entre Rússia e Europa e Rússia e China.

Por sua vez, a política americana para a Ásia adotada no pós-Vietnã foi marcada pelo acordo comercial com a China, fortalecida progressivamente na região, aumentando a competição regional com o Japão. Essa rearticulação sino-americana levou a China de exportadora de petróleo à segunda maior importadora de óleo do mundo e provocou uma grande demanda por minério e alimento devido ao investimento chinês em obras, infraestrutura e no processo de industrialização.

Assim, a ação econômica americana na região, em um primeiro momento para conter o avanço soviético e, posteriormente, como reorientação da sua política externa, levou vários países asiáticos a um processo de desenvolvimento e industrialização. Além disso, a ação japonesa na região, de investimento em bens de capital e uma articulação com os mercados

¹⁸ A Arp atua na fabricação de fios industriais de algodão, acrílico e misto (algodão e acrílico) e possui uma linha de fios panda para trabalhos artesanais, como tricô ou crochê, bordados e trabalhos manuais. Hoje ela é líder nas Américas no mercado de bordados. A Sinimbu atua na fabricação de fitas decorativas, fitas de cetim, rendas de algodão e elásticos para *lingerie*. A Hak atua na preparação de fios, almoxarifado, retorcedeiras, urdideiras, trançadeiras, rimoldi, teares de agulhas, engomadeiras, acabamento e expedição.

compradores da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), provocaram uma nova possibilidade para os novos países industrializados, diferente da relação estabelecida entre EUA e América Latina. Isso quer dizer que o Japão transferiu algum tipo de tecnologia para os tigres (*flying geese*), realizando um comércio triangular (Japão, Tigres e OCDE).

Assim, o cenário internacional do início dos anos 1990 ficou marcado: 1) pelo novo ciclo do expansionismo militar americano e de seu projeto imperial; 2) pela hegemonia do capital financeiro, com mudança do padrão de acumulação, que significa cada vez maiores investimentos em pesquisa e desenvolvimento, já que o ciclo está cada vez mais curto (CHESNAIS, 1996); 3) a consolidação da mudança do padrão estabelecido em Bretton Woods para o padrão dólar flexível; e 4) pelo maior investimento externo direto, pelas fusões, aquisições e alianças estratégicas entre empresas para desenvolvimento de novas tecnologias. Por sua vez, a volatilidade e instabilidade dos fluxos de capitais são elementos característicos da globalização.



Ilustração 9. Fábrica de rendas Arp. Anos 90.

No cenário nacional, houve o avanço do movimento sindical oriundo das mobilizações da década 1980, que apostava todas as suas fichas na via eleitoral através de um programa democrático popular, que teve seu auge na candidatura de Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT). Essa situação histórica abalou por alguns instantes a hegemonia burguesa na sociedade. Entretanto a política federal recessiva, com forte desemprego, e o movimento sindical-popular hegemonizado pelo PT inviabilizaram uma resistência à implementação do projeto neoliberal.

A nova inserção iniciada por Collor e continuada pelo “dependentista” Cardoso levou o país a ser um grande importador de bens e serviços, o que aumentou os saldos negativos na conta de transações correntes da balança de pagamentos. Criou-se um círculo vicioso, pois, para financiar ou diminuir esse saldo, foi alardeada a privatização de empresas públicas, aquisições de empresas nacionais por capitais estrangeiros e pelos fluxos internacionais de capitais (superávits na conta de capital), equilibrando-se a política econômica em uma “corda no precipício”. As privatizações funcionaram como uma âncora na estratégia de estabilização de preços ao permitir a existência de crescentes déficits na conta de transações correntes da balança de pagamentos e contribuíram de forma importante para os processos de desnacionalização da economia.

A abertura comercial e as privatizações geraram importantes modificações para segmentos industriais, como vendas e fusões de empresas públicas e privadas. Tais medidas levaram a um processo de desindustrialização, com redução da participação da indústria na economia nacional (FILGUEIRAS, 2006). O diverso parque industrial brasileiro foi, em grande medida, desarticulado, tendo em vista que a protegida indústria brasileira, atingida por uma década anterior de crise, não teve condições de enfrentar o avanço tecnológico dos países centrais e dos emergentes países asiáticos. Ampliaram-se relativamente ramos industriais de pouco dinamismo, intensivo no uso de recursos naturais e mão de obra.

Essas mudanças na política nacional e no cenário internacional atingiram fortemente a indústria têxtil. O movimento sindical local não conseguiu ter um resultado positivo com suas mobilizações. A debilidade organizativa e política ampliou-se na medida em que a CUT caminhou para uma política de colaboração.

No cenário local houve uma importante reestruturação produtiva no parque industrial, que, como já observamos, não foi iniciado por um processo de terceirização da produção. Esse processo pode ser dividido em três fases distintas. A primeira foi marcada pela geração de operárias demitidas das grandes fábricas, principalmente da Filó, período que se estendeu até 1996; a segunda, marcada pela expansão das pequenas e médias confecções, com a formalização de parte dessas indústrias e com os filhos no controle da produção; e a terceira, pela abertura de novas confecções por ex-operários e supervisores de pequenas e médias confecções, que decidiram fundar sua própria indústria.

Na primeira fase, marcada pela criação das indústrias domésticas, a partir da necessidade de sobrevivência das operárias e operários demitidos das indústrias, não há uma

intervenção sistemática de órgãos da classe empresarial e do Estado. Essas pequenas confecções se desenvolveram com a produção de peças a preços muito baixos no mercado, comercializadas, principalmente, por sacoleiros. A reestruturação produtiva se consolidou nos anos 1990, quando houve uma maior abertura de pequenas e médias fábricas, formais e informais, e se expandiu o ofício de costureira pela cidade, com aumento do trabalho em domicílio e o número de facções, de maneira geral de forma extremamente precária. É o momento em que a geração dos filhos de empresários começa a gerir e participar do controle produtivo. Além disso, é o início dos estudos do setor pela Firjan, que começa a apresentar um projeto para a cidade. A terceira fase foi marcada pelo crescimento de confecções, com ex-costureiras e ex-supervisores abrindo novas confecções, formais e informais, e facções. Algumas fábricas cresceram e passaram a abastecer grandes magazines. Esse período é marcado pela transformação das políticas públicas, que passaram a incentivar as pequenas e médias indústrias locais. Por sua vez, o governo estadual, principalmente através da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), passou a subsidiar parte do desenvolvimento tecnológico, principalmente na parte de corte.

As primeiras unidades utilizaram, em geral, as relações de parentesco e amizade em situações de informalidade. Essas relações funcionam como uma acumulação de capital. Essas trabalhadoras e trabalhadores são familiares e amigas e amigos em idade escolar, o que se constitui em uma primeira oportunidade de trabalho, possibilitando o pagamento de salários ainda mais baixos, a falta de benefícios e os conflitos amenizados. Neste sentido, os laços familiares e de amizades são ativados pelo empresário. O trabalhador passa a colaborar com o patrão. Uma das características do início de formação das pequenas indústrias na cidade foi a heterogeneidade, que se mantém até os dias atuais, das relações de trabalho, desde empresas formais a trabalho em domicílio (*swetting shopp* e *putting out*).

Portanto, esse período de utilização das relações de parentesco e amizade nas indústrias informais caracterizou-se como uma espécie de acumulação primitiva de capital para aquelas indústrias que cresceram em capital e se formalizaram. Uma espécie de mini acumulação primitiva setorial e microeconômica.

A mudança no padrão da moeda e todas as suas consequências nos anos 1980, como a valorização do dólar e o conseqüente aumento da dívida brasileira, a desintegração da União Soviética e a mundialização do capital, impactaram o desenvolvimento industrial local. Assim, no final dos anos 1980, a Triumph começou a implementar na indústria local o sistema

de produção de célula e eliminou, ao longo da primeira metade da década de 1990, o sistema de produção individualizado. Pode-se afirmar que, a partir dos anos 1990, as estratégias empresariais das pequenas e médias empresas implicaram a adoção restrita dos novos padrões, fundamentalmente organizacionais, inspirados no toyotismo. As empresas e facções, principalmente as menores, passaram a adotar o sistema de produção *just-in-time/kanban* e a polivalência das operárias, que foram continuamente obrigadas a saber operar mais de duas máquinas de costura.

O just-in-time/kanban, no Brasil dos anos 1980, desenvolveu-se sob uma dimensão perversa (...), isto é, a simplificação e padronização das tarefas, além da intensificação do trabalho, pela eliminação das porosidades na produção (o tempo dito ocioso). Este, é claro, é o próprio espírito do toyotismo. Só que a polivalência operária, instaurada com o novo sistema de produção, tornou-se apenas a capacidade de alimentar mais de um tipo de máquina, não implicando para o operário a posse de uma série de múltiplas habilidades (ALVES, 2000, p. 120).

Enquanto há uma contínua mudança da organização do trabalho, a partir da Triumph, a pequena e média burguesia, nascente das pequenas confecções, começou a organizar eventos locais e contar com apoio de outras organizações empresariais e do Estado. Em 1992, o Sindicato das Indústrias do Vestuário (Sindvest) organizou a I Feira de Vestuário (Fevest). A partir de então, houve uma ação das associações empresariais e do Estado, principalmente do governo estadual, para organizar as pequenas indústrias locais. Em 1997, o empresariado, a partir da Firjan e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), e a Secretaria de Estado de Indústria e Comércio do Rio de Janeiro encomendaram estudos à Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Ao mesmo tempo, o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), depois de uma pequena mudança em sua política econômica (BOITO JR., 1999), criou o Fórum de Competitividade da Cadeia Produtiva Têxtil e de Confecções, em 30 de maio de 2000, um fórum tripartite composto por organizações empresariais, dos trabalhadores e estatais, como articuladores de políticas públicas. O objetivo foi engendrar uma política nacional que envolvesse os atores daquela região nos arranjos produtivos locais (APLs)¹⁹ de confecções.

Por sua vez, essas medidas têm como pano de fundo a experiência industrial da Emilia Romagna, na Itália. Esse processo de industrialização é conhecido como “distritos industriais da terceira Itália”, caracterizado pelas diversidades, em vários setores, de pequenas fábricas

¹⁹ Arranjos produtivos locais são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito e de ensino e pesquisa.

que se integravam e compartilhavam tecnologias, conseguindo manter um alto índice de emprego industrial na conjuntura dos anos 1970 e 1980, sendo vistas como exemplo de enorme sucesso.

Nesse momento, Estado e organizações empresariais passam a encaminhar políticas com referências nessa experiência de desenvolvimento. Assim, a partir dos anos 1980, uma gama de estudos emergiu,

examinando os processos de globalização, a integração dos mercados nacionais aos mercados mundiais e as alterações provocadas pela introdução de novos paradigmas tecnológicos e seus impactos territoriais. Na verdade, o que ocorreu foi um resgate conceitual do território, em que se propõe estudar as relações interfirmas imersas no ambiente localizado, ou seja, no sistema de produção local. Genericamente, há diversas nomenclaturas (distritos industriais, “clusters”, sistemas produtivos locais, “millieux inovateurs”) que definem uma concentração setorial e espacial de empresas. Nesses conceitos, são incorporados outros elementos relacionados à intensidade das trocas intra-aglomeração, à existência de relações de cooperação, ao grau de especialização e desintegração vertical da aglomeração e ao ambiente institucional, para dar suporte ao desenvolvimento desses aglomerados. (...) O formato clássico dos sistemas produtivos locais – SPLs, com processos inovativos tipicamente localizados, são os chamados distritos marshallianos, especialmente sua vertente contemporânea, os distritos da Terceira Itália (BORIN, 2006, p. 73).

Assim, foi criado, em 1997, o chamado “Polo de moda íntima de Nova Friburgo e região”, com objetivos inspirados no processo da “Terceira Itália”. Vejamos essa experiência italiana.

O processo da Terceira Itália

A reestruturação industrial italiana iniciou-se em 1975 através de pequenas unidades de produção, subcontratação e reorganização geográfica. Nesta experiência há uma forte rede de empresas especializadas. As redes se constituem efetivamente com cooperação técnica e tecnológica, por meio da ação dos empresários e trabalhadores de alto nível de qualificação e com uma forte atuação estatal. Esse processo de descentralização da atividade produtiva, com aumento do trabalho em domicílio e emprego feminino, assumiu uma característica estrutural na indústria italiana (ABREU, 1986).

A análise da experiência italiana demonstrou que o trabalho em domicílio está integrado a uma lógica eminentemente capitalista de maximização dos lucros, mas que fatores de natureza social e cultural devem também ser levados em consideração na análise do problema.

Para entender o processo de organização industrial da Emília Romagna é necessário compreender o processo de desenvolvimento econômico, político e social da região, bastante distinto de muitas outras regiões da Itália.

A estrutura industrial desenvolvida na primeira metade do século propiciou os resultados tão positivos das décadas posteriores. Ainda houve um movimento socialista e comunista que oscilou entre o reformismo corporativista e o anarcossindicalismo (CAPECCHI, 1990). Outro fator importantíssimo na Emília Romagna era que

almost all local authorities, including the regional government, are controlled by the communist party, often in alliance with the socialist party. The region, therefore, represents a kind of test for a coalition of left wing parties in Italy which is of broader European interest (BRUSCO, 1982, p. 51).

Na primeira metade do século XX, entre 1900 e 1950, a estrutura fundiária da região propiciou a criação e o desenvolvimento de um mercado relativamente estruturado. Além da extraordinária fertilidade dos solos (*idem*), existia uma pequena agricultura familiar, com protoindústrias entre os camponeses, cooperativas agrícolas – estimuladas pelos Partido Comunista Italiano (PCI) e Partido Socialista (PS) –, artesãos tradicionais e a presença de escolas técnicas. Os produtos fabricados na economia doméstica eram comercializados no mercado informal. A prática associativista impulsionada no campo pelos partidos de esquerda influenciou as associações de artesãos e pequenos empresários. Assim, a economia informal surge como um apêndice do mercado formal e cresce à medida que possa servir para uma possível mobilidade social.

Em um segundo momento histórico, em meados dos anos 1950, chamamos atenção para o aumento da força de trabalho na indústria, associado à reorganização do campo. A formação de novas pequenas indústrias de engenharia, cerâmica, têxteis, alimentos e empresas de transformação estará diretamente ligada à formação de capital, a partir da venda de propriedades rurais.

Entre as décadas de 1950 e 1970 aumentou o número da força de trabalho na indústria, passando de 23% para 43% do total, enquanto decaiu o número da agricultura. Nesse período de prosperidade, a informalidade cresce e, ao mesmo tempo, a estrutura produtiva se consolida em empresas com até dez operários.

Os setores que conduziram à industrialização foram: metalúrgico, mecânico, vestuário e têxtil, baseado em pequenas e médias empresas especializadas na produção de bens de

capital e bens de consumo. As empresas ainda constituíram um autossuficiente sistema, sem depender de contratos com grandes indústrias (CAPECCHI, 1990). É interessante a observação de Gorz (2001) e Castoriadis (1985) ao indicar que as mudanças organizacionais devem ser analisadas levando-se em conta o conflito e as resultantes do momento de tensão e luta e que, portanto, excluindo uma possibilidade revolucionária, pode haver uma trégua, devido à força coletiva dos trabalhadores, ou à implementação de medidas inovadoras, se os operários estiverem enfraquecidos.

Na chamada Terceira Itália, “the regional government and the local government (of the lefts) helped spur the development of small industrial enterprise” (CAPECCHI, 1990). Neste sentido, a ação do PCI criou uma cultura comunitária corporativa: “The red culture and the type of industrialization facilitated the realization of social mobility and determines the relations between the formal and informal economy” (CAPECCHI, 1990, p. 62).

O crescimento industrial entre 1950 e 1970 esteve diretamente ligado ao desenvolvimento das relações industriais entre as empresas em três direções: complementaridade, descentralização e especialização.

A complementaridade é vinculada à integração vertical e ao processo produtivo dividido entre várias firmas, o que levou a uma crescente colaboração entre elas. Isso foi favorecido pela diversidade industrial de toda a região, desde sua formação industrial inicial.

There are many possible examples of these industrial districts: knitwear in Modena; clothes and ceramic tiles in Modena and Reggio; cycles, motorcycles and shoes in Bologna; buttons in Piacenza; tomato canning and ham in Parma; pig breeding in Reggio Emilia Industrial districts are also common in engineering: the production of automatic machinery and packaging machinery in Bologna; of agricultural machinery and oleodynamic apparatus in Modena and Reggio; of woodworking machine tools in Carpi; of food processing machinery in Parma (CAPECCHI, 1990, p. 75).

A descentralização se acentua a partir de meados da década de 1960, devido a três importantes fatores: o aumento do poder sindical, que levou a um processo de deslocamento da produção de grandes para pequenas empresas, para compensar os efeitos do sindicalismo sobre a organização do processo produtivo e das condições de trabalho nas grandes fábricas; as mudanças no processo produtivo, na divisão internacional do trabalho, que implicaram a adoção da produção de pequenas séries com constante inovação dos modelos produzidos; e, por último, e integrado aos dois fatores anteriores, a contínua especialização das pequenas firmas.

Apesar das empresas realizarem a subcontratação para, efetivamente, combater o poder de controle do processo produtivo e das condições de trabalho na grande fábrica, na “Terceira Itália” continuará a forte mobilização popular e uma ação dos sindicatos bastante efetiva, de modo que metade da força de trabalho é sindicalizada.

Isso, na verdade, significou que a política da esquerda e dos sindicatos se situava numa zona cinzenta entre a colaboração de classe²⁰ e a resistência, o que mantém determinados preços de salários, com contratos flexíveis. As características do sindicalismo na Emília garantem uma rápida e pacífica resolução de conflitos trabalhistas. Assim, embora os sindicatos exercessem um verdadeiro controle sobre condições de trabalho na planta, o empregador se beneficiou de um clima seguro, o que tornou possível um maior grau de planejamento do volume de produção e do investimento (BRUSCO, 1982).

Isso não quer dizer que não houvesse mercado informal, pelo contrário, ele está diretamente ligado ao mercado formal, que se constituiu de dois tipos de relação: um superior, onde se encontravam os trabalhadores altamente qualificados e organizados, como os artesãos, que buscavam sair dos acordos dos sindicatos; e um inferior, onde se encontravam diversos tipos de trabalho parcial, em domicílio temporário e sazonal, geralmente ocupados por jovens em idade escolar, mulheres e idosos.

Neste sentido, existia uma segmentação do mercado de trabalho, onde as passagens de um lado para o outro são possíveis. Mas o mercado informal não competia com o formal, eles eram complementares. No setor de produção de bens de capital, máquina, equipamentos, pesquisa e desenvolvimento estavam excluídos idosos, imigrantes, camponeses e, principalmente, mulheres.

A capacidade do processo econômico da Emília Romagna para resistir à concorrência estrangeira, nomeadamente a de países periféricos e semiperiféricos, estava enraizada em três fatores principais. Primeiro de tudo, a flexibilidade na utilização da força de trabalho, com a criação de um mercado de trabalho regional-local, muito parecido com os mercados internos do modelo japonês (CORIAT, 1994), com relação de complementaridade e não de competição do mercado informal. O elevado nível técnico das máquinas e a mão de obra qualificada possibilitaram a introdução de inovações, mesmo com a troca de operários.

²⁰ “Colaboração de classe, como sendo: 1) Qualquer ação por membros de uma classe dominada que, visando evitar o confronto e a luta, cria uma convergência de objetivos e demandas com os membros da classe dominante (incluindo os aparelhos e instituições estatais de poder) e que tem como efeito o compartilhamento de interesses com estas classes superiores ou alguma de suas frações ou grupos concretos. 2) Ou inversamente, qualquer ação de membros da classe dominante que siga a mesma mecânica” (FERREIRA, 2007, p. 20).

Com isso, o sistema funcionava forçando chão para a cooperação.

A estrutura produtiva é capaz de oferecer uma extraordinária variedade de produtos. Finalmente, nas pequenas empresas a capacidade de desenvolver novos produtos e conceber novas máquinas é reforçada tanto pela proximidade de tantos empresários envolvidos em atividades semelhantes e pela extensa colaboração entre trabalhadores especializados e técnicos dentro de cada empresa (BRUSCO, 1982, p. 46).

Na área de desenvolvimento tecnológico, as pesquisas são realizadas em colaboração com diversas empresas de diferentes tipos. Neste sentido, o processo de desenvolvimento industrial cria um mercado de força de trabalho local altamente competitivo, cooperativo e inovativo, com o desenvolvimento de pequenas firmas altamente especializadas, tanto no mercado formal quanto no informal.

Na década de 1970, esse movimento se ampliou não só por fatores endógenos, característicos do processo local, com criação de novas pequenas indústrias no setor de novas tecnologias e eletrônica, mas também pela estratégia das grandes firmas de descentralização do seu processo produtivo. Assim, o desenvolvimento do sistema produtivo local convergiu para as novas medidas adotadas pelas grandes empresas, no sentido da descentralização produtiva. E, com isso, ampliou-se a diversidade industrial da região.

No tocante às mudanças no mercado de trabalho, houve uma expansão da mulher nos setores formais e informais. As mulheres se localizavam nos setores têxteis e do vestuário. A partir dos anos 1970, houve três grandes mudanças em relação a essa questão: o aumento feminino no mercado de trabalho oficial, o aumento da escolaridade, principalmente entre as mulheres, e a chegada de migrantes de outras partes da Itália. A informalidade cresceu, sobretudo no terceiro setor, nos empregos relacionados ao turismo.

No processo de desenvolvimento do sistema produtivo da Emília Romagna, devem ser levadas em conta as ações dos grupos políticos como criadores de um sistema de relações sociais que promoveu uma visão identitária distinta, a “cultura vermelha” (CAPECCHI, 1990, p 66). Neste sentido, o movimento sindical na Itália contou com a ação, nas décadas de 1960 e 1970, do PCI²¹ e dos grupos revolucionários italianos, como as Brigadas Vermelhas. O fracasso da política de compromisso histórico no final da década 1970 leva o PCI a direcionar

²¹ Na década de 1970, sob a liderança do secretário geral Enrico Berlinguer, de 1972-1984, o Partido Comunista Italiano adota a política do compromisso histórico. Neste período e início dos anos 1980, a estratégia do PCI se dirige às comunas e regiões da Itália, como Toscana e Emília Romagna, onde procurava se aliar ao Partido Socialista, enquanto nacionalmente buscava aliança com a Democracia Cristã.

sua política para as comunas e regiões do país e a se afastar da política das Brigadas Vermelhas.

Ao mesmo tempo, na década de 1970, eclode a crise do sistema fordista de produção e inicia-se um novo processo de inovação tecnológica, com o desenvolvimento da informática, das telecomunicações e da microeletrônica. A característica média dos distritos industriais italianos, a utilização de uma mão de obra qualificada em pequenas e médias empresas, com altos salários capazes de promover inovação e obter maior eficiência, se coaduna com a nova divisão internacional do trabalho, levando a uma expansão dessas atividades industriais na região também. Aumentou mais ainda a especialização produtiva.

A política do PCI de criação de “sistema produtivo local” ampliou o desenvolvimento regional endógeno (SENGENBERGER E PIKE, 1999), com a criação de tecnologia adaptada às necessidades da região e o aumento de sua autonomia através da mobilização dos recursos existentes, iniciando um desenvolvimento local e contínuo. A política inicial de resistência do PCI transfigura-se na formação de uma comunidade social (BRUSCO, 1982) corporativa, que significa uma efetiva colaboração de classe. Entre 1970 e 1990, continua o aumento da economia informal, principalmente no terceiro setor, e o desenvolvimento de setores industriais de nova tecnologia.

Neste sentido, os processos de desenvolvimento de pequenas firmas em diversos setores industriais, de bens de capital a bens de consumo, foram desenvolvidos pela ação, praticamente endógena, dos atores locais, o que compreendeu uma política de colaboração de classe do PCI e de organizações empresariais, criando uma identidade comum, onde a mobilidade social do informal ao formal, ou mesmo dentro da informalidade, surge como elemento de formação de uma visão de mundo. A própria prosperidade da região em relação a outras regiões da Itália é um elemento de distinção.

Esse desenvolvimento do sistema produtivo local, através de micro e pequenas empresas agindo em cooperação e com inovação constante no processo produtivo, se conjugou na década de 1980 com os novos preceitos hegemônicos da organização produtiva, que buscava saída para a organização e a racionalização do trabalho de inspiração fordista.

Além disso, o suporte para a relação entre “the official and informal economies: the grow to one tends to accompany the development of the other, so that both are simultaneously ‘poorer’ or ‘richer’” (BRUSCO, 1982, 56).

No caso friburguense, não houve uma ação política para induzir a diversificação industrial, pelo contrário. A reestruturação produtiva na cidade foi a resposta dos trabalhadores à situação nacional e internacional, que levou à perda de empregos e à ação de uma fração da classe dominante local, estimulando a produção de *lingerie*. Esse processo levou à contínua especialização do parque industrial de Nova Friburgo.

A política de reestruturação produtiva

Como vimos, o processo da “Terceira Itália” serviu como uma via de substituição do fordismo. De qualquer modo, ele tem como ponto fundamental o compromisso social-democrata de cogestão do capital, só que em pequenas empresas. Neste sentido, o que se louva no sistema produtivo local é sua capacidade de desenvolvimento local endógeno (HIRSCHMAN, 1996), que significou a capacidade de desenvolver todos os setores industriais, dos mais intensivos aos menos intensivos em capital.

Um traço fundamental da reestruturação capitalista em Nova Friburgo foi a influência do trabalhismo no movimento sindical, que teve como um de seus principais traços a eliminação da particularidade da condição e situação de classe do operário. Em certo sentido, esse traço foi fundamental para as mudanças industriais na cidade. Por outro lado, o cenário industrial local acompanhou, em parte, o cenário nacional, como o processo de desindustrialização, com redução da participação da indústria na economia nacional (FILGUEIRAS, 2006). O diverso parque industrial brasileiro foi em grande medida desarticulado, tendo em vista que a protegida indústria brasileira, atingida por uma década anterior de crise, não teve condições de enfrentar o avanço tecnológico dos países centrais e dos emergentes países asiáticos. Ampliou-se relativamente ramos industriais de pouco dinamismo, intensivo no uso de recursos naturais e mão de obra.

Assim,

(...) a inserção do país na nova divisão internacional do trabalho, há uma articulação e um processo complexos. De um lado, reprimarização das exportações – agronegócio e indústria de baixo valor agregado – em novas bases tecnológicas e financeiras (mas com uso intensivo de mão de obra e recursos naturais) e, de outro, o fortalecimento de alguns segmentos industriais típicos da Segunda Revolução Industrial, modernizados pelas tecnologias difundidas pela Terceira Revolução Industrial (automóveis, petroquímica e aviões). Estes últimos segmentos integrados ou não em redes transnacionais de grandes grupos econômicos (GONÇALVES, 2006, p 78).

A reestruturação na cadeia têxtil nacional significou:

grande concentração da produção no segmento têxtil, de capital intensivo, o que não ocorreu na confecção, onde foi grande a pulverização da produção. O elevado volume de investimentos levou ao aumento da relação capital/trabalho na indústria têxtil, o que não ocorreu com as confecções, segmento marcadamente de mão de obra intensiva; o processo de reestruturação implicou o declínio da produção em alguns segmentos, e um exemplo disso foi o declínio da produção de tecidos planos, ao qual se somaram dois efeitos: a) falência de muitas empresas, especialmente os produtores de tecidos artificiais e sintéticos, mais atingidos pelas importações da Ásia; e b) substituição da produção de planos pela de malhas de algodão, cujos investimentos são mais baixos e o produto em geral também é mais barato, estando mais acessível à nova parcela de consumidores que o Plano Real incorporou ao mercado; c) deslocamento regional para o Nordeste brasileiro e demais regiões de incentivo, com formação de cooperativas de trabalho e menores custos de mão de obra (GORINI, 2000, p. 31).

Por sua vez, essa reestruturação significou nos setores mais intensivos de capital, como fiação, a adoção da automação microeletrônica generalizada, gerou desemprego e, na parte de confecção houve, como já dito, mesmo nos anos 1990, uma intensificação do trabalho com a instauração de um “toyotismo restrito” (ALVES, 2000, p.99). Isso significou que

a indústria têxtil, incluindo fiação, tecelagem, malharia e acabamento, encolheu em número de unidades industriais (declínio acumulado de 25% entre 1990 e 1999) e empregos (declínio acumulado de 67% no mesmo período). Em contraste, o número de confecções aumentou em 13% (taxa acumulada), passando a gerar menos empregos (declínio acumulado de 9% no período considerado). Esses números indicam, por um lado, a grande concentração produtiva da indústria têxtil, a qual ficou mais intensiva em capital, e, por outro, a maior pulverização das confecções, com aumento provável da informalidade (GORINI, 2000, p. 32).

Em Nova Friburgo, a reestruturação produtiva levou à especialização da indústria local no setor de confecções, na produção específica de mercadorias destinada à roupa íntima, enquanto as empresas de fiação e tecelagem faliram ou fizeram grandes investimentos de tecnologia, reduzindo drasticamente o número de tecelões. Entretanto as empresas domésticas que surgiram nesse processo não foram derivadas da terceirização e acompanham a característica nacional desse setor, que são a sua pulverização e informalidade.

Como dito anteriormente, a primeira fase da reestruturação na cidade foi marcada pelo crescimento das confecções, como forma de se resistir ao desemprego, fato que pode ter sido facilitado pela experiência do proletariado local em um movimento operário de influência trabalhista. A segunda fase é marcada pelo início da intervenção mais organizada e sistemática do empresariado, principalmente através da Firjan e do governo estadual. E a terceira fase é marcada pela implementação de medidas para a organização industrial local,

como a instituição do Conselho da Moda da região de Nova Friburgo (composto por Firjan, Sindvest, Sebrae, Senai e Uerj); pela intervenção do governo federal e de organismos internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Divisão Especial da Câmara de Milão para o Desenvolvimento das Atividades Internacionais (Promos), que financiaram um projeto piloto de desenvolvimento de um modelo de organização setorial baseado nos distritos industriais italianos.

No cenário nacional, o governo Lula (PT) acompanhou as mudanças na política industrial iniciadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) como o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais (APLs) para a política pública industrial. Coube ao Fórum de Competitividade do Setor Têxtil do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, criado no governo anterior, em consonância com o Grupo de trabalho interministerial, criado em dezembro de 2003, articular os esforços para mostrar caminhos de ações coletivas para o desenvolvimento dos APLs de diversas cadeias produtivas. No elo de confecções, a principal política desenvolvida foi justamente o apoio aos arranjos produtivos locais, com foco na competitividade das micro, pequenas e médias empresas.

Assim, no ano de 2004, o Ministério do Desenvolvimento, Comércio e Indústria identificou um total de 955 áreas de arranjos produtivos locais, escolheu 11 delas, incluindo Nova Friburgo, para a aplicação do projeto piloto intitulado “Projeto Extensão Industrial Exportadora (Peixex)”, desenvolvido em parceria com o Sebrae e com organizações como a Agência de Promoção de Exportação-Brasil (Apex-Brasil).²²

Além disso, foi realizada a 1ª Conferência Brasileira sobre Arranjos Produtivos Locais em agosto de 2004, em Brasília/DF, com a participação de aproximadamente 400 pessoas e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

Em 2005, Nova Friburgo passou a integrar o projeto piloto Programa Exporta-Cidade, que tem como objetivo integrar a região centro-norte fluminense ao Programa de Inserção de Municípios no Comércio Internacional, desenvolvido pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio em parceria com prefeituras e entidades públicas e privadas, com o objetivo de implantar ações de fortalecimento da competitividade exportadora.

²² Esse projeto tem o objetivo de solucionar “problemas técnico-gerenciais e tecnológicos” para “incrementar a competitividade e promover a cultura exportadora empresarial e estrutural dos arranjos produtivos locais (APLs) selecionados”. Informação no site do Ministério do Desenvolvimento e Indústria Exterior (<http://www.apexbrasil.com.br/portal/>)

O desenvolvimento do tema foi incorporado ao âmbito do Plano Plurianual de 2004-2007 e de 2008-2011. Também foi incorporado à Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) lançada pelo governo federal em 2008 com o objetivo de fortalecer as cadeias produtivas, incentivar a cooperação dentro delas, aperfeiçoar as redes e arranjos produtivos locais, desenvolver produtos de maior valor agregado e expandir exportações.²³

Todas essas medidas não significaram nenhuma melhora para as novas proletárias friburguenses, pelo contrário. As políticas industriais direcionadas para as confecções friburguenses tem como principal objetivo conectar o regime de exploração local ao atual regime de acumulação. Ao mesmo tempo em que empresas domésticas foram transformando-se em indústrias, houve um contínuo aumento de trabalhadoras em domicílio e de famílias, com a manutenção de salários baixos.

O dado importante dessa concentração no setor do vestuário em moda íntima é que o município deixou de ser o segundo maior produtor de autopeças²⁴, para se firmar como o terceiro maior produtor de moda íntima no país. Atualmente são 1.464 confecções formais, e no mesmo número empresas informais, que geraram em torno de 14.000 empregos formais (HASENCLEVER *et al*, 2000).

O polo é composto, principalmente, por micro e pequenas empresas, bastante desorganizadas e tecnologicamente defasadas. Os empresários têm pouca capacitação gerencial. Sua produção é especializada nos chamados produtos de moda íntima e a qualidade deixa a desejar. O destino da produção é concentrado nas classes econômicas de baixo poder aquisitivo e, na distribuição, predominam os esquemas de sacoleiras. (PROCHENIK, 2006).

O setor continuava a seguir alguns dos seus padrões nacionais de grande variedade de produtos e processos produtivos, formados em sua maioria por empresas de pequeno porte, muitas na informalidade. Isso impacta negativamente a competitividade da cadeia, pois distorce o sistema de preços de maneira a afetar diretamente a rentabilidade das empresas formais, justamente as que possuem maior capacidade de investimento e modernização (BODIN, 2006).

Neste sentido, o desenvolvimento industrial local, marcado pela desindustrialização com especialização industrial no setor de confecção, tem a criação de posto de trabalho em

²³ Informação no site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=4&menu=2068>)

²⁴ Apesar da falência de várias fábricas de metalurgia, ainda hoje existem fábricas, como a Tinkem, que fornecem colunas de direção de automóveis para a Ford.

condições de precariedade desde seu início. Isso tem significado uma manutenção e intensificação da superexploração do trabalho, denotando “que la superexplotación no corresponde a una sobrevivencia de modos primitivos de acumulación de capital, sino que es inherente a ésta y crece correlativamente al desarrollo de la fuerza productiva del trabajo” (MARINI,1991, p. 38).

Essa reestruturação formou uma cadeia produtiva local precária e autônoma, que movimentará um mercado de trabalhadores informais, como “sacoleiros”, em um processo de competição predatório que levou há falência de várias confecções pioneiras. O setor industrial, ao contrário do italiano, ficou concentrado na produção de peças de *lingerie*, sem um processo vertical de integração desde a base da cadeia têxtil.

Ao longo dos anos 1990, as confecções da cidade passaram a introduzir técnicas organizacionais do toyotismo, que na prática levou a polivalência operária, instaurada com o novo sistema de produção, a se tornar “apenas a capacidade de alimentar mais de um tipo de máquina, não implicando para o operário a posse de uma série de múltiplas habilidades” (ALVES, 2000, p. 145). No caso das operárias, isso significou a operação em vários tipos de máquinas de costura, adaptação a diversos materiais e realização de outras atividades, como limpeza. Além disso, toda a parte de concepção de novos produtos está completamente separada do ambiente produtivo, sendo que os ciclos de moda são determinados pelas grandes multinacionais e estilistas internacionais.

O “toyotismo restrito” (*idem*) se expandiu por grande parte dos locais de produção, seja formal ou informal. Por sua vez, esse tipo de toyotismo combinou-se com uma lógica do regime despótico tradicional em parte das empresas pesquisadas. Assim, as costureiras trabalham, em geral, em ambientes informais (facções e trabalho em domicílio) e/ou em ambientes com o controle rígido, despótico, dos patrões no “chão das fábricas”. Ambos têm como características a alta intensificação do trabalho e os baixos salários.

As relações de amizade e familiares se tornaram um padrão desde o início do arrendamento de máquinas pelo representante comercial das operárias. Além disso, o atual processo de mudança das relações industriais na cidade tem gerado o crescimento de algumas poucas empresas, que já passam a terceirizar a mão de obra em outras cidades da região centro-norte fluminense.

A multinacional Triumph, a partir de 1996, conclui a sua reestruturação, que significou a implementação do sistema de produção por células e a produção de poucos

modelos de roupa íntima. A partir de então, começou a retirar uma série de benefícios sociais das trabalhadoras, como: plano de saúde, acesso ao Sesi, mensalidade compulsória do clube Olifas e cesta básica. Neste sentido, precarizou as relações de trabalho anteriormente existentes e mudou completamente o sistema de dominação e exploração.



Ilustração 10. Fábrica Filó/Triumph no primeiro plano. Ao redor, as casas da vila operária.

Esse ano, de 1996, é emblemático para o setor, uma vez que são quase 1.000 trabalhadoras demitidas em apenas duas fábricas, Triumph e Arp. Nesse mesmo ano, os órgãos de classe empresarial passam a traçar um projeto político-econômico local de desenvolvimento, que intitulam de Polo de Moda Íntima de Nova Friburgo, ano também que foi marcado pela greve dos trabalhadores da Arp, com total paralisação da produção da fábrica, que não conseguiu reverter a situação. A partir de então, as lutas operárias do setor têxtil-vestuário passam a se concentrar na fábrica Ypu, através da ocupação das indústrias, uma vez que os acionistas haviam decidido fecha-la, isolando cada vez mais a resistência dos antigos tecelões. Depois de duas ocupações, em 2000 e 2003, terminou o movimento de resistência dos tecelões.

Assim, o Estado e a Firjan iniciaram o projeto de construção dos APLs, que hoje contam com a Uerj e o Senai no desenvolvimento tecnológico e inovativo,²⁵ o que tem gerado o crescimento de algumas empresas, com uma maior divisão do trabalho na produção dos produtos de moda íntima, o que, em certa medida, facilitou a terceirização e aumentou o trabalho em domicílio, pela sua simplificação, facilitando o controle de qualidade.

Ao mesmo tempo, Firjan, Sebrae e o Sindicato da Indústria de Vestuário de Nova Friburgo (Sindvest) criaram, através do Conselho da Moda, a Associação das Indústrias de Confeção (Afinco). Essa situação marcou uma nova etapa da organização dos confeccionistas da cidade, com clara exploração do projeto iniciado em 1996 e adotado pelo Estado em todos os seus segmentos. Vejamos:

O sindicato representa as indústrias de confecção, e a Afinco é mais ampla porque representa os interesses de toda a cadeia têxtil ou a indústria da moda como um todo. Sinalizamos também que o sindicato tem funções definidas por lei, o que limita a sua atuação. Já a Afinco é uma instituição civil, e, portanto, pode agir com mais liberdade, inclusive na captação de recursos financeiros para projetos de interesse do Polo de Moda Íntima de Nova Friburgo. Finalmente, a Afinco tem mais flexibilidade operacional e de gestão, porque só tem que prestar contas de sua atuação a seus próprios associados (Vera Loyola, retirado do jornal *A Voz da Serra*).

Esse crescimento de poucas empresas é fruto, em parte, da competição interna da cidade e do controle do acesso aos centros de tecnologia, uma vez que a administração da indústria de confecção ainda é muito familiar, sendo que, em boa parte dos casos analisados,²⁶ a gestão e o controle da produção são realizados por membros familiares, na grande maioria de forma precária (BORIN, 2006).

Grande parte dos pequenos e médios empresários sequer é associada ao sindicato patronal, segundo um

levantamento recente da Firjan, que chegou a um número aproximado de 2.000 empresas formais e informais, envolvendo 20.000 trabalhadores. Destas, 600 são empresas formais, mas apenas 150 estão associadas ao Sindicato da Indústria de Vestuário de Nova Friburgo (Sindvest) (La ROVERE *et al*, 2000, p. 36)

Portanto, o

que ocorre em Friburgo está longe de se assemelhar a um distrito industrial italiano, pois os empresários consideram que seu maior concorrente está no arranjo, impedindo, com isso, que exista uma atmosfera harmoniosa para que as empresas possam formar redes e gerar externalidades positivas. Com isso, cabe aos atores

²⁵ Desenvolvimento do setor através da coordenação do Conselho de Moda. Com isso, foi criado pelo Senai o selo de origem e qualidade, que padroniza o tamanho das peças.

²⁶ Em 40 empresas que participavam da Feira do Vestuário (Fevest), realizada entre 05 e 08 de agosto de 2009.

institucionais, por exemplo, o Sebrae, induzir a cooperação interempresa (PROCHENIK, 2006, p. 18).

Neste sentido, mesmo com todos os projetos implementados, a reestruturação produtiva na cidade tem significado uma combinação do regime de exploração local, com relações de trabalho precárias, despóticas, com um alto grau de intensificação do trabalho, principalmente em domicílio, com o regime de acumulação toyotista.

As mudanças no cenário nacional e internacional e na lutas de classes, combinadas à especificidade do sistema de dominação e exploração local, levaram à reestruturação produtiva local, que se iniciou a partir de um mercado informal de economia doméstica baseada em confecção de peças de *lingerie*, começando pela demissão de costureiras de uma multinacional instalada na cidade nos anos 1970. Essa reestruturação desenvolveu a aglomeração setorial com aproximadamente 3.000 indústrias, sendo a metade informal.

Como observou Alves (2000), o novo complexo de reestruturação produtiva tem como traço característico a descentralização da produção, por necessidades imperativas de diminuição de custos. Na aglomeração setorial friburguense, toda força de trabalho é descentralizada, em sua maioria, em pequenas unidades fabris, trabalho em domicílio e facções. Isso instaurou um novo padrão de dominação e exploração sobre as novas proletárias.

Formal	Superior – participação em eventos nacionais e internacionais, exportação de produtos, inovação dos produtos e atenção à moda, contratos regulares de trabalho. Boa organização administrativa e do processo produtivo. Contato com grandes marcas e empresas, como Avon.
	Inferior – contratos regulares de trabalho, relativa atenção à moda, pouca inovação de produtos. Regulação da organização administrativa e do processo produtivo.
Informal	Inferior – produtos em geral inferiores, sem contrato de trabalho, venda para preços baixos. Organização ruim da administração e do processo produtivo.

Essa aglomeração se iniciou informalmente e, posteriormente, contou com a ação da Firjan e do Sebrae no sentido de organizar as empresas “ao modelo italiano”. Porém, as ações governamentais e empresariais serviram para aumentar a divisão entre formal e informal e estimular a relação entre esses dois setores a partir de uma contínua especialização do trabalho, fragmentando ainda mais a labuta coletiva, o que ampliou, mais intensamente, a

heterogeneidade de relações de trabalho. O quadro a seguir demonstra a composição da organização industrial local.

A reestruturação produtiva tem especializado o setor industrial na confecção de vestuário de moda íntima e gerado um amplo mercado de trabalho informal. Neste sentido, temos: empresas formais e informais que contratam o trabalho em domicílio e facções, o processo propriamente dito de terceirização, contratação informal, contratação direta formal e produção doméstica familiar (geralmente informal). Além disso, toda a aglomeração setorial está submetida aos ditames do centro do capital, tendo que se adaptar às variações da moda internacional, influenciando o tipo de material que cada empresa usará em determinada época do ano.

As empresas do campo formal superior aderem aos padrões mais contemporâneos de gestão, preocupadas com treinamento gerencial e técnico profissional, com máquinas mais modernas e maior organização do processo produtivo. Participam dos principais eventos de moda e do setor no estado do Rio de Janeiro, como o Fashion Rio e o Fashion Business. Algumas chegam a participar de eventos nacionais, como o Salão da Lingerie, em São Paulo, e internacionais, como a Feira Mode City, em Paris.

Porém é um grupo heterogêneo, no que diz respeito aos vínculos de capacitação técnica, investimento e governança, que mantém pouca cooperação e confiança, sendo mais estimulados pelo Conselho da Moda. Neste sentido, há formação de empresas de *lingerie* na cidade que empregam mais de 100 operárias e começam a se voltar para um nicho de mercado com produtos mais especializados e de qualidade superior. No próximo capítulo, veremos como são as condições de trabalho das costureiras.

Capítulo 2

A Condição de Trabalho das Costureiras

Neste capítulo procuramos analisar reestruturação produtiva a partir dos conflitos decorrentes condição do ambiente trabalho das costureiras, bem como as estratégias de sobrevivência utilizadas por este grupo operário.

O trabalho na confecção geralmente é dividido em quatro fases: corte, costura, acabamento (controle de qualidade) e embalagem. A organização da produção ocorre da seguinte maneira: quando o tecido chega à fábrica, é aberto na mesa de corte, onde será enfastado. Essa parte do processo produtivo já dispõe de maquinários computadorizados, que têm como base as tecnologias *computer aided design* (CAD) e *computer aided manufacturing* (CAM), entretanto está restrito a um pequeno grupo de confecções. Mas através da coordenação do Polo por parte da Firjan e do Sebrae, esses serviços são disponibilizados pelo campus da Uerj – campus regional Instituto Politécnico, através da Unidade Computadorizada de Corte (UCC) e do Laboratório de Apoio a Produções (LAP), vinculados ao Laboratório de Ensaios Mecânicos e Metrologia (Lemec).

Durante o trabalho, as costureiras ficam sentadas e grande parte dos arranjos organizacionais relatados tem como objetivo evitar ao máximo que a operária se ausente do local de trabalho. Ou seja, trata-se de um trabalho contínuo, onde a máquina praticamente não para.²⁷ Assim, além da costura propriamente dita, que tem como tarefas a colocação da calcinha já montada embaixo do calçador, a costura do elástico nas pernas das calcinhas e a retirada das rebarbas maiores, essas operárias são responsáveis pelo controle de qualidade, pelo controle do funcionamento da máquina e sua limpeza e pela embalagem.

Podemos descrever as tarefas das costureiras da seguinte maneira: a máquina de costura é acionada, ou seja, colocada em movimento através de um pedal. A trabalhadora aciona o pedal e este aciona a máquina. Depois coloca a calcinha já montada embaixo do calçador, onde há uma alavanca, que a trabalhadora empurra, com o joelho direito. Em seguida, costura o elástico nas pernas da calcinha. A calcinha é colocada embaixo do calçador e a máquina que irá costurar o elástico é acionada. A trabalhadora regula a tensão do elástico, que dará o tamanho da peça, para saber se está de acordo com o tamanho da calcinha. Depois, retira as rebarbas maiores com uma tesoura. A seguir, faz a limpeza da máquina com o uso de um pincel,

²⁷ Segundo as entrevistadas, não há pausa durante o processo de trabalho, a não ser no almoço. Água, café e biscoitos são servidos de mesa em mesa durante o dia.

que irá tirar os restos de linhas que ficaram no equipamento. A limpeza é feita no final de cada lote de calcinhas de cores diferentes e quando termina a jornada de trabalho.

Após o tecido ter sido riscado, enfastado e cortado, a próxima etapa é o processo de costura, a “produção” propriamente dita. As costureiras das máquinas *overloque* começam a trabalhar na montagem das peças. Aqui, as partes separadas do tecido são combinadas. Como observa Santo (2009), essa tarefa é uma montagem bruta da *lingerie*”. O trabalho da operária na máquina *overloque*, dentro da produção, é o meio do caminho entre o corte e o acabamento propriamente dito. Após a montagem, será aplicado elástico na peça, quando necessário, através de operações na máquina *interlock*. Existe modelo de *lingerie* que não leva elástico e outros que são aplicados diretamente pela máquina três pontos, que faz o rebatimento, já considerado como acabamento. Algumas peças precisam ainda passar na máquina traveti para serem reforçadas (por exemplo, sutiã).

A aglomeração setorial, fruto da desindustrialização da cidade, levou à concentração industrial no setor de vestuário, particularmente no setor de confecções na produção de moda íntima feminina. Como visto, essa produção se iniciou de forma bastante rudimentar, através da formação de empresas familiares, de ex-operários, e com trabalho doméstico.

Essa mudança industrial será um dos elementos para modificação de um modo de dominação e exploração à semelhança da fábrica com vila operária (LEITE LOPES, 1988), que teve seu auge entre os anos 1950 e 1980. Neste sentido, é importante ressaltar que a estrutura industrial local e, fundamentalmente, as trabalhadoras sofreram com as multiplicidades de mudanças internacionais e nacionais. Assim, as modificações globais do capitalismo com a mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), a utilização de novas tecnologias na indústria têxtil, tanto em máquinas como materiais, a adoção pelo Estado das políticas liberalizantes a partir do governo Collor, o acordo comercial e industrial dos Estados Unidos com a China e a vinculação do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) com o projeto da burguesia financeira internacional, combinada com o próprio processo de desenvolvimento industrial local, provocaram uma nova forma de controle da força coletiva de trabalho na localidade, com uma fragmentação distinta, que tem como aspectos mais explícitos a questão de gênero e geracional.

Além disso, ao longo dos anos 1970, há a diminuição da interferência das grandes fábricas na organização da habitação popular, principalmente com a construção de moradias através do Banco Nacional de Habitação (BNH). Outra mudança é a própria expansão do

núcleo urbano da cidade e o paulatino abandono ou desligamento da pequena propriedade rural familiar²⁸ por parte do operário. Isso significou, em certa medida, uma maior dificuldade de reprodução para o operariado, uma vez que a redução do fundo de consumo, que é transferida para o fundo de acumulação do capitalista, na superexploração do trabalho, era compensada pela economia doméstica rural, ou seja, pela produção agrícola dos pais e irmãos.

Uma marca importante do antigo sistema de dominação e exploração local, fundamentalmente até o final dos anos 1970, era o trabalho temporário que as mulheres faziam. Elas eram recrutadas muito jovens e complementavam a renda familiar. Permaneciam na fábrica até se casar e, com o nascimento dos filhos, abandonavam ou eram impedidas de trabalhar fora de casa, já que era de sua responsabilidade todo o trabalho doméstico.

O ano de 1985 é, particularmente, importante, pois se iniciou um processo de luta de ocupação da fábrica Ypu por parte dos operários do setor têxtil da cidade, que se estendeu até 2003. Mas foi mais especificamente entre os anos de 1985 e 1996 que tivemos na cidade dois consideráveis polos da desestruturação do grupo operário tecelão: a luta coletiva de ocupação da fábrica, realizada com apoio do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Têxtil, e a formação em grande escala de pequenas confecções de moda íntima. Discutiremos essa relação mais propriamente no próximo capítulo.

Temos, então, múltiplas mudanças que, combinadas, geram uma aglomeração setorial local, caracterizada pela heterogeneidade de formas de trabalho na costura. A chegada da multinacional Triumph International e as modificações que realizou a partir dos anos 1980 provocaram fortes mudanças internas e no conjunto da estrutura produtiva.

Essa nova organização do trabalho responde a uma necessidade econômica, de maior produtividade, e a uma necessidade política, de posição subordinada ao capital (GORZ, 2001). Como foi visto, o toyotismo se espalhou pelo mundo rapidamente no pós-1970 e, além disso, a experiência italiana virou referência, notadamente no caso friburguense.

A incorporação dos elementos do toyotismo e mesmo as tentativas locais de experimentação por parte dos grupos políticos e empresariais tiveram como necessidade a ampliação da produtividade e da subordinação do regime de exploração aos novos parâmetros da acumulação mundial.

Neste sentido, como afirma Alves (2000), o capital produz novas formas de captura da subjetividade dos trabalhadores, importantes na produção de um novo modelo de dominação.

²⁸ Em sua maioria, estudos de Carneiro (2009) mostram o trabalho de famílias rurais em pequenas confecções nos distritos agrários da cidade.

Além da coerção, o capital utiliza elementos de produção de consentimento (GORZ, 2001) para efeitos de cooptação e manipulação.

De maneira geral, as transformações mais amplas combinadas com elementos locais provocaram modificações com singularidades importantes. Neste sentido, é necessário ressaltar que houve no caso do setor têxtil uma desestruturação do grupo operário mais tradicional da cidade, os tecelões, que mereceria uma análise mais detalhada, uma vez que o número de operários ficou reduzido a pouco mais de 300 proletários, e a própria reconfiguração, com aumento, do grupo de operárias costureiras.

Ao mesmo tempo em que se reduziu esse grupo operário específico, composto em sua maioria por homens, cresceu o número de outro grupo operário específico, composto majoritariamente por mulheres, as costureiras. Com isso, formou-se a partir da segunda metade da década de 1990 uma nova condição operária na cidade. Foi nesse período que houve um aumento significativo do setor. Ainda que a multinacional estabelecida na cidade seja a maior empresa, ao longo do tempo ela diminui o número de operárias, mesmo se contabilizarmos as empresas terceirizadas.

Essa aglomeração setorial local possui uma heterogeneidade de relações de trabalho. No mercado formal, existem desde grandes empresas, como a multinacional Filó/Triumph, empresas de porte médio como a Suspiro Íntimo e a De Chelles, que atuam seguindo os padrões estabelecidos pelo campo da moda e, majoritariamente, micro e pequenas empresas. Ainda dentro do campo formal, existem os processos de terceirização de grandes e médias empresas para micro e pequenas empresas.

O mercado informal não está separado do mercado formal, em muitos casos eles se complementam, ainda que as lideranças empresariais locais não identifiquem isso, ou não queiram identificar. Esse mercado informal também é bastante heterogêneo, existindo desde trabalho em domicílio familiar a terceirização através de facções informais, devidamente relacionadas com o mercado formal. Nesse mercado informal, a relação industrial é realizada, em grande parte, através do pagamento do salário por peça.

Neste sentido, podemos notar dois movimentos: a precarização do trabalho na grande indústria multinacional (Filó/Triumph) e a condição de precariedade, que se amplia, em que já nasceu a aglomeração setorial. Esses dois movimentos têm contribuído para a superexploração, que, como indica Osorio (2009), ocorre através do aumento do produto excedente, que pode ocorrer de muitas maneiras, e do prolongamento da jornada de trabalho,

intensificando-o, com elevação da produtividade e da redução do tempo necessário para a produção. Dessa forma, passaremos à análise dos ambientes de trabalho nas indústrias e, para isso, nos concentraremos nos relatos das trabalhadoras das pequenas e médias empresas. Entretanto abordaremos rapidamente a mudança de trabalho na multinacional instalada na cidade.

As mudanças na situação e condição de trabalho na Filó/Triumph

A implementação das novas medidas gerenciais não se fez de uma hora para outra na principal indústria de confecção da cidade, a Filó/Triumph. Em uma das visitas de campo no intervalo de almoço, já havia conversado e entrevistado um grupo de operárias. Essas então me apontaram outro grupo que me poderia falar mais sobre o trabalho na fábrica, uma vez que já estavam na indústria há muito tempo, algumas já perto da aposentadoria.

Nesse momento, uma dessas operárias com mais tempo de trabalho disse: “Não estou com vontade de falar do serviço, estou de saco cheio e não consegui nem fazer 20% do trabalho do dia”. Ao longo das entrevistas e conversas no horário do almoço, percebemos que esse tipo de comportamento não é restrito a uma trabalhadora, mas faz parte do grupo operário, no caso da Filó/Triumph.

A Filó, inaugurada em 1924, foi comprada pela multinacional Triumph em 1968 e começou seus projetos a partir do início da década de 1970. Manteve-se na empresa a produção de uma diversidade de produtos, como da linha cama e mesa. Nos anos 1980, a empresa inicia um processo de especialização na produção de roupas íntimas femininas, em grande parte para exportação para o mercado americano, que, como vimos no capítulo anterior, fazia parte da adaptação da indústria às políticas econômicas do governo federal.

Nos final dos anos 1980, a Filó começou a implementar a produção por células e trocou o sistema de produção individualizado (SANTO, 2009), o antigo sistema de esteiras, pelo sistema de produção por células entre as costureiras. Demorou uma década (*idem*) para consolidar a nova forma de organizar a produção e controlar o processo de trabalho. Essa modificação afetou toda a aglomeração setorial. O antigo sistema individualizado funcionava da seguinte maneira:

“Na Triumph International as costureiras se dispõem nas máquinas que ficam organizadas lateralmente, ao longo de toda a extensão de uma esteira eletrônica típica dos processos industriais caracterizados genericamente como fordistas. Ali cada costureira retira caixas com peças de *lingeries* nos estágios de montagem correspondentes a cada especialidade das costureiras. (...) Neste caso, as máquinas

são dispostas em fila e as caixas vão passando de mão em mão até o processo final de confecção da *lingerie*” (*ibidem*, p. 60).

Dentro do próprio ambiente de trabalho havia distinções entre as operárias, de acordo com a máquina em que trabalhavam. Aquelas que faziam o acabamento tinham maior status social.

A saber, o fato de que há modelos de peças que prescindem inteiramente do trabalho daquelas, permanecendo, por seu lado, absolutamente indispensável o trabalho da overlockista. (...) Não obstante, este fato não confere à costureira de interlock um status inferior à de overlock. Curiosamente há mesmo casos de “confecções” nas quais a interlockista é ainda mais valorizada que a trabalhadora do overlock – talvez em decorrência de sua maior proximidade das tarefas de acabamento. (...) e o acabamento que, por motivos diferentes (o corte pela “responsabilidade” com a qual é investido; o acabamento pelo valor, por assim dizer, estético que ele agrega ao produto) são investidos de maior prestígio aos olhos do patrão; abaixo, as embaladeiras e as ajudantes, por sua vez, menos valorizadas na hierarquia fabril. (...) Há, entretanto, um aspecto que diferencia as costureiras de interlock das operárias do overlock. É que no caso particular de certos modelos o elástico é aplicado diretamente pela costureira da máquina três pontos, acelerando o processo. Há também os casos de modelos de *lingerie* que não levam elásticos. Não obstante, este fato não confere à costureira de interlock um status inferior à de overlock (SANTO, 2009, p. 61).

Nas entrevistas e bate-papos realizados no horário do almoço, as operárias relatam a seguinte situação na mudança do sistema individualizado para o sistema de células:

Naquela época era esteira, esteira mesmo. Umas caixinhas que iam rolando. Depois o “alemão”, que era diretor de confecção, ia pesquisar. Aquele gostava do emprego, ia pesquisar as coisas na Europa para trazer para cá. Aí ele implementou a célula que, produtivamente, foi muito boa, mas para o peão foi ruim. O que acontece no sistema de células? Um cobre o outro. Já existe a supervisão em cima, de certa forma, com o chicotinho na mão, ali na própria operação cada um faz com o outro em conjunto. Acontece que o cara que está mal, doente, atrapalha o outro, e eles ganham prêmios por produção. É um sistema que aumenta muito a produtividade, mas em cima do sangue do trabalhador. Antigamente, antes da célula, não existia LER, não existia nada disso. Nos últimos tempos, a quantidade de pessoas afetadas com doenças de esforço repetitivo, pessoas com depressão, pessoas com pânico que não podem nem falar no nome da empresa que começam a chorar. A coisa é feia lá (Costureira J).

A fala da costureira é muito clara ao descrever o impacto devastador que teve o processo de reestruturação na Filó/Triumph sobre o corpo e a mente das operárias. As costureiras sentem no corpo toda a produtividade exigida pela empresa, que se transformou em um “moinho de carne”. Não conseguimos dados locais sobre o número de proletárias com problemas de depressão, mas o relato das trabalhadoras e da presidente do sindicato indica uma espécie de epidemia na cidade. Como observa Alves (2000), o toyotismo é mais do que

uma forma de organizar a produção, ele afeta profundamente a subjetividade operária.²⁹ O relato sobre a costureira com pânico, feito acima, foi realizado com muito pesar por suas colegas, mas com uma compreensão muito grande das condições de trabalho do novo ambiente de produção.

Além dessa opressão no ambiente de trabalho, o novo sistema produziu uma competição entre as costureiras, uma vez que cada colega de célula virou uma vigia. O sistema por célula também produziu uma maior fragmentação do grupo operário, ao dividi-las em grupos e ao conferir status diferenciado de acordo com a capacidade de se adaptar a uma determinada máquina. Além disso, é necessária uma adaptação aos modelos e materiais desenvolvidos pela equipe de design. Assim, observamos o seguinte: “Você que trate de aprender para produzir aquilo ali. A máquina às vezes é quase a mesma, mas tem que ser adaptada porque o modelo é diferente. Se vier uma moda de trabalhar com renda, tem que se adaptar àquela máquina que trabalha com renda” (Costureira A)

As costureiras relatam que suas condições de trabalho pioraram com o sistema de célula, fundamentalmente o cansaço físico e mental a que estão submetidas. Uma delas conta como foi introduzido esse sistema:

Trabalhava pouco, ganhava bem. Na célula, você trabalha igual a burro de carga e ganha uma miséria. Chegava para trabalhar, a supervisora me olhava e falava “pode ir para o escritório, pode pegar suas coisas”. Aquele monte de mulher chorando. Na primeira vez, ela falou “pega suas coisas e vai embora”. Aí fui arrumar minhas coisas. Trabalham em quatro, cinco máquinas ao mesmo tempo e, naquela época, trabalhavam em uma máquina só. Na mesma hora você está na três pontos, na *interloque*, na *overloque*. Você roda o tempo todo, então, para eles é mais vantagem. A supervisora falou assim comigo: “Olha, tem uma vaga lá nos EUA. Você quer ir para lá?” Eu falei: “Como que é que eu vou para esse lugar, eu não sei falar essa língua esquisita, quem vai tomar conta dos meus filhos?” Aí eles começaram a rir. Eu não entendia por que, eu estava desesperada. Depois eles falaram que Estados Unidos era uma sala, onde se fazia serviço para exportação. Traziam dos EUA, montavam aqui e faziam a exportação. Fiquei ali uns seis anos. Foi um dos períodos melhores dentro daquela fábrica. Era esteira, era uma sala que era individual (Costureira C)

O relato acima é de uma costureira da empresa que tem hoje mais de 20 anos de trabalho. A percepção das operárias costureiras com mais tempo de fábrica era de que “se trabalhava pouco e se ganhava bem”. Ao mesmo tempo, essa percepção é vista em comparação à produção, no caso da Filó/Triumph, organizada no sistema de esteira. Esse sistema permitia que a costureira só dependesse – em parte – de si mesma para atingir a meta. Como observa Santo (2009):

²⁹ Tal estudo foi melhor desenvolvido por Giovanni Alves em seu novo livro, “Trabalho e subjetividade” (2010).

As novas metas de produção, estabelecidas a partir de sistemas de medição que desconsideram até mesmo as variações orgânicas do corpo humano, as quais, por sua vez, incidem sobre as variações na produtividade, constituem um exemplo de mecanismos de controle sobre o comportamento das operárias. Mecanismos tão poderosos a ponto de eliminar até mesmo o tempo para beber água e o tempo para ir ao banheiro. Por sua vez, os mecanismos de controle de qualidade não apresentam efeitos menos devastadores sobre as costureiras (SANTO, 2009, p. 74).

A Filó/Triumph implementou todos os protocolos toyotistas na produção, no controle de qualidade com quadro de cores que indica, no caso de peças defeituosas, qual a costureira responsável pelo erro. Isso significou um maior controle no ambiente de produção, que, como afirmou Marini (1973), combina elementos da extensão da jornada de trabalho e da sua intensidade, ou seja, eleva a mais-valia e ainda diminui paulatinamente os salários, produzindo uma redução de mão de obra com o novo sistema de produção. No sistema de célula introduzido na Filó, aumentou-se a produtividade e reduziram-se gratificações das operárias que, no sistema individualizado, conseguiam exceder os 100% de peças produzidas. Na esteira, era possível ao mesmo tempo não chegar aos 100% e deixar para o dia seguinte, na medida em que uma tarefa não realizada poderia impedir que uma costureira situada em outro ponto da cadeia produtiva continuasse a produção. A organização do sistema de célula, advindo do toyotismo, tem como objetivo enxugar a fábrica e eliminar os tempos mortos, ou, como afirmou Coriat (1994), puxar a fábrica pelo estoque. Neste sentido, impede que haja excedentes de produção e reduz o absenteísmo. No caso da Filó/Triumph, o sistema por célula acabou com o absenteísmo oriundo do desencadeamento na linha de produção, ou seja, quando a operária da tarefa anterior não conseguia atingir a meta e, com isso, o produto não chegava à outra costureira.

Observamos que, ao longo da troca do sistema individualizado pelo sistema de célula na multinacional, há um contínuo aumento da exploração, identificado no relato das costureiras com a percepção de diminuição do salário, intensificação do trabalho e deterioração das condições de produção, questões percebidas pelas costureiras através das doenças que contraem no ambiente de trabalho e devastam seus corpos. Como os salários não garantem ao menos uma reprodução, observamos uma superexploração do trabalho, uma vez que a empresa viola o valor da força de trabalho (OSORIO, 2009).

Vejamos como o sistema de célula melhora a produtividade da empresa e impede o absenteísmo. O novo sistema, como observou Coriat (1994), evita que haja produção além do planejado. Isso, no caso da Filó/Triumph, dificulta o pagamento de gratificações e

impossibilita que a costureira fique parada, uma vez que é obrigada a rodar nas máquinas para produzir cada vez mais. No caso da Triumph, o cálculo da produtividade considera o coletivo e, portanto, impede perdas para a fábrica e explora, física e mentalmente, os corpos das mulheres.

Todo o processo produtivo é controlado, de modo a saber quem realizou aquelas operações e em quantos minutos.

A fragmentação de uma grande esteira produtiva, amiúde com mais de cem costureiras, em pequenas células produtivas, com dez ou doze costureiras em cada uma, é um excelente mecanismo de controle das operárias. Não mais dispostas em filas (um antigo dispositivo espacial de vigilância), ao longo da esteira de produção, as operárias a partir de agora podem ser identificadas de acordo com seu pertencimento a uma célula, em meio a muitas (SANTO, 2009, p. 79).

A organização do sistema de produção por células com objetivo de obter um maior controle e barateamento da força de trabalho culminou com a demissão de 600 costureiras em 1996 e também significou a definitiva especialização da fábrica em produção de roupas íntimas. A direção da fábrica, em conjunto com técnicos do Senai, iniciou o processo de reorganização da produção. Portanto, durante a segunda metade da década de 1990 e toda a década de 2000, a Filó/Triumph começou a organizar a produção sobre os parâmetros do toyotismo e trocou seu antigo sistema de produção individualizado pelo sistema de produção em célula.

Vejamos o seguinte relato: “Agora são quatro máquinas ao mesmo tempo, naquela época era uma máquina só. Torna o trabalho mais cansativo devido a sua intensidade” (Costureira C)

A costureira vivenciou todo o processo de mudança e relatou, a partir da sua experiência, como a alteração na exploração diária afetou a sua jornada de trabalho. Ou seja, o aumento da expectativa de vida e da necessidade do trabalho transformou a vida das operárias em um verdadeiro calvário, na medida em que houve uma intensificação da labuta e uma diminuição dos salários.

Além dessas transformações, a Filó/Triumph apoiou a divisão do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Nova Friburgo (SindTêxtil), que, no momento, participava ativamente do ciclo de lutas sindicais que acontecia na cidade desde 1985, com a criação de um Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Confecção. Neste sentido, supomos (não conseguimos entrevistas com diretores da fábrica ou material que

confirmasse a hipótese) que a criação desse sindicato tenha tido como objetivo a formação de um sindicato por empresa ao estilo japonês.

Esse período de implementação das células marcou a transformação do ambiente de trabalho, organizado de uma nova forma, e a composição de uma nova condição operária. As costureiras antes minoritárias, em tamanho e prestígio, tendo em vista seu trabalho intermitente e o caráter machista do próprio movimento operário, transformaram-se na força de trabalho majoritária e permanente. Essa mudança da organização da produção estabeleceu um novo controle sobre a força de trabalho, uma nova disciplina sobre essas operárias. Nas entrevistas e conversas realizadas nos intervalos de almoço, as costureiras demonstram ter a exata noção da sua condição de trabalho, que dizem ter piorado, o que pode ser exemplificado em duas expressões por elas utilizadas: pressão e correria.

Outra operária observa:

Quando entrei na Filó só tinha uns 20 modelos. Teve mês de o cliente pedir mais de um milhão de peças, de pedir para mandar mais rápido, assim que 10, 20 estivessem prontas. Mas o modelo e as cores eram padrão. Uma tonelada daquele modelo, uns modelos feiosos. Hoje em dia não (...) Com modelo novo complicou um pouquinho, faz aqui, lá fora não. Lá fora faz aquele modelo que o cara já fez um, dois anos, que está careca de saber, faz até de olho fechado. 20, 30 mil peças por mês, até mais. Os modelos mais novos, da moda, trazem para cá. Tem exportação também, só que os ruinzinhos de fazer ficam aqui, 2.000 de um, 3.000 de outro. Aí, quando pega o ritmo, já acabou. (Costureira P)

Hoje as costureiras têm que saber trabalhar em todas as máquinas. Porque há 20 anos a Filó era só uma máquina, aí ninguém queria costureira da Filó. Falou da Filó todo mundo corria, igual a prefeitura hoje, falou que a costureira aprendeu lá, ninguém quer hoje não. A Filó tem costureira de primeira linha, tem que saber fazer tudo, fazer mesmo. Ela que puxou a célula e tem que saber fazer tudo (Costureira N).

“De primeira era assim: você vinha e montava o bojo, a outra vinha e fazia a pala, outra vinha e pegava a alça, agora não. Você monta o bojo, você faz a pala, você faz várias operações ao mesmo tempo. Monta toda a peça. Você tem que correr muito, porque os minutos são muito poucos. Para a máquina aceitar certo tipo de lycra tem que regular ela toda. É muito corrido, vamos botar assim, a cobrança é muito grande. Você não pode praticamente conversar, você tem que tomar menos água possível para não ir toda hora ao banheiro, porque atrapalha a produção (Costureira P, 28 anos de fábrica).

Durante o nosso trabalho de campo, ficou cada vez mais evidente que as modificações no sistema de organização da produção têm como objetivo, além da maior acumulação, maior controle sobre o operário, uma vez que “a origem e o sucesso da fábrica não se explicam por uma superioridade tecnológica, mas pelo fato de despojar o operário de qualquer controle e de dar ao capitalista o poder de prescrever a natureza do trabalho e a quantidade a produzir”

(MARGLIN, 2001, p. 39). Neste sentido, a Filó/Triumph desqualificou as trabalhadoras, ao expropriá-las do seu saber-fazer. Na fala acima, percebemos que a multinacional, ao direcionar para a unidade de Nova Friburgo uma série de modelos com poucas peças, não só expropriou as antigas operárias, como impediu ou dificultou o desenvolvimento de um saber operário.

Além disso, o aumento do controle e a redução do tempo de obsolescência, tanto em relação à moda como à qualidade, aumentaram a pressão sobre as costureiras. Essas não só ficaram sob maior controle, como praticam um autocontrole e são obrigadas a uma rápida adaptação aos materiais e à montagem das peças.

A aplicação do sistema de células provocou uma modificação completa do ambiente fabril, como novos nexos de controle do trabalho e criação de novos conflitos. Na esteira, a operária recebia de acordo com sua produção, portanto, era apenas de seu interesse e do patrão a quantidade e qualidade produzida. O seu cálculo econômico (LEITE LOPES, 1988) era individual e o sistema de esteira permitia certa liberdade, na medida em que havia possibilidade de conversas. No sistema de célula, há uma socialização das gratificações, uma vez que o cálculo econômico que era individual passa a ser de interesse da célula em que a costureira trabalha. Isso pode provocar conflitos e desgastes como o relatado abaixo:

A célula é um desgaste total, tem dias que você sai de lá com vontade de mandar todo mundo se explodir (...) se você dá uma boa produção, ótimo, você é maravilhosa, se por algum motivo você não faz a quantia que eles querem, você é imprestável, incapaz, porque não se esforça, não faz por onde. Te isolam! Te colocam, assim, numa célula sozinha, longe. Já fizeram isso comigo. Te colocam cercadinha assim de caixas, com uma máquina no meio e deixam você ali dentro trabalhando. Mas eu luto, falo que não quero ficar e volto para o meu setor. As outras células ficam próximas, e as outras ficam debochando de quem está lá. Você está ali por quê? Porque você fez alguma coisa errada, você é burra, incapaz, não tem qualidade, entendeu? O que mais te mata é a humilhação. As pessoas te humilham, a ponto de você ficar quieta ao ouvir certas coisas, senão você vai agredir alguém (Costureira P).

Nessa fala percebe-se que o sistema de punição da fábrica age sobre a subjetividade operária e, desse modo, a gerência induz uma humilhação entre as próprias proletárias. Ativa um autocontrole que induz as operárias a se esforçarem para não serem humilhadas pelas próprias colegas e, com isso, cria um ambiente de trabalho de extrema competição e falta de solidariedade. Essa situação, segundo os relatos, foi bastante comum no início do novo sistema.

Depois desse período de transição do sistema individual para o de célula, que provocou importantes modificações e culminou na demissão de centenas de operárias, na década de 2000, outro fator importante na distinção e fragmentação desse próprio grupo é a questão geracional. Essa questão marca uma diferença entre costureiras que ingressaram nas confecções nos anos 1990 e aquelas que ingressaram nas décadas anteriores. Há uma

alteração da maneira pela qual a classe operária concebe a importância do capital escolar que corresponde a um declínio das expectativas de estabilidade no trabalho operário. A este respeito, eu arriscaria afirmar que estas mudanças são mais generalizadas do que o estudo etnográfico de uma categoria de trabalhadores de uma localidade específica pode sugerir (SANTO, 2009, p. 128).

As novas formas de dominação e de sua legitimação mudaram, e a captura da subjetividade operária (ALVES, 2000), por meios das noções de empregabilidade e flexibilidade, é incorporada por gerações recentes de costureiras. Em uma das minhas conversas no horário de almoço na Filó/Triumph, tivemos a oportunidade de entrevistar costureiras que tinham pouco tempo de trabalho. Reproduzo parte desse relato:

Entrevistador: Há quanto tempo você trabalha aqui? Como é seu trabalho e quais são suas expectativas?

Costureira jovem: Trabalho há um ano, por falta de opção. Eu precisava de um emprego de segunda a sexta, o único que eu encontrei foi na área de confecção, que, aqui em Friburgo, o campo de trabalho é esse. Estou gostando. Gostando não, me acostumei com o trabalho, com o pessoal. Tranquilo. É cansativo às vezes, mas não é aquela coisa pesada do trabalho. O trabalho em grupo é difícil, é complicado. Você lida com pessoas com ideias diferentes, pensamentos diferentes. Mas normalmente dá para levar. Faço faculdade de Biologia, vou ficar pouco tempo.

Entrevistador: Até terminar a faculdade?

Costureira jovem: É, talvez até a hora que começar a fazer estágio, daqui a dois anos, no máximo três.

A entrevista é bastante reveladora e se assemelha às afirmações de Santo (2009) sobre o impacto da questão geracional. Neste sentido, observa-se como a ideologia neoliberal, de empregabilidade e da noção do indivíduo como capital, é incorporada pelas novas operárias. Essa situação confere mais um elemento de fragmentação do grupo operário, ou seja, o corte geracional. Entretanto essa situação de “desprendimento” do ambiente fabril, ou seja, de um emprego de caráter temporário ou de jovens que ainda moram com os pais, gerou conflitos mais abertos. Muitos trabalhadores e trabalhadoras jovens que ainda moram com os pais pedem demissão assim que são ofendidos ou sofrem algum tipo de assédio moral.

Por fim, é interessante notar que, ao final do período do nosso trabalho de campo, algumas operárias começaram a comentar nos intervalos do almoço, na saída do trabalho e em assembleias que estivemos presentes, que a Triumph poderia modificar o sistema de célula. Em uma das minhas últimas entrevistas, perguntei à costureira com 28 anos de fábrica como eram recrutadas as novas trabalhadoras e se ela sabia dos boatos de mudança do sistema produtivo. A resposta foi essa:

As meninas que entraram juntas não estão mais na fábrica. Jovens aprendizes do Senai. O trabalho é cansativo às vezes, porque o movimento é muito repetitivo. Você faz dez mil vezes a mesma coisa, tem um hora que cansa. Toda vida num lugar só é chato e cansa. É mecânico mesmo, você faz e tem que fazer por aquele método. A gente tem um tempo estipulado na hora de trabalhar cada processo e você tem fazer aquele tempo para no final do dia dar sua produção. Em célula, a produção do grupo é somada no final do dia à média, e isso corresponde ao valor em dinheiro. Isso está para acabar, vão colocar produção individual. Tem o lado bom e o lado ruim. O bom é que ninguém vai poder falar que está te carregando nas costas. O ruim é que muita gente vai querer escolher serviço, fazer só a parte boa do trabalho. Tem muita gente querendo sair e pouca gente querendo entrar. A fábrica já foi muito boa, já teve um salário muito bom.

Esse relato nos demonstra que a organização da produção tem como componente fundamental o controle do trabalho. A própria adaptação das costureiras ao sistema de célula diminui as desavenças internas. Entretanto seria necessário confirmar essas modificações e entender a estratégia global da Filó/Triumph, quais são seus planos para a unidade de Nova Friburgo. De qualquer modo, as ações da multinacional na cidade inauguraram um novo processo de organização e exploração do trabalho. Vejamos como essa exploração ocorre nas outras indústrias da aglomeração setorial.

A exploração e a produção *self-service*

A aglomeração setorial é bem heterogênea no que diz respeito às relações de trabalho. Podemos descrever a situação desta maneira:

1) Micro e pequenas empresas semidomiciliares:

dispõem de instalações próprias, fora do espaço estritamente doméstico; geralmente estão instaladas em pequenas edificações no mesmo terreno da casa ou em um cômodo construído especialmente para esse fim, com entrada independente. São aquelas que dispõem de instalações próprias. Podem tanto ser formais como informais, com contratação de mão de obra fora das relações de parentesco e amizade (CARNEIRO, 2008, p. 115).

2) Microempresas familiares domiciliares:

esse tipo de oficina distingue-se da anterior essencialmente pela utilização quase exclusiva da mão de obra familiar, seguindo uma lógica de relações semelhante à da organização da unidade de produção familiar agrícola. Por princípio, todos os membros da família são trabalhadores potenciais, mas serão acionados segundo uma hierarquia de prioridades definida basicamente pelas identidades de gênero, sendo as mulheres mais requisitadas que os homens. Nesse tipo de oficina, o local da produção é mais integrado ao espaço doméstico: um cômodo separado para esse fim, ou mesmo construído para isso, no quintal da casa. Além da mão de obra familiar, pode ocorrer a contratação informal de um ou dois empregados, selecionados entre parentes ou vizinhos com os quais se mantém uma relação de profunda confiança (*idem*, p. 116).

3) Micro e pequenas empresas profissionais: dispõem de instalações próprias, alocadas em edificações fora do terreno da casa, e procuram se adaptar ao mercado da moda e implementar novas técnicas de gestão e organização da produção.

4) Médias empresas formais profissionais: dispõem de instalações próprias, com mais de cem operárias, com máquinas modernas de corte. Algumas já terceirizam a produção, comercializam com grandes magazines, implementam novas técnicas de gestão e organização da produção e participam de feiras nacionais e internacionais do mercado da moda.

5) Trabalho em domicílio: controlado e realizado pelas mulheres. Não há espaço próprio, utilizam-se as dependências da casa para a produção. Não ocorre contratação de mão de obra e não há distinção entre tarefas domésticas e do trabalho

6) Facção: “a facção é o termo utilizado para designar a contratação de serviço de terceiros para realizar parte do processo de confecção fora do espaço da oficina” CARNEIRO, 2007, p. 88). Quando a “faccionista” é proprietária da(s) máquina(s), ela pode prestar serviço para mais de uma confecção. Nesse caso, configura-se um contrato de terceirização. Às vezes, a “faccionista” não é proprietária da(s) máquina(s). Nesse caso, o dono da confecção lhe empresta, assim como lhe cede todo o material necessário ao trabalho, estabelecendo, portanto, uma relação de maior dependência entre eles (*idem*). Em geral, as “faccionistas” são contratadas para a montagem das peças, e essa atividade terceirizada não é legalizada, não há nenhum tipo de contrato formal.

Essas relações informais, sem nenhum tipo de regulamentação jurídica, não estão separadas do mercado formal. Neste sentido, identificamos o trabalho em domicílio, a facção tradicional, a terceirização formal, a quarteirização informal e micro e pequenas empresas (formais e informais). É importante ressaltar que grande parte do pagamento é realizada

através do salário por peça, que constitui a base de um sistema de exploração e opressão onde a “exploração dos trabalhadores pelo capital se realiza então por meio da exploração do trabalhador pelo trabalhador” (MARX, 2008, p.525).

De modo geral, as condições de trabalho diferem muito pouco, nos diferentes ambientes formalizados, nas empresas regularizadas com trabalhadores com carteira assinada, ou nos diversos ambientes informais que se espalharam pela cidade. Essas médias e pequenas empresas procuram se adaptar às novidades tanto no que se refere ao campo da moda, como na forma de organizar a produção ou, ainda, na tentativa de adquirir novos equipamentos. Fundamentalmente procuram se adaptar à produção por demanda (*just in time*) e a polivalência operária, que significa saber trabalhar no mínimo em dois tipos de máquinas de costura e realizar outras atividades, como controle de qualidade, limpeza do ambiente de trabalho, além de se adaptar aos diversos materiais de costura utilizados na produção da moda íntima. Tal circunstância foi encontrada na fala de todas as entrevistadas, independentemente da empresa ou situação jurídica, formal ou informal, a que elas estavam submetidas.

Ao longo dos anos 1990, houveram algumas modificações no chamado Polo de Moda Íntima, principalmente no que diz respeito à profissionalização da direção e da organização da produção de algumas empresas. Além disso, ocorreu ao longo desse período uma intervenção da Firjan, em parceria com a Uerj e o Senai, no sentido de assessorar as pequenas indústrias numa melhor organização do trabalho, inclusive incentivando a adoção dos novos métodos de gestão, fundamentalmente com técnicas toyotistas.

Nesse sentido, entrevistamos costureiras de pequenas e médias confecções organizadas formalmente, que ganharam prêmios das associações empresariais locais. Em alguns casos, essas empresas possuem estilistas próprios, geralmente ligados ao núcleo familiar que formou a indústria, e com alguma capacidade de compra de equipamento informatizado de corte e costura, principalmente as médias empresas.

De maneira geral, procuramos observar nas entrevistas realizadas a percepção dessas costureiras quanto às suas condições de trabalho e como isso afeta as suas condições de saúde. Assim, os relatos abaixo falam dessa questão referente à jornada diária de trabalho:

“Aqui são 525 minutos de produção para 100%, de 7h30 às 17h30. Aqui a limpeza é rodízio. Prefiro individual, cada um faz a sua parte e pronto. Na célula há muita briga, mas o pessoal acabou se acostumando. Trabalho em coletivo, em equipe, é muito difícil. Uma vez que uma é diferente da outra e o salário era igual a quem produzia menos, gerava briga, já essa não consegue atingir a produção (Costureira D).

Trabalhamos de 7h às 17h. Você fica preso no ambiente. O que você faz depois de 17h? É um carga muito pesada. Prende muito a pessoa, prende em tudo, né? Para ir ao médico tem que faltar, quer resolver alguma coisa, tem que sair cedo. Então eu acho que a carga é muito puxada mesmo. (Costureira F)

Trabalhamos em banco de hora, é horrível. Eu não gostei. Trabalho por pedido, geralmente tem pedido de agosto, agora, até janeiro do ano que vem. Tem sempre pedido, é raro ter banco de hora (que é meio a meio), só em caso de problema com material, mas falta mesmo serviço (costureira E).

Se você cumprir prêmio de 80% até o final do mês você tem uma valor estimulado. (...) Acho que célula seria melhor, porque esse negócio de ticket dá muita desavença com as pessoas, né?, uma não quer fazer, outra faz mais rápido, então não faz, o ambiente de trabalho piorou bastante. Piora porque cria uma rivalidade muito grade, às vezes você está cansada mesmo e não consegue. Quase ninguém bate os 525 minutos por dia de produção, o pessoal chega a 420 minutos, 400 minutos (Costureira F).

A costureira D relata que “tem prêmio quando a produção atinge 100%. Ninguém recebe o piso. O prêmio sempre vem. É muito puxado, de 7h às 17h15, a gente fica muito presa, a carga é paga por pedidos. Já uma costureira relata que trabalha sob pressão: “São 535 minutos na máquina. Posso ganhar bônus por melhor produção, por não faltar ou chegar atrasada, mas é proibido conversar e ouvir música”. “O salário aqui é acima da média aí fora, considero bom. Trabalhamos de 8h às 17h, com intervalo para o almoço de 12h às 13h. Saio para buscar meu filho e vou para casa”, afirma a costureira G

Nós trabalhávamos por célula e a convivência era boa. Nessas pequenas confecções, graças a Deus, rola bastante amizade. Tanto com os patrões como entre um empregado e outro, pelo menos nas confecções em que trabalhei. Menos nessa de olaria, porque, vou te contar, aquela lá era sucursal do inferno. Chegou um dia que cheguei a ver a mulher dando uns tapas na cabeça da costureira. Eu falei “gente, isso não pode acontecer”. Chamavam a pessoa de burra se a pessoa errasse o serviço... Aí aquilo me dava mais raiva ainda, eu falava assim: “Não, eu tenho que fazer alguma coisa. (...) no momento em que eles colocaram prêmio, tanto faz célula como a pessoa trabalhar sozinha, ela tinha que fazer tantos por dia para ganhar o ticket por dia, de qualquer maneira ela vai se matar (Costureira, A).

Você é o responsável, só ganha pouco se for preguiçoso. 100% é teto. Se você é uma lesma, então trata de dar 150 porque lá na célula tinha mês que dávamos 150%, então eles começaram a aumentar. Então, chegava a 120, aumentava para 130, e assim ia, tinha que se matar. (Costureira A)

“Acho que ganho pouco pelo que trabalho, parece que a cada ano ganho menos, já que o salário parece diminuir”, diz a costureira H A costureira J afirma: “Não tenho do que reclamar do atual patrão, tenho um relacionamento bom com ele, mas acho que é exceção. Tem liberdade de beber água etc. Mas tem toda a rigidez para não conversar, ouvir música”. A costureira L conta que o patrão “assina um valor na carteira, o mínimo, e por fora dá mais uns 100, 150 reais”.

Nesses relatos, podemos observar que a percepção dessas costureiras é de um contínuo aumento de trabalho, no que se refere principalmente ao ritmo, à intensidade e às condições oferecidas. Neste sentido, o ambiente de trabalho tem se tornado cada vez mais despótico, na medida em que há um aumento na intensidade das atividades sem o correspondente aumento de salário, e com cada vez mais pressão interna para bater metas de produção.

Assim, essas operárias relatam que, atualmente, a forma de cobrança e de pressão ocorre por meio das metas a serem batidas para o recebimento do piso salarial, que em 2010, período em que foi realizada esta pesquisa, era de um salário mínimo. Identificamos através dos relatos a seguinte prática de controle do ambiente fabril: as costureiras, de maneira geral, têm que produzir uma determinada quantidade de peças em torno de 525 minutos para conseguir um acréscimo no salário. Desse modo, os pequenos capitalistas estimulam que essas costureiras produzam cada vez mais, aumentando a intensidade do trabalho. No dia a dia, essas operárias atingem, segundo seus relatos, 80% da produção, deixando de ganhar o “prêmio”, “ticket” ou “extra”, como elas falam. Entretanto, na medida em que essas proletárias atingem esse patamar, há também uma mudança do patamar a ser atingindo. Dessa maneira o capitalista controla o tempo de trabalho e o corpo das operárias.

Também é importante observar, nos relatos acima, a situação de controle no ambiente fabril. Apesar de uma variação observada pelas próprias costureiras, no geral há uma grande “pressão”, categoria utilizada várias vezes pelas próprias operárias para designar a sua condição de trabalho. Essa condição, como observado pelas proletárias, tem adoecido as trabalhadoras, principalmente com doenças relacionadas ao esforço repetitivo da atividade em que estão inseridas. A mudança de ambiente de trabalho geralmente difere de acordo com a ação do patrão, mas, no geral, há a manutenção do chamado “extra”, do horário, do rodízio e de determinadas proibições, como conversar. Como veremos adiante, o rodízio estabelecido pelas micro e pequenas empresas mais parece uma adaptação ao sistema de células.

Essa situação se repetiu em outra entrevista-conversa, com um grupo de costureiras de uma pequena confecção, no horário de almoço.

Costureira L: “Tenho dez anos de trabalho, trabalho difícil, como toda confecção. Trabalho 525 minutos de produção, por rodízio. Quando precisam, colocam em outra máquina, e assim vai. Trabalha bem mais, tem que mandar ver, senão...”

Entrevistador: Aqui paga-se extra?

L: Aqui é prêmio, se você cumprir 80% até uma determinada data do mês, você ganha um prêmio, senão cumprir não ganha nada.

E: Aqui é célula ou individualizado?

L: Já fizemos sistema de células, mas ele optou por esse. Eu acho que por célula seria melhor, porque esse negócio de ticket dá muita desavença. Uma não quer fazer, porque a outra não fez, já que é mais rápida. Muita desavença entre as próprias costureiras. O ambiente de trabalho piorou, piora porque fica uma rivalidade.

E: E como é o ambiente de trabalho? Muita pressão?

L: Não sofre a pressão de proibir de ir ao banheiro, beber água. Um menino que passa água na mesa, a gente não levanta para beber água.

Uma segunda costureira interfere:

Costureira M: Mas tem câmera para tudo que é lado. Não dá para bater os 525, o máximo que dá é 420, mesmo assim trabalhando muito. Eu, particularmente, acho que o tempo é muito baixo, além do nosso alcance. Eu acho o tempo muito apertado, você tem três minutos para fazer cinquenta peças, sabe?

E: E o que você acha do rodízio?

M: Que é ruim, é ruim você estar ali fazendo um serviço tão gostoso: “Ah, vai para lá ajudar não sei quem”. Mas é bom, que quanto mais você pegar para aprender valoriza você mesma.

E: E o salário?

M: Dá para sobreviver sim. Mas tem que ser os dois trabalhando (a mulher e o marido). Hoje está muito difícil. Acho que o salário compra menos, compra bem menos.

E: Conhece alguém com alguma doença como LER?

M: A maioria das pessoas tem, por causa do serviço, né? Você está sempre naquele movimento, a maioria tem.

Dessa maneira, há uma percepção, de acordo com as entrevistas realizadas, de um grande aumento do trabalho, enquanto o salário não aumenta na mesma proporção. Ou seja, há um ganho de produtividade dessas pequenas e médias empresas, para abastecer o mercado, enquanto a jornada de trabalho diária é de 7h às 17h, variando de 7h30 às 17h30. Assim, a

instituição do “extra” criou uma situação de pressão sobre as costureiras que, independentemente da célula ou do trabalho individualizado, têm “que fazer tantos por dia para ganhar o ticket diário, de qualquer maneira ela vai se matar”. (Costureira C) Observamos uma contínua transferência do “fundo de consumo” das trabalhadoras para o “fundo de acumulação” dos capitalistas da cidade, tendo em vista que a produtividade do trabalho, segundo relato dessas costureiras, tem aumentado. É ainda particularmente interessante que a costureira esteja submetida ao que elas definem como “correria”, relatada na necessidade diária de tentar chegar à meta estabelecida de produção, que significa ficar sentada o tempo inteiro, inclusive havendo um funcionário com a incumbência de levar água para que elas possam beber sem parar o trabalho.

Pode-se observar que esse aumento da intensidade do trabalho está diretamente associado aos limites da costura, ou seja, à invenção de máquinas mais automatizadas e, ao mesmo tempo, à dificuldade da extensão da jornada de trabalho, principalmente nas empresas formais, uma vez que a extensão da intensa jornada de trabalho poderia provocar maiores conflitos internos. Entretanto é importante destacar que as máquinas de costura utilizadas já são semiautomáticas, agilizando o processo produtivo.³⁰ Paralelamente, é necessário destacar que as entrevistadas reclamaram bastante do ambiente de pressão, ou seja, a combinação de baixos salários, controle interno e aumento da intensidade do trabalho – para o capitalista obter ainda mais valor – têm gerado outra situação: o aumento da jornada através do trabalho em domicílio e por facção, que pagam por peça. Trataremos do significado contraditório dessa relação no terceiro capítulo.

A superexploração do trabalho (MARINI, 1991), que combina de diversas maneiras o aumento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta) com algumas inovações tecnológicas, limitadas, é verdade (mais-valia relativa), tanto nos materiais como nas máquinas de costura, se amplia. Nos relatos, as costureiras notam que as novas máquinas de costura facilitam os ajustes necessários para adaptação aos diversos materiais que são usados na produção. Esses novos materiais, que evoluíram a partir do desenvolvimento da lycra nos anos 1950, também impactaram as técnicas de costura, de como se trabalha e, de certa maneira, expropriando o saber dessas operárias. Além disso, a costura de peças íntimas sofre atualmente um processo de reorganização da produção. A Costureira A relata:

³⁰ A fábrica Singer, de máquinas de costura, já produz máquinas de costura eletrônicas.

Dá para se adaptar bem, agora, atualmente, vêm uns sutiãs com bojo pré-moldado, antigamente era um sutiã simples, com algum forrinho, alguma coisa assim. Agora não, hoje já vem tudo pré-moldado, no tamanho 38 (...) porque antes tinha que montar aquele monte de pedacinho, tinha que montar aquele forro, às vezes o forro não vinha cortado do tamanho que deveria ser, diferentes materiais.

Antigamente usava muito costura reta, sofria muito com aquilo (com determinados modelos), hoje em dia usa muito pouco, uma overloque, três pontos, você passa aquilo numa interloque, rapidinho você passa, rebate uma quantidade enorme de elástico de sutiã e de calcinha numa três pontos. Hoje em dia melhorou muito o trabalho, a qualidade, as máquinas, os produtos.

Era só uma operadora, nem precisa da costureira, só pegar, enfiar o produto embaixo, não tinha importância no caso. Por exemplo, a gente que vai usar uma máquina comum, a gente tem que saber ajeitar com a mão para sair certo, uma habilidade que eu estou falando, então sai tudo do mesmo tamanho, pode medir que sai. Agora, aquela lá não precisa ter habilidade. Qualquer pessoa vai lá e faz.

A costureira tem que estar muito atenta para produzir uma peça de qualidade, e isso é muito complicado. Elas têm muitos segredinhos, tem umas que passam o segredo para outras, tem que ter além da habilidade uns segredinhos para que a peça fique agradável. Para que você olhe e não veja defeito.

Hoje em dia não está mais valorizado não, na época que comecei a trabalhar era muito valorizado. Por exemplo, uma costureira que tivesse habilidade para trabalhar em várias máquinas ganhava muito dinheiro. Hoje em dia não, ela pode saber trabalhar em várias máquinas e tem o mesmo valor se trabalha em três ou em duas.

Segundo a costureira B, “não precisa mais ajeitar milimetricamente não, a máquina já vai ajeitando”. Ela diz que hoje em dia melhorou muito, porque na época “que eu comecei a costurar era muito difícil, inclusive antigamente se fazia o sutiã todinho na máquina reta. Quando comecei a costurar em casa era assim. Menos trabalhador faz mais peça, eles adoram”. Ela conta também que em Friburgo não chegou uma máquina eletrônica. Então, “quem aprende a usar, faz a produtividade aumentar para caramba”.

Para a costureira C, hoje, numa confecção, “se você colocar umas quinze pessoas você faz uma quantidade muito grande, porque tendo muito peça pronta, se produz e se costura muita peça durante um dia serviço, se produz e se entrega muita coisa durante um dia de serviço”.

É possível perceber nas falas das costureiras que as mudanças no ambiente de trabalho e o aumento da produtividade estão diretamente relacionados a alguns fatores como: novas tecnologias (materiais/máquinas), simplificação das tarefas (organização da produção) e desenvolvimento do campo da moda. Esses fatores têm impactado diretamente o trabalho dessas operárias e, em certo sentido, desqualificam o uso de técnicas, uma vez que a contínua divisão das tarefas e das mudanças descritas acima têm diminuído a necessidade de habilidades

específicas para o trabalho da costura. Como relata a própria costureira, a noção é de que elas se tornaram apenas operadoras de máquina, atividade realizável por qualquer um. As contradições desse desenvolvimento de novos materiais e do próprio campo da moda são relatadas pelas costureiras, ora em tom de lamentação, pela sua expropriação do saber, ora em tom de elogio, pela facilidade proporcionada pela nova divisão e pelos novos equipamentos e materiais. Mas é importante observar que existe o desenvolvimento de máquinas semiautomáticas, e já há relatos de máquinas automatizadas, que impactam setores tradicionalmente de trabalho intensivo. Entretanto o próprio polo se desenvolveu devido a essa característica, ou seja, ao baixo custo de compra das máquinas.

Todas essas mudanças impactam diretamente o trabalho das operárias, que, a todo momento, são obrigadas a mudar suas técnicas de trabalho e se adaptar aos materiais, às máquinas e às novas tarefas. Neste sentido, há um aumento da produtividade e da intensidade do trabalho, um aumento do rendimento do trabalho por iniciativa dos próprios trabalhadores, como observou Kergoat e Hirata (2007). Pode-se ainda observar que se mantêm as técnicas tayloristas e se introduz técnicas de gestão toyotistas. Essa combinação é claramente complementar e coexistente, e essa situação tem atingindo fortemente as mulheres.

Assim, os efeitos combinados da divisão social, sexual e internacional do trabalho colocam a operária brasileira, e friburguense, em empregos cada vez mais precários e em condições de maior exploração, como observou Hirata (2002).

As contradições desse desenvolvimento são claramente percebidas por essas costureiras, como a melhoria das máquinas que facilitam o seu trabalho, mas ao mesmo tempo significam sua intensificação. O aumento da divisão do trabalho também estimulou a simplificação das tarefas e, simultaneamente, a maior possibilidade de trabalho em domicílio e nas fábricas, diretamente vinculada à externalização das indústrias e à atual produção *self-service*, por demanda.

Entretanto as costureiras observam uma mudança na forma de trabalho, que em sua visão significa uma perda de habilidade, uma vez que para usar as novas máquinas “não precisa ter habilidade. Qualquer pessoa vai lá e faz.” (Costureira A) Neste sentido, é importante ressaltar que a organização do trabalho responde a uma necessidade econômica de maior produtividade e uma necessidade política de maior controle sobre as trabalhadoras ou, ainda, de garantir sua posição subordinada aos capitalistas (GORZ, 2001). Com isso, há um contínuo aumento da perda de autonomia dessas operárias, que passam a trabalhar não só sob

o controle do patrão mais diretamente, o capitalista, bem como controladas pelo ritmo de seus instrumentos de trabalho que

ao tomar a forma de máquina, logo se torna concorrente do próprio trabalhador. A autoexpansão do capital através da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói. Todo sistema de produção capitalista baseia-se na venda da força de trabalho como mercadoria pelo trabalhador. A divisão manufatureira do trabalho particulariza essa força de trabalho, reduzindo-a à habilidade muito limitada de manejar uma ferramenta de aplicação estritamente especializada (MARX, 2008, p. 490).

Além dessas transformações, que por limitações tecnológicas ocorrem de forma mais lenta do que em outras partes da cadeia têxtil e do vestuário, essas operárias ficaram subordinadas aos padrões da moda, o que significa a necessidade de se adaptarem aos novos materiais de acordo com a demanda. É importante observar que são as economias dos países centrais, particularmente Estados Unidos, França, Alemanha e Japão, que determinam os padrões tecnológicos e, no caso específico da costura, da moda.

Observa-se que há uma mudança nos padrões de exploração e dominação do trabalho. Se, por um lado, as condições de trabalho nas pequenas e médias indústrias já surgiram precárias, pode-se notar que, ao longo das duas últimas décadas, elas se precarizaram ainda mais. Assim, pode-se falar na formação de uma nova condição operária (BEAUD, 2010), que significa uma diferente exploração e dominação, fruto das novas relações de trabalho encontradas no Polo de Moda Íntima.

A percepção das costureiras entrevistadas é de um aumento do trabalho, de mais perda da sua autonomia, de menores salários e de mais pressão. Neste sentido, a percepção sobre a jornada diária de trabalho e a organização interna da produção a que estão submetidas é de cada vez maior opressão e exploração, devido aos baixos salários e às condições despóticas de controle no interior dos locais de produção.

As entrevistadas acima pontuaram uma série de questões que impactaram sua contínua perda de autonomia e maior controle sobre sua força coletiva, a saber: a organização da produção, que classificam como rodízio, e o tempo de produção para conseguir o salário. Percebemos nos relatos a alta intensificação do trabalho a que estão submetidas. O desgaste da jornada diária é imenso, cada vez mais ampliado pelas modificações que sofre a aglomeração setorial, adaptando o sistema de célula da Filó/ Triumph e de empresas como Lucitex para um sistema de “rodízio”, significando que essas operárias necessitem de

polivalência e rapidez. A seguir, continuaremos com o significado dessa polivalência e do sistema de rodízio.

A polivalência das operárias costureiras

A nova condição de trabalho, que gerou uma nova condição operária, tem como ponto principal uma intensificação da jornada de trabalho, bem como uma simplificação das tarefas. Entretanto há um aumento da polivalência, que significa saber operar diversos tipos de máquina de costura, para que as operárias não fiquem nem um minuto paradas. Também é necessário se adaptar a cada novo material introduzido nas confecções. Neste sentido, voltamos às observações de Kergoat e Hirata (2007) a respeito da coexistência entre taylorismo e as novas formas de gestão da força de trabalho. Assim, observa-se a combinação de práticas tayloristas e toyotistas, ou seja, a repetição de movimentos na máquina de costura, ao mesmo tempo em que é necessário saber operar mais de um modelo dessas máquinas. Além disso, é preciso cumprir outras tarefas, como limpar o instrumento e o ambiente de trabalho e, em alguns casos, embalar as mercadorias.

Novamente, percebe-se aqui uma adaptação do toyotismo, do ponto de vista sistêmico (ALVES, 2000), e a polivalência é parte constituinte desse ideário de produção enxuta puxada pela demanda (CORIAT, 1994). A multinacional Filó/Triumph adotou o sistema de células em sua produção, assim como médias empresas nas cidades. Entretanto as micro e pequenas empresas, principalmente, adaptaram esse sistema identificado pelas costureiras como sistema de rodízio: “Temos que trabalhar em várias máquinas, no mínimo em duas, rodar em várias máquinas para produzir”, diz a costureira L.

Não precisa de segundo grau. Eu entrei para limpar calcinha, não sabia nada. Tiveram muita paciência comigo e hoje estou fazendo coisa para costureira, trabalho em duas máquinas. Eles incentivam a andar para frente, depende de você, na costura, limpando, só não anda para frente quem não quer. Oportunidade tem. ‘Está trabalhando na traveti, aí fica fraco de serviço, vai para overloque trabalhar um pouquinho, aí você vai para a três pontos para aprender a rebater, aí eles vão jogando até aprender, eles dão muita oportunidade para isso. É ruim, é ruim você estar ali fazendo um serviço tão gostoso e aí vai lá ajudar não sei quem, mas é bom para você mesmo, te ajuda, hoje em dia quanto mais você pegar para aprender vai valorizar você mesma.

De acordo com a costureira H, “a convivência na confecção é muito difícil. Muita gente trabalhando junto. Aqui não tem um mínimo de produção por minuto, nem trabalha por células. Já tinham tentado antes, mas não conseguiram. De uns três anos para cá é que

conseguiram”. A costureira G, que tem LER, relata que trabalha em várias máquinas, “uma mesma pessoa vai rodando de máquina em máquina para fazer um modelo só”.

Além de se adaptarem às máquinas e aprenderem a lidar com várias delas, essas operárias têm que se adaptar aos materiais que entram em moda: “Material que quase não dá para enxergar direito, você trabalha bem mais que no passado, pois com esse negócio de ticket tem que mandar ver”, diz a costureira A. Segundo a costureira B, “quando você está sobrando, pega uma da overloque para ajudar. Quando começou era só em uma máquina, mas não tinha esse sistema de rodízio”. “O tipo de material que piorou, a qualidade é boa. Cada um faz o pedido, escolhe o material. E geralmente só escolhe o brabo, coisa que não dá para enxergar direito”, relata a costureira C. A costureira H diz: “Cada modelo tem operações diferentes. Na Filó havia mais chefia, mas tinha liberdade. Aqui tem liberdade, o patrão tem até que falar para acabar a conversa”. A costureira L conta que trabalha em várias máquinas, pelo menos três. Já a costureira I afirma trabalhar em todas as máquinas, além de trabalhar no controle de qualidade.

O chamado sistema de rodízio é uma adaptação do sistema de produção por célula, uma vez que a própria microempresa é uma célula, devido ao seu pequeno número de operárias e à necessidade de adaptações mais sofisticadas a serem feitas no ambiente de trabalho.

Entretanto a polivalência faz parte da atual condição operária e está fortemente presente no rodízio, significando um novo *savoir-faire*: operar várias máquinas, cada vez mais automatizadas, e se adaptar aos diversos materiais que são escolhidos pelos compradores. Assim, a subordinação operária está para além do seu próprio ambiente de trabalho, da sua relação com os patrões ou com as chefias mais imediatas. Em último plano, principalmente nas pequenas e médias empresas que seguem os padrões da moda, a operária está subordinada aos ditames do campo da moda, ou seja, aos materiais que são usados, pois isso impacta as técnicas com que as proletárias operam suas máquinas de costura. Como vimos, as costureiras têm uma percepção de que as novas máquinas e materiais retiram a habilidade da técnica de costura, ou aquilo que determinava ser uma boa ou má costureira. Neste sentido, podemos falar numa desqualificação do saber-fazer das operárias, que são agora cada vez mais padronizadas pela própria indústria de maquinarias.

Ao mudar o material, a costureira tem que mudar a regulagem da máquina. Assim, os ciclos do campo da moda impactam a produção e afetam diretamente a operária na produção

de mercadorias, uma vez que ela tem de se adaptar aos ciclos, ou seja, responder rapidamente à troca de materiais e produzir na mesma intensidade a que estava acostumada com outros materiais e com outra regulagem da máquina. Essa situação se entrelaça totalmente com o sistema de pagamento, já que a produção deve ser realizada nos 525 e 535 minutos diários de produção. Assim, essa costureira está totalmente pressionada a se adaptar a essa situação, sob o risco de ficar sem trabalho. Tem-se, então, uma dupla situação de pressão: bater as metas e se adaptar aos novos materiais que entram na produção.

A polivalência dessa nova condição de operária está totalmente relacionada com as técnicas toyotistas, isso porque a produção por demanda ou, como alguns capitalistas da cidade classificam, produção *self-service*, leva à organização desse rodízio, a fim de poupar mão de obra e reduzir o absenteísmo da indústria.

Ainda sobre o sistema de rodízio, uma forma de organização da produção, a costureira L relata: “Nesse sistema você é problema. Cada peça nova é um modelo e a pessoa tem que se familiarizar com aquilo, tem que ter um jeito de levar para lá, levar para cá”.

Além dessa polivalência, mais diretamente vinculada à própria reorganização da produção, as costureiras, de acordo com os casos obtidos nas entrevistas-conversas, são responsáveis pelo controle de qualidade e pela limpeza do ambiente de trabalho.

Como bem observa umas das costureiras entrevistadas:

A máquina e a moda são “imexíveis” e ele que trate de aprender, porque tem que aprender para produzir aquilo ali. O modelo é diferente, as máquinas são quase as mesmas, porque tem máquina, por exemplo, que depende do material, a princípio o peão vai ter que saber adaptar a máquina para trabalhar com um material, como renda. O mesmo sistema que você usa para trabalhar com cotton ou com tulle não vai servir para trabalhar com renda, vai ser diferente, então vai ter que se adaptar para trabalhar com aquilo. Ainda que você trabalhe numa colareti, vamos dizer, que você esteja acostumado a trabalhar com lycra, você vai ter que se adaptar a trabalhar com renda. Por que tem peças que você trabalha com overloque e colarete, outras, com três pontos. Aí a pessoa vai ter que se adaptar àquilo ali, de repente vai ter que passar uma fita por cima do bojo, do sutiã, alguma coisa assim.

Da mesma forma, observa a costureira B:

Essa pessoa vai saber trabalhar numa traveti, colareti, uma outra máquina, porque esse tempo que ela está ali dentro, tem que trabalhar. Ou trabalha numa overloque, numa colareti, numa traveti, ou trabalha numa 21 qualquer coisa, tem que trabalhar. Ela não pode trabalhar em uma só.

A costureira L relata:

Eu, no me caso, já estou bem acostumada com isso (mudança de material e máquina), mais de 20 anos de costura, então já me adaptei bem. Agora, a pessoa fica

com medo, às vezes uma dificuldade, embora para a gente tenha peças que já são modelos antigos, tem alguns tipo aí que já estamos mais que tarimbados de fazer (...)

O sistema de rodízio e o pagamento do extra, ou seja, uma produção de peças de calcinhas e sutiãs estabelecida para além dos 525 e 535 minutos diários, nos parece uma adaptação do sistema de produção de célula da Filó/Triumph. Tendo em vista o tamanho da maioria das indústrias de confecção e a debilidade técnica e tecnológica, o sistema de produção rodízio-extra é uma forma de estimular as operárias a produzirem continuamente em todas as máquinas, a fim de conseguirem um pequeno extra no salário, e facilita o controle da produção, sem a necessidade de contratação de técnicos e engenheiros para o quadro funcional da empresa.

As costureiras, ao mesmo tempo em que veem de maneira positiva o aprendizado em várias máquinas, também questionam o fato de terem que modificar seus movimentos e ritmo para a adaptação a um novo material e uma nova peça. Isso porque, quando começam a trabalhar e se acostumar com um material e uma peça, precisam mudar.

O modelo e o material que usam para fabricar as peças de moda íntima são constantemente modificados, devido à característica do próprio Polo de Moda Íntima e da forma de organizar a produção. Neste sentido, são obrigadas a estabelecer novas técnicas, na medida em que se muda o material e o modelo a ser produzido. Quanto mais as empresas tentam se adaptar aos padrões da moda internacional, mais novos materiais e modelos são fabricados, o que impacta a forma de trabalho dessas proletárias.

O material determina a costura. Uma operária reclamou que o material não é tão bom assim, enquanto outra, que não fica na produção, falou que ele é excelente. Segunda uma ex-costureira, que hoje trabalha como revendedora, depois de ter tido a experiência em domicílio e com facção e adquirir LER/DORT, “(...) a qualidade também não tem, compra um material barato e faz uma costura bonita, porque o que o pessoal olha na calcinha é o acabamento, se está perfeito”. Outra costureira de uma pequena confecção disse: “O material piorou um bocado. Quase não dá para você enxergar”. A qualidade a que se referem as operárias está relacionada à perfeição da costura, ao tipo de material, às cores, às estampas, principalmente se estão na moda, mais do que a durabilidade.

A jornada diária, segundo o relato das proletárias, é muito intensa, e toda a organização do local de trabalho tem como objetivo evitar o absentismo e retirar a autonomia dessas trabalhadoras sobre as mercadorias produzidas. Entretanto variam de empresa para

empresa as formas de gestão do ambiente, uma vez que existem regimes mais despóticos de controle do trabalho e outros que procuram acionar uma colaboração de classe.

O trabalho informal

É particularmente interessante notar que no mesmo relato de reclamação ou constatação desse maior cansaço no ambiente de trabalho, também há uma comparação com o trabalho informal, do seu cansaço, vantagens e desvantagens. Se por um lado tem-se a percepção de mais trabalho, também tem-se uma busca por mais autonomia. Assim, é comum encontrar operárias que já trabalharam ou trabalham em fábricas ou em domicílio, situação observada pelas costureiras da seguinte maneira: “Fábrica é menos estressante. Se você quer ganhar dinheiro, você trabalha mais. Eu estou montando uma fábrica. É por causa do salário, mas também por causa do aborrecimento. É muito aborrecimento” (Costureira B). “Porque é aquela coisa, se você vai ao banheiro não pode demorar mais de um minuto” (Costureira D).

Mas eu acredito que todo trabalho que é para si só você faz se quiser, é espontâneo. A maioria das pessoas hoje em dia está montando fábrica, ninguém quer trabalhar para outra pessoa. É muito aborrecimento, eu acho que o aborrecimento começou quando foi lançado esse negócio de ticket. (Costureira C).

A fábrica hoje é muita coisa, até as empresas hoje estão fazendo isso. Um auxiliar abrindo confecção/fábrica, que não paga imposto. Fatura mil reais por semana. Muita gente trabalha há muito tempo (...) fábrica é por peça. Ser dona da fábrica é que vale a pena (Costureira B).

A costureira A conta que já pensou em abrir fábrica, trabalhar em casa com a filha: “Fábrica produz sem qualidade e aumenta o trabalho para gente da limpeza, da qualidade.

As pessoas estão comprando máquina e fazendo fábrica em casa, é ruim porque você não tem os direitos trabalhistas, mas você não tem o supervisor te enchendo o saco. Se você quiser, trabalha de 7h às 17h, se quiser, de 10h às 24h. É problema seu, você impõe seu ritmo, mas se bobear trabalha até mais (Costureira E).

A fábrica e o trabalho em domicílio surgem como possibilidade de aumentar seu ganho, não só como parte de um “cálculo econômico” (LEITE LOPES, 1988), mas também como um cálculo político, no sentido de se tentar ter uma maior autonomia. Como um refúgio do regime de exploração. Entretanto, como relatado acima, as operárias têm uma noção exata desse trabalho em domicílio ou em fábrica, o que, em alguns dos casos, assume um caráter estritamente complementar, no sentido do “cálculo econômico” ou de uma tentativa de alívio temporário da pressão a que estão submetidas.

Esse “cálculo econômico” está fundamentalmente vinculado à forma de pagamento, o salário por peça. Marx (2008) afirma:

No salário por peça é, naturalmente, interesse pessoal do trabalhador empregar sua força de trabalho o mais intensivamente possível, o que facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade do trabalho. (...) a maior margem de ação proporcionada pelo salário por peça influi no sentido de desenvolver, de um lado, a individualidade dos trabalhadores, e, do outro, a concorrência e a emulação entre eles (MARX, 2008, p. 641).

O autor conclui da seguinte maneira: “Do exposto, evidencia-se que o salário por peça é a forma de salário mais adequada ao modo capitalista de produção” (*idem*, p. 643).

Além desse aspecto, outra situação que faz as operárias trabalharem em domicílio é, como observam Kergoat e Hirata (2007), a persistência de seu papel essencial no trabalho doméstico, principalmente no cuidado com a educação dos filhos. A jornada de trabalho de 7h às 17h impede que elas tenham uma vigilância sobre suas crianças. Essa é uma situação da qual as operárias reclamam bastante, principalmente na Filó, depois que a empresa acabou com os dois turnos. Assim, com o trabalho em casa, ela tem a possibilidade de acompanhar os filhos.

Portanto, há distintas formas de exploração do trabalho. Da grande empresa formal ao trabalho domiciliar, elas estão presentes na aglomeração friburguense. As condições de trabalho, a pressão cotidiana que sofrem, os baixos salários e a desigualdade do trabalho doméstico são fatores que levam essas costureiras a procurar outros ambientes de trabalho, o que possibilita um deslocamento dessa força.

Entretanto podemos apontar que essa rotatividade é distinta, sobretudo em termos geracionais (SANTO, 2009), como já observado anteriormente. As costureiras mais antigas ou mães de família relacionam o trabalho ao cuidado da reprodução familiar, que é de sua responsabilidade, para possibilitar que seus filhos e, principalmente, filhas, estudem e possam conseguir um trabalho fora da fábrica. No caso de um grupo de costureiras mais novas, que tenham perspectivas educacionais, a indústria significa um trabalho temporário até que se formem no ensino superior e, então, saiam das fábricas.

A ex-costureira que hoje é representante comercial, sem contrato formal, fez o seguinte relato de sua trajetória no mercado informal, em domicílio e de facção na cidade:

Eu tinha um amigo que possuía confecção que só fabricava cueca. Tinha me divorciado, estava com um filho de dois anos e meio, sem profissão. Aí eu voltei a morar com minha mãe e entrei nessa confecção. Fiquei um dia lá aprendendo,

porque, se você tem uma noção de costura, que não seja em máquina industrial, você aprende rápido. Fiquei um dia aprendendo a só fechar cueca. Ele me emprestou uma máquina para trabalhar em casa. Trabalhei dois anos em uma confecção. Dalí, o dono abriu um confecção maior e começou a trabalhar para Hermes. Parti para fazer facção para uma confecção, trabalhando em casa. A confecção quer o trabalhador do local onde ela mora. Confecção registrada e grande. Fui trabalhar nas Braunes. Os donos foram até legais comigo. Recebia também naquela época que em quinze dias já pagava minhas coisas, e os outros quinze era dinheiro que sobrava. Eu fazia toda a produção da confecção de calcinha, montava todas as calcinhas e tinha outra costureira em outra casa que fazia o sutiã. Eu montava toda calcinha e ela todo o sutiã, e a confecção fazia o bendito acabamento, que é o principal da peça.

Nesse relato, podemos observar como são utilizadas as relações de amizade para exploração da força de trabalho para uma espécie de acumulação primitiva. A costureira prossegue: “Aí passei a costurar em casa e fazer cueca para ele. Fazia na base de dez mil cuecas por mês. Trabalhava de 6h a meia-noite. Eu, sozinha, costurava dez mil. Meu filho ficava mamando e eu, costurando”.

Além do uso das relações de amizade, a condição feminina é utilizada para estimular o trabalho em domicílio, uma vez que o cuidado dos filhos é tradicionalmente de responsabilidade da mulher e a condição de trabalho nas confecções a obriga a ficar fora de casa o dia inteiro. Se a costureira é separada e tem filho, a situação é de mais pressão ainda. A ex-costureira continua:

Quando você trabalha em confecção, é de 7h às 17h. Agora, quando você trabalha em casa, tem que dar aquela produção e não pode parar. Trouxe hoje, amanhã estou pegando e o problema é meu, entende? Eu tinha uma agravante: a máquina era dele. Hoje você vai em qualquer facção e a máquina é da pessoa mesmo. Antes não. Isso em 1991 e 1992. Naquela época não era moda íntima, era roupa íntima.

Assim, como afirmou Marx (2008), o salário por peça faz com que o trabalhador produza ainda mais e, como percebemos ao longo dos relatos das outras operárias e da ex-costureira, o desenvolvimento do campo da moda e a produção *self-service* transformaram as relações de trabalho e impactaram as técnicas de produção das costureiras. Essa situação demonstra, como afirmamos no primeiro capítulo, que há uma construção política do polo, observada pela trabalhadora na seguinte frase: “Naquela época não era moda íntima, era roupa íntima”. A entrevistada continua:

Porque, naquela época, você trabalhava com as cores preto, vermelho, branco, marfim e marrom. Acabou. Hoje a prateleira tem dez cores de verde diferentes. Tonalidades. Rosa deve ter uns vinte tipos, vermelho você encontra uns trinta modelos. Aí você acompanha a alta costura, a moda. A tonalidade, coleções, outono-inverno, primavera-verão. Por isso essa doideira, por isso acho que leva muito à falência. As pessoas não conseguem acompanhar. A moda caduca no dia anterior. O

tempo da moda é muito rápido, a coisa acontece assim. Hoje você tem na confecção, tipo a Monthal, tem o estilista próprio, que muito vezes é modelista, ele já faz tudo, e ainda tem a exigência de fazer a peça dizendo tudo, nome, o pano, os aviamentos, quanto está saindo com o mínimo de gasto. Porque os donos não querem ter gasto. Hoje as confecções, mesmo pequenas, já contratam... Tem todo um aparato técnico. Hoje não tem mais aquela coisa de costureirinha, não. Hoje isso não existe mais, calcinha em Friburgo é um mercado prostituído, porque você vai vender a um real, o cara quer te pagar 0,70. Por isso a informalidade, para dar o lucro. A mercadoria sai com valor menor. O público de Olaria e Ponte da Saudade é diferente. Em Olaria as lojas são mais povão. Na Ponta da Saudade só tem lojas de vitrine (...)

A operária observa na mudança do discurso dominante de “roupa íntima” para “moda íntima” o impacto que tem sobre o trabalho as modificações exigidas para atender aos materiais e cores que passam a ser valorizados pelos estilistas e revistas do campo da moda. Ao mesmo tempo, demarca a contínua instrumentalização dos empresários locais para intensificar o regime de exploração e interliga-lo cada vez mais com o regime de acumulação mundial.

Assim, temos, como observado pela costureira, uma constituição da aglomeração que pressiona os salários para baixo, no caso da disseminação do salário por peça. Ao mesmo tempo, o projeto de APL liderado pela classe dominante estimula uma sofisticação de parte do mercado, o que demanda maiores investimentos e, concomitantemente, estimula o trabalho em domicílio e a facção, na ampliação da externalização ou no abastecimento do mercado local por produtos mais baratos. Essa situação nos parece uma adaptação da indústria local aos parâmetros toyotistas de produção, ou seja, pequenas séries de vários modelos, caracterizados por empresários locais como produção *self-service*. O relato acima também demonstra como a sofisticação do mercado e a sua externalização já impedem a ascensão de operárias que se arriscam a abrir uma empresa. Segundo a entrevistada, o trabalho em domicílio e a facção têm significado para as costureiras a subordinação às pequenas e médias empresas ou a sua permanência no mercado de trabalho informal.

A entrevistada também relata seu percurso profissional após ter adoecido, vítima da LER/DORT:

Eu fiquei com esse braço ruim, no final dos quatro meses voltei à confecção, trabalhei dez anos com eles, e nesse período que fiquei doente ninguém nunca me ligou para saber se eu estava boa, se precisava de algum dinheiro. Quando fiquei boa eles me tomaram tudo. Eu tenho a consciência de que, se eu fosse ao Ministério do Trabalho, provaria por A mais B que trabalhei para eles esse tempo todo e que eles tinham que me indenizar. Mas as relações de amizade, familiar, contam muito, te chamam para tomar café, para ir a casa deles, mas você não é amigo deles, você é empregado. Quando eles te mandarem embora... Mas eu tenho uma relação com eles

até hoje, é uma coisa assim que não tem explicação. Ah, porque a gente fala assim “é amigo”... Amigo nada. Se fosse muito meu amigo, teria o quê? No período que fiquei ruim, teriam me ajudado, não teriam tirado a máquina de mim. Mas eles nunca chegaram para mim para falar que não queriam mais trabalhar assim, ou que não fariam mais facção nem isso. Foram lá, buscaram a máquina e acabou. E a confecção também começou a fazer aquele sistema de célula, aí arrumaram uma pessoa da Filó, e no Senai tem, é só ligar que tem profissionais que arrumam a confecção toda. Aí a menina do sutiã parou.

Nesse relato, fica muito claro como as relações de parentesco e amizade podem ser utilizadas como uma espécie de acumulação primitiva e como a intensificação da divisão do trabalho local modifica a aglomeração. Assim, é importante voltarmos a destacar de que forma tais relações são acionadas. Em um primeiro momento, o relacionamento serve como uma medida de suporte em uma situação de dificuldade e, portanto, a ex-costureira, que entregou dez anos de sua vida à costura, tem uma gratidão que não é recíproca. Ela esperava um outro desfecho da situação. Esses laços operam na contratação da mão de obra e

isso contribui para a consolidação de laços sociais particulares no ambiente de trabalho, em decorrência da fusão de regras de duas esferas distintas: a do trabalho e a do parentesco ou da amizade. Resulta uma ambiguidade em que é acionada ora uma, ora outra regra, em um contexto de negociação sempre renovada. Categorias como as de “ajuda”, “favor” e “solidariedade” articulam regras sociais próprias do sistema de patronagem em que se mesclam relações verticalizadas e hierarquizadas com as do favor e da dívida moral (CARNEIRO, 2007, p. 110).

Esse não é um caso isolado, como observou Carneiro (*op. cit.*) em seu estudo sobre confecções no meio rural de Nova Friburgo. Esses laços de amizade e parentesco são partes constituintes da contratação e do controle da força de trabalho na cidade. Neste sentido, a força de trabalho na informalidade está muito ligada a essas relações pessoais. A empresa se insere formalmente no mercado de trabalho e passa a adotar novos parâmetros organizacionais, devido à grande exploração do trabalho com bases nessas relações de parentesco e amizade. A ex-costureira continua a relatar seu percurso de vida na tentativa de trabalhar por conta própria:

Aí eu comecei a fabricar, comprar material, montar e fazer. Comecei a produzir para mim, eu já estava com esse problema do braço, eu tive que contratar outra pessoa para trabalhar comigo, aí já era informal duas vezes. Tinha que cortar, costurar, sair para vender, e em confecção tem que ter duas pessoas, não adianta uma querer administrar e outra que dá pra produção. Quando eu estava nessa confecção que acabou eu já tinha nove costureiras comigo. Chegou uma época que eu tinha nove

façções, nove confecções diferentes, mas tinha umas dez pessoas comigo. Hoje as costureiras têm que saber trabalhar em todas as máquinas. Porque há 20 anos a Filó era assim, se ficasse fechando o meiozinho, era cinquenta anos só fechando o meiozinho. Era só em uma máquina, aí ninguém queria costureira da Filó, falou da Filó todo mundo corria, igual prefeitura hoje, falou costureira que aprendeu lá ninguém quer hoje não, a Filó tem costureira de primeira linha, tem que saber fazer tudo, e a mulher tem que fazer mesmo. Em todas as máquinas. Ela que puxou a célula e tem que saber fazer tudo. Porque, antes, se a máquina quebrou, a mulher cruzava os braços, esperava o mecânico vir consertar, e ficava ali esperando até voltar a trabalhar, porque só sabia fazer aquilo ali. Aí já mudou. Se essa quebrou passa para outra. Vai fechar fundo. Vai fazer viés. Ainda tem isso: você traveta calcinha, aí perguntam: você sabe travetar sutiã? Eles querem costureira com experiência. Eu ando por aí, você vai em qualquer canto tem placa de “precisa-se de costureira” com experiência em overlock, traveti. Porque da prefeitura eles não querem, elas treinam três meses em todas as máquinas, mas treino é uma coisa e prática é outra. Porque na confecção precisa de produção e ela não tem. Não tem prática na máquina mesmo. Porque uma costureira sabe regular uma máquina, ela diminui um ponto, aumenta um ponto.

Nessa outra parte do relato, uma outra dimensão da implementação das células aparece claramente, que é a necessidade de obter um maior controle das operárias, eliminando os tempos mortos no ambiente de trabalho. Como a aglomeração setorial se adaptou ao toyotismo sistêmico (ALVES, 2000), fica claro que a procura por costureiras experientes que “deem produção” é um imperativo para o atendimento da demanda. Assim, existe uma disputa por costureiras que não precisam de nenhum treinamento, que já estejam prontas para produzir nos níveis desejados pelos patrões. Nesse sentido, o trabalho em domicílio para produção de parte das peças surge como necessidade recíproca, uma vez que há, nesse caso, costureiras que estão em um emprego formal e na façção, ou no trabalho em domicílio, precisamente quando aumenta a demanda das confecções.

A indústria em domicílio voltou a ser a seção externa da fábrica, entretanto o capital dispõe da produção em praticamente todo o mundo e, no caso friburguense, compõe um grande exército de trabalhadores em domicílio. Porém o trabalho em domicílio tem, segundo as próprias costureiras, concentrado sua produção nas tarefas mais simples, como a montagem e a costura das peças íntimas. Este foi resultado direto da reestruturação produtiva na cidade. As operárias de façções, de trabalho em domicílio e micro e pequenas empresas estão submetidas a uma jornada de trabalho cada vez mais intensa, o que tem provocado contínuas doenças relacionadas diretamente às condições de trabalho.

As consequências para a saúde

Uma vez que a pressão e a correria para atender as demandas são cada vez maiores, as condições de trabalho, na percepção das trabalhadoras, tem piorado, sem haver ao menos uma melhoria salarial. A saúde física e mental das mulheres operárias tem se deteriorado, indo desde casos de depressão, que têm se tornado comuns, às lesões por esforços repetitivos (LER) e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT). A LER/DORT é uma doença diretamente relacionada à intensidade do ritmo de trabalho e à forma de organização a que estão submetidas as trabalhadoras. O próprio Ministério da Saúde (MS), segundo protocolo publicado em 2006, admite que as LER/DORT assumiram um caráter epidêmico, definindo-as como

um fenômeno relacionado ao trabalho, decorrentes da utilização excessiva de força, imposta ao sistema musculoesquelético, e da falta de tempo para recuperação. Caracterizam-se pela ocorrência de vários sintomas, concomitantes ou não, e de aparecimento insidioso, geralmente nos membros superiores, tais como dor, parestesia, sensação de peso e fadiga. Abrangem quadros clínicos do sistema musculoesquelético adquiridos pelo trabalhador submetido a determinadas condições de trabalho e, frequentemente, são causas de incapacidade laboral temporária ou permanente (BRASIL, 2006, p. 5).

Nesse documento, o próprio MS define como principais tipos: afecções de ombro, epicondilites laterais, tendinites de mãos e punhos e afecções músculo-esqueléticas multitissulares. Neste sentido, é importante afirmarmos que no nosso estudo todos esses tipos de LER/DORT são relatados pelas costureiras e, segundo o próprio estudo do MS, afetam as trabalhadoras de confecções. Essas lesões estão diretamente relacionadas à jornada diária, anual e do ciclo de vida das operárias, uma vez que observamos a falta de pausa no trabalho e a própria ergonomia do ambiente de trabalho. As posturas apresentadas são mantidas por longos períodos durante a jornada.

Isso acarreta dores difusas pelo corpo (pelo fato de haver uma diminuição da circulação, reduzindo o aporte de nutrientes para o sangue e, conseqüentemente, levando a uma fadiga dos músculos) nas regiões dos membros inferiores (tríceps sural), da coluna lombar, da coluna cervical (trapézio) e dos membros superiores, como relata a própria costureira. E, além de serem mantidos por longos períodos, os movimentos são repetidos a cada ciclo de trabalho (BRASIL, 2006, p. 6)

As costureiras estão sempre na mesma postura, impossibilitadas de levantar para ir ao banheiro ou beber água, seja por necessidade para conseguir o extra ou ticket ou, mesmo, por

proibições. Elas utilizam os mesmos grupos musculares e, assim, ocasionam dores por todo o corpo, principalmente nos membros inferiores (tríceps sural), na coluna cervical (trapézio), na coluna lombar e nos membros superiores. Essa situação é afetada pela adaptação à própria máquina de costura, como um equipamento limitante, ao tamanho da peça a ser confeccionada (área pequena para se costurar), ao tipo de material, à organização do trabalho determinado e ao ritmo (maior ou menor demanda).

Através das observações realizadas e dos relatos das costureiras, verificou-se que a trabalhadora mantém uma postura sentada por toda a jornada de trabalho. Uma costureira em domicílio relatou:

Eu peguei esse LER/DORT, fiquei quatro meses sem trabalhar, depois de dez anos. Saí mais ou menos em 2001. Fiquei com uma tendinite terrível, quatro meses com o braço imobilizado. Não podia escovar dente, pentear cabelo. É horrível. Hoje eu tenho dor nos dedos, no pulso, no cotovelo. É movimento repetitivo. Primeiro você não pode ser devagar.

Duas outras operárias afirmaram: “Estou com dormência na mão (LER), por isso estou com vontade de parar, estou me tratando [mostra os pulsos inchados para o entrevistador]. Além da LER, tenho problema na coluna. E também tem o estresse” (Costureira B).

Passei também por confecção com célula, lá eu consegui adquirir a LER. Não pode fazer de qualquer jeito para dar a produção, e naquele ritmo que você vai, acaba adquirindo a LER. Isso é uma coisa que deixa a gente muito triste, mas não tem jeito, o INSS não dá licença, a não ser que esteja muito ruim, se, por exemplo, você não conseguir mexer com o braço. Eu vou ao médico, ele dá uma infiltração e, no máximo, uma semana de licença. Passou aquela semana, eu volto a trabalhar de novo. O INSS não reconhece como incapacitante. Só que é uma dor insuportável que há dias não dá nem para pentear o cabelo. É uma coisa que você não vê, tenho no ombro (Costureira E).

Esses relatos demonstram o drama em que se transformam as vidas das operárias ao contraírem essa doença, relacionada diretamente ao trabalho. As dificuldades encontradas são ampliadas pela necessidade de se manterem no mercado de trabalho, uma vez que, segundo as costureiras, os médicos e peritos do INSS só liberam alguma licença quando a doença está em um estágio muito avançado. Portanto, o prolongamento da jornada de vida de trabalho pode se transformar em um verdadeiro perigo para essas trabalhadoras, devido à intensidade do trabalho que exercem. Em entrevista a presidente do Sindicato afirmou o seguinte sobre as lesões:

“só na Filó em torno de 12% dos funcionários estão lesionados, e aí nós tivemos uma audiência aqui na câmara municipal com especialistas da Fiocruz, médicos do trabalho que disseram que já se torna epidemia quando está próximo dos 5%, aqui já passou de epidemia.”

De maneira geral, as consequências detalhadas dessa postura para o trabalho das operárias, em estudos de Leite *et al* (2007) são:

1. Para ativar o pedal que acionará o motor e colocará a máquina em movimento, a costureira realiza plantiflexão e dorsiflexão com o pé direito. O não relaxamento dos plantiflexores e dorsiflexores levará a uma diminuição da circulação devido a uma constante contração desses músculos e à compressão dos vasos sanguíneos, o que acarretará dores intensas na região do tríceps sural.
 2. Para elevar o calçador, a costureira faz abdução da perna direita empurrando uma alavanca com o joelho direito. A repetição desse movimento poderá causar dores na região de abdutores do quadril e dores na região lateral do joelho direito.
 3. Para costurar o elástico na calcinha, a costureira faz flexão de cotovelo, flexão e desvio ulnar do punho e os dedos das mãos ficam em semiflexão e dando apoio para segurar o tecido, a fim de não deixar que ocorram erros na costura. Como essa movimentação é repetida em um ciclo curto de 30 segundos e utiliza sempre os mesmos músculos, poderá levar à ocorrência de dores e até mesmo gerar uma inflamação nos tendões e nas bursas das articulações envolvidas.
 4. A costureira tem que manter uma protusão da cabeça, a flexão da coluna cervical e lombar, para ficar atenta ao trabalho, pois qualquer distração poderá acarretar em uma costura errada ou até mesmo em um acidente como, por exemplo, furar o dedo com a agulha da máquina.
 5. Os membros inferiores (joelhos e quadris) devem permanecer flexionados para dar equilíbrio, servir de apoio e distribuir a carga da postura sentada. Porém essa posição mantida por muito tempo diminuirá a circulação, o que levará a uma diminuição do aporte sanguíneo para o músculo, podendo ocasionar fadiga e gerar dores nessa região.
- (LEITE *et al*, 2007)

Notamos que a superexploração do trabalho aparece em todas as relações trabalhistas investigadas no setor industrial de confecção de moda íntima. Ela aparece não isoladamente e/ou como uma política deliberada e pensada, mas como parte das estruturas sociais às quais estão atreladas e inseridas a cidade e a confecção na cadeia industrial têxtil no país e no mundo.

O sistema extra-rodízio tem como primazia a polivalência e alta intensidade do trabalho, ou seja, a combinação das técnicas de gestão toyotistas com o taylorismo, que afetam, particularmente, as mulheres. Esse extra serve como incentivo ao aumento da intensidade do trabalho, enquanto o rodízio diminui o absenteísmo, na medida em que as costureiras não podem ficar paradas, sendo obrigadas a usar outra máquina para produzir mais mercadorias.

O trabalho em domicílio e as facções têm aumentado cada vez mais e, conseqüentemente, levado ao adoecimento das mulheres operárias friburguenses. Os relatos acima demonstram como as péssimas condições de trabalho, que se precarizam ainda mais, devastam o corpo das mulheres costureiras da cidade. A cada vez maior intensidade do trabalho torna a jornada diária insuportável, e a pressão e correria relatadas por essas proletárias afetam suas condições de vida e sua vitalidade psíquica para a jornada a longo prazo. Entretanto as transformações do ambiente de trabalho não foram realizadas de maneira linear e sem conflitos. No próximo capítulo, abordaremos como as operárias friburguenses enfrentaram as modificações na indústria.

Capítulo 3

Dominação, colaboração e resistência: dilemas do operariado friburguense

Neste capítulo procuramos analisar como as lutas econômicas nas confecções resultaram em estratégias contraditórias, como o trabalho domiciliar, e se constituíram como característica da própria reestruturação produtiva no setor industrial de vestuário de Nova Friburgo.

A situação histórica que propiciou essa mudança foi a transformação do parque industrial brasileiro entre os anos 1980 e 1990, através de uma combinação de políticas econômicas adotadas pelos sucessivos governos nacionais (José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso) e da expansão industrializante na Ásia depois dos anos 1970, fundamentalmente na China. Um dos principais motivos para a saída espacial do capital foi a “série de agitações de trabalhadores do final dos anos 1960 e o começo dos 1970, que, por sua vez, foi um catalisador importante da expansão transnacional do capital corporativo da Europa ocidental para regiões de menores salários” (SILVER, 2005, p. 156).

Portanto, a crise de lucratividade e a perda de controle sobre as trabalhadoras e trabalhadores provocaram importantes deslocamentos em setores industriais. No mesmo período, houve a ascensão do toyotismo como um estágio superior de racionalização capitalista, propiciando um salto qualitativo na captura da subjetividade operária (ALVES, 2000). Seu apelo ideológico pela manipulação e consentimento operário tem como ponto principal “a inserção engajada do trabalhador assalariado na produção do capital” (*idem*). No mesmo período, tivemos a ascensão do neoliberalismo, que significou a ideia do homem como empresário de si mesmo, do homem enquanto próprio capital (FOUCAULT, 2008) e, por outro lado, “a crise político-ideológica das estratégias de classe” (ALVES, *op.cit.*), dos grupamentos e partidos de origem comunista e social-democrata.

Neste contexto geral, com aumento de uma nova carga ideológica e de liberalização comercial, é que o chamado Polo de Moda Íntima se consolidou nos anos 1990, com a ampliação de um núcleo de operárias, as costureiras, e redução de outro contingente operário, os tecelões, isso no setor da cadeia têxtil e do vestuário. Durante a segunda metade dos anos 1980 e toda a década de 1990, duas situações histórico-sociais foram fundamentais para o entendimento da mudança industrial da cidade. São elas: a formação de pequenas confecções

(por exemplo, trabalho em domicílio e facção) e o conflito pela manutenção do trabalho em algumas fábricas têxteis (e mesmo pela manutenção do funcionamento de uma fábrica).

Neste sentido, é importante destacar que havia duas categorias operárias distintas nessa situação: as costureiras e os tecelões. A primeira, formada majoritariamente por mulheres, que passaram por dois processos distintos, a implementação da célula na Filó/Triumph e a demissão de 600 costureiras da empresa, em 1996; a segunda, a situação social de um grupo operário formado basicamente por homens, na procura pela manutenção de empregos perdidos devido à implementação de novas máquinas, redução da produção ou fechamento de unidades produtivas. Neste caso, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Nova Friburgo (STIFTNF) intensificou sua ação no movimento dos operários tecelões.

Neste processo de reestruturação da cadeia têxtil e do vestuário de Nova Friburgo, observamos as situações sociais e históricas dessa modificação. A luta dos operários tecelões, ao mesmo tempo em que havia uma expansão das operárias costureiras, foi influenciada pela ascensão das lutas sindicais e sociais dos anos 1980, com a emergência do chamado novo sindicalismo.

A narrativa oficial procura identificar, simplificada, os operários e ex-operários que construíram uma confecção ou mesmo trabalharam em domicílio como empreendedores do futuro Polo de Moda Íntima. Neste sentido, a burguesia do comércio e serviço que estimulou as confecções já havia incorporado o discurso e a prática política neoliberal (FOUCAULT, 2008).

Entretanto, para analisarmos as relações de poder e mesmo o significado da formação das pequenas confecções e do trabalho em domicílio, a luta pelo controle da produção e/ou pela manutenção de empregos, devemos levar em conta que dentro da luta de classes existem as variáveis de resistência, dominação e colaboração, conforme indicação de Ferreira (2007).

Sobre resistência e colaboração, afirma Foucault:

Por dominação eu não entendo o fato de uma dominação global de um sobre os outros, ou de um grupo sobre outro, mas as múltiplas formas de dominação que podem se exercer na sociedade. Portanto, não o rei em sua posição central, mas os súditos em suas relações recíprocas: não a soberania em seu edifício único, mas as múltiplas sujeições que existem e funcionam no interior do corpo social (FOUCAULT, 2004, p. 100).

Sobre essa afirmação, Ferreira comenta:

Vemos aqui um procedimento teoricamente decisivo e controverso: a dominação deixa de ser um fato exclusivamente coletivo (de grupos em relação a outros grupos), centralizado (de um centro de poder em relação aos múltiplos pontos da sociedade) e vertical (de grupos dominantes para os dominados). A definição de dominação de Foucault abrange as formas individualizadas e localizadas de dominação, descentralizadas e digamos horizontais (entre os “súditos”, ou seja, entre aqueles que estão numa mesma posição ou linha de classe). A multiplicidade das formas de dominação horizontais não entra em contradição com a unidade da dominação vertical de uma classe sobre outra; na realidade é seu complemento. Podemos dissociar o conceito de dominação do conceito de poder; a relação de poder não se resume à dominação, mas sim à luta, ao confronto de forças. Em toda a cadeia de dominação e de relações de poder, não existe nenhuma posição completamente desprovida de poder; em termos gerais podemos dizer que o poder do “dominado” é o de resistir e revoltar-se; o poder do “dominador” é o de impor sua autoridade e/ou extrair colaboração. A relação de poder oscila assim entre resistência, dominação e colaboração, entre formas convencionais e cotidianas ou moleculares/capilares das três o que expressa a sua circularidade (FERREIRA, 2007, 21).

Neste sentido, abordamos resistência a partir da seguinte visão:

A resistência abrange qualquer ação de indivíduos ou grupos que se encontram numa mesma condição de classe, que vise barrar as demandas dos grupos ou classe dominante, ou realizar demandas que entrem em choque com aqueles grupos dominantes (*idem*).

Além dessa abordagem mais geral, o autor chama atenção para as chamadas “formas cotidianas de resistências” que

se apresentam normalmente como informais, individuais e anônimas, e frequentemente se expressam em certas técnicas (como o furto, a sabotagem, o boicote, a agressão física, a dissimulação). A resistência é formal, coletiva e pública e se expressa em técnicas como as ocupações de terras e manifestações em vias públicas. Mas é importante observar que são várias as combinações possíveis entre ações formais e informais, coletivas e individuais, públicas e anônimas (...) (*ibidem*).

Portanto, resistência, colaboração e dominação fazem parte das variáveis da luta. Entretanto devemos “identificar os próprios limites dos efeitos da luta e da resistência: ela é capaz ou não de provocar a mudança social, ou se inscreve dentro dos limites da reprodução social” (FERREIRA, 2007, p. 24).

Essas definições são importantes dentro do quadro de modificações que ocorreram na composição dos grupos operários locais. As análises dessa luta estão inscritas na situação de repressão e no quadro econômico e político nacional e internacional.

Desta maneira, a instalação da Filó/Triumph em Nova Friburgo será realizada no período do chamado milagre econômico brasileiro, de 1968 a 1974. Como observa Silver (2005), a onda de investimentos de capital está diretamente associada ao conflito com os trabalhadores, ou seja, as indústrias têm todas as condições, garantidas pelo Estado, de

controle da força de trabalho. É importante ressaltar que, neste mesmo período, os países centrais passavam por ondas de mobilizações muito fortes, que questionaram o poder político e econômico. Também é importante ressaltar que a indústria têxtil já não era, nos 1960, o setor industrial líder do capitalismo, que já havia sido suplantado pela indústria automobilística (*idem*).

Entretanto, a partir dos anos 1960 e 1970, o uso de novos materiais na indústria têxtil e do vestuário impactou a divisão internacional do trabalho dessa cadeia produtiva. As indústrias têxteis friburguenses haviam se estabelecido na cidade na onda de desenvolvimento desses setores, chamada de fase madura e de expansão (*ibidem*), no primeiro quarto do século XX.

A autora ainda destaca que o setor industrial têxtil, em comparação com o setor automobilístico, tem algumas diferenciações de organização importantes. A principal é a dispersão da cadeia produtiva têxtil em uma série de pequenas indústrias, ao contrário da indústria automobilística, que tem uma integração vertical quase autômata. A autora afirma:

o poder de barganha dos trabalhadores do setor têxtil no local de trabalho é significativamente menor do que o dos trabalhadores do setor automobilístico. O poder de perturbação que a produção de fluxo contínuo coloca nas mãos dos trabalhadores não se aplica ao setor têxtil. A indústria têxtil era desintegrada verticalmente, e seu processo de trabalho dividido em fases distintas. Esse poder de barganha relativamente fraco dos trabalhadores do setor têxtil no local de trabalho geralmente não era compensado por um forte poder de barganha no mercado, baseado em qualificações escassas (SILVER, 2005, p. 90).

A questão que nos parece específica do quadro friburguense é o fato de que o tamanho reduzido do mercado de trabalho local favoreceu o núcleo tecelão, com salários acima da grande maioria das categorias de trabalhadores, durante vinte anos, dos anos de 1960 ao início da década de 1980. Evidentemente, a instauração da ditadura civil-militar reprimiu qualquer atividade operário-sindical autônoma e combativa, entretanto os anos do milagre econômico e do aumento da repressão, com o Ato Institucional nº 5, reduziu em muito a possibilidade de uma resistência aberta e coletiva por parte dos operários.

Essa distinção entre setores da indústria e seus impactos na agitação dos trabalhadores é importante para analisarmos a luta de classe no âmbito local, pois é mais um elemento a ser observado em conjunto, tal como a experiência política coletiva operária na cidade e no Brasil, o quadro repressivo, a posição na cadeia têxtil e as modificações organizacionais. A

autora afirma: “Dado o pequeno poder de barganha estrutural dos trabalhadores do setor têxtil, não é de surpreender que o poder associativo passou a ser um ingrediente essencial” (*idem*, p. 99).

Em sua análise, Silver observa que os trabalhadores da indústria automobilística conseguiram obter vitórias e conquistas muito maiores que os trabalhadores da indústria têxtil, devido justamente às diferenças de organização da produção e, conseqüentemente, em termos de poder de barganha dos operários, ainda que houvesse uma maior militância política dos operários tecelões. Sobre essa situação, ela afirma:

Não obstante, ao contrário da indústria automobilística, os operários do setor têxtil, ainda que fossem extremamente militantes, eram derrotados quase universalmente. Houve apenas duas exceções nessa crônica de derrotas. Primeiro, houve vitórias significativas de operários do setor têxtil no local inicial de inovação – o Reino Unido –, onde os lucros inesperados do monopólio que beneficiava os inovadores ajudaram a sustentar um acordo capital-trabalho estável e de prazo relativamente longo. A segunda exceção foi a dos trabalhadores envolvidos na maré crescente de movimentos contra o colonialismo, e que, portanto, puderam se beneficiar destes (*ibidem*, p. 101).

Para a análise das transformações organizacionais da produção, deve-se levar em consideração a luta de classe no interior da indústria e suas conseqüências. Para isso, é importante a seguinte observação:

O sentido das novas formas de organização não despótica do trabalho depende, portanto – como o sentido de qualquer reforma –, da relação de forças que presidiu sua introdução. Se instituídas sem entusiasmo, por iniciativa do patrão, para prevenir ou desativar uma resistência operária difusa e atomizada (absenteísmo, indolência, abandono, falhas), elas podem ser rentáveis para o capital e consolidar sua hegemonia, ao menos por um tempo. Em compensação, se novas formas de organização do trabalho são exigidas ou impostas, num momento de luta, pela ação organizada dos operários, elas são combatidas pelo patrão como um poder operário irreconciliável com a autoridade patronal: somente se o poder autônomo dos operários for quebrado e restabelecida a autoridade patronal é que o patrão admitirá conceder mudanças que ele recusava enquanto não podiam ser de sua iniciativa (GORZ, 2001).

Assim, temos um exemplo das mudanças ocorridas na fábrica da Fiat na Itália, a partir das greves localizadas, greves contínuas e greves relâmpagos que geraram uma grande perturbação no fluxo de produção. Vejamos:

A exploração bem sucedida de tais táticas resultou na rápida expansão do papel dos sindicatos e do controle do chão-de-fábrica pelos trabalhadores, assim como num aumento sem precedentes dos salários ao longo dos anos 1970. Foram impostos limites às prerrogativas da direção. Por exemplo, na Fiat, os *consigli dei delegati* (conselhos de delegados operários) foram organizados no nível da fábrica, com o

objetivo de dar aos trabalhadores (por intermédio dos delegados) algum controle sobre a organização da produção, assim com uma voz no exercício diário daquelas que antes prerrogativas fundamentais da direção (essa frase tá solta, verifique se essa citação está correta), como por exemplo, distribuir tarefas, carga e velocidade do trabalho, alterar a organização da produção e introduzir novas tecnologias. A direção passou a ser obrigada a informar, consultar e negociar com os delegados dos trabalhadores todas as decisões relacionadas à organização do chão-de-fábrica (SILVER, 2005, p. 63).

Ao contrário das transformações ocorridas no chão-de-fábrica da Fiat, a partir da resistência aberta, organizada e coletiva dos operários, as mudanças ocorridas na Filó/Triumph partiram da direção da empresa na implementação das técnicas organizacionais japonesas, tais como *just-in-time* e círculos de controle de qualidade, sem, contudo, garantir a estabilidade do emprego e um bom salário.

Outra situação fundamental foi a mudança no mercado de trabalho local, com a entrada em massa de mulheres casadas a partir dos anos 1970 e 1980, ou melhor, a sua transformação em força de trabalho permanente, uma vez que era muito comum, até meados desses anos, que as mulheres saíssem da fábrica assim que casassem ou tivessem filhos.

A Filó/Triumph na manutenção dos baixos salários

Na segunda metade da década de 1980, a Filó/Triumph iniciou mudanças organizacionais na unidade de Nova Friburgo. A empresa paulatinamente abandonou a produção de outros produtos têxteis e se especializou na produção de *lingerie*. Outra mudança fundamental foi a transferência do sistema de produção individualizado para o de célula, que significou a adoção de técnicas japonesas no chão-de-fábrica.

No início dos anos 1990, a multinacional estimulou a criação de um sindicato separado dos trabalhadores têxteis, o atual Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Nova Friburgo (STINVNF), que é filiado à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário do Estado do Rio (FTIVERJ) – e à Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias (CNTI) – que por sua vez é filiada à Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), fruto do velho sindicalismo de Estado. O STINVNF foi criado em 1984 e as operárias costureiras deixaram de fazer parte do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Nova Friburgo (STIFTNF), o chamado Sindicato dos Têxteis de Nova

Friburgo. A Filó/Triumph, na maioria das eleições, apoiou uma chapa para a direção do sindicato.

Depois de um intenso conflito, iniciado a partir da recusa da direção em aumentar os salários, as operárias pararam setor por setor e deflagraram uma greve de ocupação da fábrica que durou uma semana, em 1995.

Depois do conflito, a direção demitiu 600 operárias e criou três facções em cidades vizinhas, Santa Maria Madalena, Cordeiro e Cachoeiras de Macacu, procurando uma solução espacial e organizacional para diminuir os seus custos salariais e fugir das negociações coletivas com o sindicato. Entretanto o sindicato conseguiu a extensão de sua base para os seguintes municípios, além de Nova Friburgo: Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras e Sumidouro.

Sobre toda essa situação, a atual presidente do sindicato disse em entrevista:

Não foi por causa da crise, foi terceirização da Filó para Madalena, Cordeiro e Cachoeiras de Macacu. Demitiu o pessoal para contratar lá pagando o salário mínimo. Foi na época que o sindicato pediu extensão de base para estender o piso e impedir a ida para essas regiões. E que se fossem, não fossem pelo menos explorar tanto os trabalhadores de lá. As demissões foram por reestruturação e não por estarem em crise. Até se conseguir a extensão de base, eles ficaram pagando o salário mínimo ao pessoal. E até o sindicato entrar, foi uma briga. Até as mulheres dessa região estavam acostumadas a trabalhar na lavoura e não ganhavam nada. Aí foram trabalhar dentro da confecção, podiam fazer unha no final de semana, estava sempre limpinho. Porque é um serviço limpo. Aí não queriam que o sindicato fosse pra lá, porque achavam que iam perder os empregos. Aí tivemos dificuldades para fazer extensão de base

Sobre o resultado da greve, ela respondeu:

Nessa de 1995, o pessoal achou que não deu um bom resultado. Tanto que depois foi esfriando e, no resultado final da negociação, havia duas propostas apresentadas pela empresa: em uma, o percentual um pouquinho menor, com uma cesta básica, e na outra era o percentual um pouquinho maior, mas que não teria cesta básica. Porém a diferença não dava para comprar a cesta básica. Como a proposta estava vinculada à assiduidade, o pessoal preferiu um pouquinho a mais no salário. Até hoje eles questionam isso, reclamam que deveriam ter aceitado a outra proposta, com a cesta básica.

Segunda a presidente, no caso da Filó/Triumph, quase todo ano é realizado, no mínimo, algum tipo de paralisação, ao menos parcial. Em 2009, a empresa não concebeu aumento às operárias e, como sempre, não participou da negociação do acordo coletivo que atualmente é referente à empresa com menos de 500 trabalhadoras. Quando havia mais de mil operárias na multinacional, a convenção coletiva era referente à empresa com menos de 800

funcionárias. Como parte das negociações, a empresa sempre ameaça com perdas dos benefícios sociais, como retirada do vale-transporte gratuito e da creche. O atendimento médico ambulatorial, onde havia clínicos gerais e ginecologistas, já foi diminuído.

Em maio e junho de 2010, as operárias da Filó/Triumph, depois de uma greve de 15 dias, conquistaram reajuste de 16% nos salários, cesta básica, garantia de não desconto dos dias parados e o compromisso assinado de que, caso haja, da parte do governo do Estado, vontade política para fazer valer o salário mínimo estadual de R\$ 603,00, a empresa irá cumpri-lo.³¹



Ilustração11: Operárias da Filó/Triumph na Greve de 2010.

Atualmente, o sindicato conta com 912 filiados, sendo que, na última eleição, em 2008, foram 639 votantes.³² Esse número de filiados não chega a 10% da categoria, fora as operárias informais que trabalham em facções, em domicílio ou em indústrias informais que não são organizadas e/ou não se organizam através do sindicato. Apesar de filiado à CNTI, e esta filiada à Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), há alguns diretores do sindicato vinculados a partidos, como o PT e o PSB. Entretanto não há uma direção política definida, o que se expressa na falta de vinculação às centrais, que acreditamos ser condição da maioria da classe e dos sindicatos do país. É ainda importante destacar que, na última eleição para o sindicato, em 2008, na qual concorreram duas chapas, uma delas, a que foi derrotada, era apoiada pela direção da multinacional e contava com a participação do vice-presidente do diretório municipal do PT.

³¹ Nota do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Retirado do site: <http://ujcfriburgo.blogspot.com/>

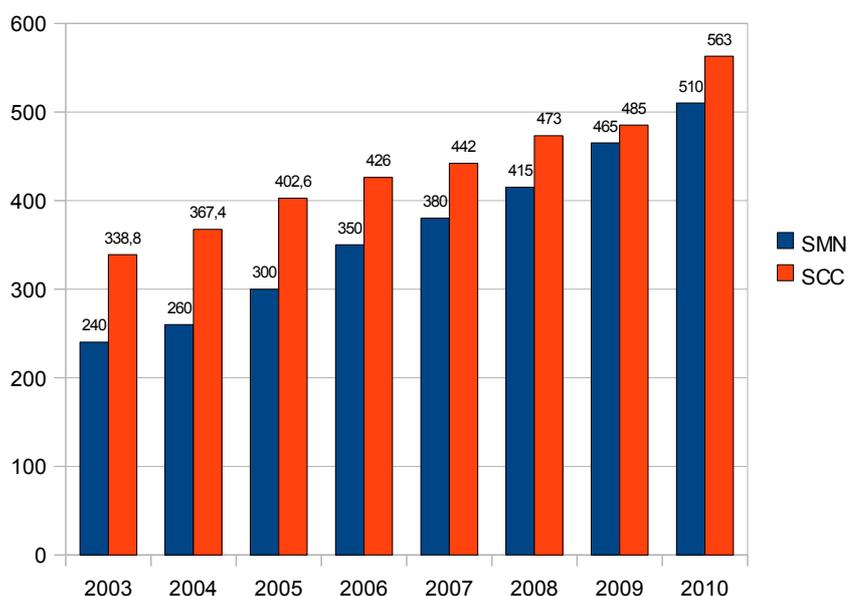
³² Dados do Ministério do Trabalho e Emprego. Retirado do site: <http://www2.mte.gov.br/cnes/default.asp>

Neste sentido, observa-se como o Estado, com a sua legislação trabalhista, através do Ministério do Trabalho e Emprego e do Tribunal Superior do Trabalho, tutela os trabalhadores, inclusive determinando sua organização. Mesmo a extensão da base territorial do STINVNF foi concedida sob pedido e autorização do Tribunal Superior Trabalho, o que mereceu uma notícia no sítio eletrônico do sindicato, com foto de dirigente dessa organização dos trabalhadores com o juiz que concedeu a extensão da base.

Entretanto a dispersão da indústria aumentou ainda mais e a multinacional conseguiu, ao longo dos anos, diminuir os salários, ao mesmo tempo em que intensificou a produção. Sem contar que a chegada das facções da Triumph nessas pequenas cidades foi vista pelos trabalhadores como ampliação do mercado de trabalho local, muito restrito às atividades no campo, no serviço público municipal e no comércio. Essa situação gerou conflitos com o próprio sindicato, na medida em que as trabalhadoras enfrentavam e acusavam a direção do sindicato de prejudicá-las.

A multinacional procurou, assim, alargar o mercado de trabalho local, após tentativa de criação de um sindicato vinculado à direção, um sindicato de empresa. Entretanto esbarrou, contraditoriamente, na tutela sindical do Estado, que organiza os trabalhadores por base territorial. Assim, a empresa buscou uma solução espacial e estimulou o conflito da direção do sindicato com as novas operárias.

Gráfico 1. Comparação de Evolução de Salário
Salário Mínimo Nacional(SMN) e das Costureiras(SCC)



A Triumph tem um papel central na manutenção dos baixos salários, na determinação do processo produtivo e, ao mesmo tempo, na manipulação dos desejos, ou produção do consentimento, das operárias em relação à libertação do despotismo fabril a que são submetidas pelo trabalho autônomo ou pela formação de sua pequena confecção.

A respeito da questão da campanha salarial:

Vejamos, por exemplo, a questão da campanha salarial do setor vestuário como um todo. Segundo relatos da direção do Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário de Nova Friburgo, a Triumph é a maior responsável pelas derrotas que a categoria em seu conjunto (e não apenas as costureiras da Filó) tem sofrido, no contexto de suas lutas por melhorias salariais. Diante de qualquer reivindicação de aumento de salário, a Filó ameaça retirar os “benefícios sociais” que ela patrocina aos trabalhadores – creche, refeitório etc. – ao que suas costureiras retrocedem, porquanto, sobretudo a creche parece assumir uma importância muito grande, na vida de um grande número de costureiras desta empresa. A este respeito devemos considerar ainda o lugar absolutamente central que os filhos parecem ocupar na vida e no discurso destas operárias. Desta forma, por meio de um jogo estratégico de legitimação da exploração via “benefícios sociais” a Filó concorre para o rebaixamento salarial de toda a categoria das costureiras de *lingerie* de Nova Friburgo, e não apenas de suas próprias operárias (SANTO, 2009, p. 86).

A Filó/Triumph, como observado por Santo (*op. cit.*), usualmente nas campanhas salariais não assina a convenção coletiva, sendo realizada uma negociação em separado. Essa situação permite que a empresa regule os salários locais para baixo e tem, continuamente, diminuído o salário nas duas últimas décadas, mediante a ameaça de retirada de benefícios sociais.

Tabela 2. Diferença salarial em reais entre o salário mínimo nacional (SMN) e das costureiras³³

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Diferença Salarial entre o SMN e SCC	100	107	102	76	62	58	20	53

Tabela 3. Valor em reais de aumento salarial em referência ao ano anterior

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Diferença do Aumento Salarial	29	35	24	16	31	12	53

³³ Dados retirados do site do Ministério do Trabalho (<http://www2.mte.gov.br/geral/estatisticas.asp>) e das convenções coletivas retiradas do site do Sindicato das Indústrias do Vestuário de Nova Friburgo (www.sindvest.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=60&Itemid=97)

No gráfico e nas tabelas acima, percebemos que entre 2004 e 2009 o aumento salarial obtido na negociação coletiva ficou aquém dos aumentos do salário mínimo, o que quase levou a uma equiparação no ano de 2009. É importante acrescentar que, nesse ano, a multinacional não concedeu aumento às operárias, o que pode demonstrar sua forte capacidade de regular, para baixo, o valor da força de trabalho. Ainda observamos que, por se tratar de uma grande empresa multinacional que exporta para os EUA, a situação de crise vivenciada durante 2008/2009 foi usado pela direção local como justificativa para que não fosse concedido aumento salarial. Com isso, o aumento conseguido na negociação coletiva foi o menor nessa nossa série histórica. Provavelmente, o descontentamento de 2009 e a sua não vinculação à negociação coletiva, estratégia adotada pela direção da empresa em 2010, tenha sido o estopim para a mobilização e paralisação das atividades por 15 dias.³⁴

Além da regulação dos salários, a empresa também determina as mudanças no processo produtivo, pois foi através dela que se implementou o sistema de célula, que, como vimos, tem ampliado a superexploração do trabalho. Assim:

A Triumph, a partir da implementação deste sistema – juntamente com a terceirização de parte da produção via sistema de “fação” – ampliou seu domínio sobre a disputa de mercado pela determinação dos preços, visto que os custos com a produção (sobretudo, com a remuneração dos trabalhadores) foram drasticamente reduzidos. Diante disso, as demais fábricas do setor – ou pelo menos as grandes e médias empresas – se viram obrigadas a aderir ao sistema de produção em “célula”, sob risco de serem engolidas pela multinacional. Daí que grande parte do polo de “confecções” de roupas íntimas friburguense trabalhe atualmente, para o desespero de uma parcela das costureiras, com o sistema de “célula” (SANTO, 2009, p. 90).

O ambiente despótico fabril encontrado na multinacional provoca nas operárias do Polo de Moda Íntima uma repulsa ao trabalho na Filó/Triumph, ao mesmo tempo em que permite às pequenas e médias empresas manterem os baixos salários, sem muitos conflitos, uma vez que esse é centrado no embate entre o STIVNF e a empresa. Tendo em vista a deficiência técnica de grande parte das empresas (HASENCLEVER, 2000), as confecções determinam o ritmo de produção e organizam o processo produtivo com base na experiência da multinacional.

O ambiente despótico de produção com utilização de técnicas japonesas, que Silver (2005) classifica como enxuta e cruel, pode ser observado nos desdobramentos das

³⁴ No ano de 2008, a empresa de fiação e tecelagem Arp demitiu mais de 200 operários depois da compra de um novo maquinário. Antes da divulgação da compra dessa nova máquina, a empresa alegou problemas com a crise econômica mundial.

negociações coletivas com a multinacional. Vejamos a seguir matéria no sítio do sindicato em 2008:

Atitudes antissindicais da Filó S/A

A empresa Filó S/A (não era Trimph/Filó?) parece que vem constringendo os dirigentes sindicais, desmotivando e humilhando alguns perante o grupo de trabalhadores.

Fatos:

Demitiu a diretora Sandra da Conceição Vieira de Jesus, que fazia parte do quadro de funcionários por mais de 15 anos, sendo uma profissional exemplar, deixando os trabalhadores atônitos, pois se demitem diretor sindical portador de estabilidade, o que não poderão fazer com os outros.

Trocou a diretora Patrícia Blacheyre da função que exercia há mais de 25 anos.

A diretora do STIVNF, Luciene Luiz de Assis, adquiriu LER devido ao trabalho, não é colocada em uma função compatível com a sua doença, o INSS a cortou do benefício previdenciário e a empresa não a deixa retornar ao trabalho, estando hoje em situação muito difícil financeiramente, pois não recebe salário há meses. Já teve luz cortada e sobrevive com ajuda de terceiros.

Trocou as dirigentes sindicais Andréia Pereira de Oliveira, Marta Sueli Klein e Luzineth Maria Alves, todas da confecção (costureiras), e as transferiu para a rendinha (limpar e cortar renda). Luzineth (foto a seguir) foi posta para lavar peças sujas, sendo constringida pelas brincadeiras dos colegas de trabalho que passam por ela, pois está isolada dos demais trabalhadores da confecção, onde exercia sua verdadeira profissão (www.stivnf.org.br)



Ilustração 12: Luzineth (diretora do STIVNF), lavando roupa na Filó, num setor isolado da produção.

Além dessa situação, o pagamento do extra cria um elemento de desmobilização das operárias, uma vez que os ganhos salariais conseguidos nas negociações coletivas nunca atingem o total que as costureiras ganham com o pagamento desse extra. É ainda importante salientar que a introdução do sistema de célula por parte da gerência combateu fundamentalmente as “formas cotidianas de resistência”, como as técnicas implementadas pelas operárias para parar a sua produção ou diminuir a intensidade do trabalho. Uma das formas de resistência difusas e atomizadas acontecia quando a máquina apresentava algum erro e, então, era chamado o mecânico para consertar o equipamento. Nesse tempo entre a quebra e o conserto do equipamento a operária ficava sem trabalhar, o que não é mais possível no sistema de célula, uma vez que tem sempre uma parte do processo produtivo a ser feito em outra máquina. Além disso, a produção, ao deixar de ser individual, fez com que a pressão pelo trabalho também partisse de outras operárias. Sobre isso, a trabalhadora da Filó e diretora do sindicato afirma:

O que acontece no sistema de célula é que um cobra o outro. Já existe a supervisão que, de certa forma, tem um chicotinho na mão. Cada um faz operação e circula, e o que acontece se o cara está doente, não está bem, é que ele atrapalha o seguinte. Eles ganham um prêmio por produção, mas realmente é um sistema que aumenta a produtividade mais em cima do sangue do trabalhador .

Desta maneira, a fala o “sangue do trabalhador” aparece no discurso da operária como símbolo do regime despótico de trabalho, não só na Filó/Triumph, combinado com uma alta intensidade do trabalho e baixos salários, também pressiona as proletárias para a busca de um ambiente de trabalho menos autoritário, nesse caso, o trabalho em domicílio ou a facção, uma vez que o custo das máquinas de costura não é tão caro, quando não cedido por empresas interessadas na terceirização de parte da produção, como fez a Filó ao terceirizá-la para facções situadas em outras municípios.

Neste sentido, a combinação dos elementos gerais da dominação capitalista, da situação histórica de implementação e plena consolidação do neoliberalismo, com o regime despótico fabril, estimulou diversas costureiras a trabalharem em domicílio.

No mesmo período da mudança organizacional da Filó/Triumph e da luta dos trabalhadores, sindicato e direção da empresa, a categoria de operários tecelões também se mobilizou na cidade.

A agitação dos trabalhadores tecelões friburguenses iniciou-se em 1985, com o processo de venda da Fábrica Ypu, uma das empresas pioneiras, para um grupo de acionistas que decidiu fecha-lá. Esta situação provocou a ação do sindicatos dos têxteis da cidade que então liderou com os operários da fábrica o processo de ocupação. Essa agitação coincidiu com a ascensão do movimento sindical no país, sob liderança do grupo operário metalúrgico que deu origem à CUT e ao PT. A ação dos operários friburguenses se estendeu até o ano de 2003, quando efetivamente terminou a ocupação da Ypu.

Durante esses quase 20 anos, os tecelões organizaram um resistência aberta e coletiva, através de greves, paralisações e ocupações de fábrica, fundamentalmente da Ypu. Entretanto entendemos que essas mobilizações estavam inscritas dentro da possibilidade de reprodução social e não de mudança social. Além disso, os “trabalhadores do setor têxtil, operando numa indústria não integrada verticalmente, com muitas firmas pequenas e emprego instável, tiveram de construir um poder de reação baseado na organização política e sindical de cunho local ou regional” (SILVER, 2005, p. 97).

Por isso, dependiam de uma efetiva militância política, na medida em que a central combativa, CUT, à qual o STIFTNF estava filiado, foi adotando a concepção e estratégia da sua corrente dirigente, a Articulação Sindical, que significava um sindicalismo propositivo, ou melhor, de conciliação. Neste sentido, cabia ao sindicato atuar para a garantia de empregos,

enquanto o partido político, no caso o PT, devia fazer a disputa de projetos no âmbito institucional.

É importante frisar que a CUT adota o modelo social-democrata do movimento operário em sua variante reformista.³⁵ De maneira geral, seu projeto propõe ao proletariado a emancipação do capitalismo, emancipando o Estado do capitalismo. Esse projeto baseia-se na ideia de que o proletariado pode se libertar de sua exploração e sua dominação pelo capital conquistando o poder do Estado, tomando esse poder da burguesia e de seus aliados políticos. O Estado é apresentado como via obrigatória e inevitável de emancipação do proletariado. A variante reformista tenta conquistar o poder de Estado pela via legal (eleitoral) e seu exercício é efetuado em um quadro institucional burguês (parlamentar). Para isso, propõe a nacionalização de monopólios industriais estratégicos; controle mais ou menos direto de grandes grupos financeiros; municipalização do solo; organização da assistência social pelo Estado; legislação do trabalho visando regulamentar as condições de exploração capitalista e contratualizar as relações entre capital e trabalho; e redução das desigualdades sociais por meio da democratização do sistema fiscal e de ensino (BIHR, 2010).

Entretanto a CUT e o PT, sob direção de sua corrente majoritária, ex-Articulação, hoje Construindo um Novo Brasil (CNB), abandonou mesmo um projeto reformista. Segundo Boito Jr. (1996):

(...) Essa mudança que se consumou na mesma época em que foi criada a Força Sindical – o marco fundamental dessa mudança foi o IV Congresso da CUT, realizado em São Paulo em setembro de 1991. É preciso frisar, desde já, que a CUT não se converteu numa central sindical neoliberal. Pelo contrário, a ação sindical de resistência ao neoliberalismo só tem sido implementada pelos sindicatos cutistas. Contudo, essa resistência tem sido ineficaz. Isto porque as concepções e a estratégia atuais da concorrente dirigente da CUT, a Articulação Sindical, faz concessões à ideologia e à política neoliberal, facilitando a implementação e o avanço dessa política e contribuindo para a difusão daquela ideologia junto aos trabalhadores brasileiros. No caso da CUT, ela pudera jogar, desde sua criação, com a rivalidade entre a Federação Sindical Mundial (FSM), ligada aos partidos comunistas e ao bloco soviético, e a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CIOLS), ligada à social-democracia e ao imperialismo norte-americano. No IV Congresso da CUT foi aprovada, no essencial, a filiação à CIOLS (BOITO Jr., 1996, p. 6).

Neste sentido, ALVES (2000) observa que grupos operários passaram a adotar o que ele classifica como um defensivismo de cariz neocorporativo. É importante frisar que a ocupação da Ypu por parte dos tecelões terminou com uma disputa entre dois grupos: os

minoritários, vinculados a correntes de esquerda dentro do PT, juntamente com militantes não organizados, que defendiam a ocupação da fábrica, o pagamento dos benefícios atrasados e a transformação da indústria em uma empresa autogestionária; e os que defendiam a criação de uma associação para manter a produção. Por sua vez, o STIFTNF retirou seu apoio à agitação dos trabalhadores, culminando na formação de uma nova sociedade de acionistas que passaram a gerir a massa falida da empresa e disputá-la na Justiça com os antigos acionistas.

Algumas empresas procuram ativar um consentimento das operárias e, assim, transitam de regimes despóticos para hegemônicos de produção (BURAWOY,1996). Entretanto a mesma empresa que faz uma série de atividades e benefícios sociais em busca da colaboração operária mantém técnicas despóticas de controle da força de trabalho. É ainda mister apontar que os órgãos de classe, como a Firjan, procuram, através de seminários e palestras, convencer os capitalistas da cidade a estabelecer novas técnicas de controle da força de trabalho.

Vejamos o relato de uma costureira de uma pequena empresa:

O relacionamento com o patrão é ótimo. Eu, particularmente, não tenho nada que reclamar do patrão, não. São pau para toda obra, estão sempre disponíveis. Em saúde mental, você desce, como que você está, ela conversa com você. Se for o caso, manda você para casa para esfriar a cabeça, voltar no outro dia. Ótimos patrões. Eles pagam sempre a mais que o piso. E o prêmio, se você conseguir, você ganha, se não conseguir, não ganha, mas o mais sempre vem. (...) Dá quentinha, meio a meio. Paga metade. É boa pessoa. O negócio é harmonia, paz, mas é difícil. Porque, falou em ticket, ninguém fica na paz.

Sobre os benefícios sociais, a operária afirmou:

Aqui ele fez um plano SAF para todo mundo, aí tem o Sesi também, e tem outras coisinhas que ele faz também, tipo doar sangue, todo mundo tem que doar sangue. Quando tem aniversário, tem um bolo. Faz uma comemoração, campanha do agasalho, campanha de alimentação, dia das crianças também, tudo evento assim, final do ano tem festa. Não estou puxando o saco, não, que quando tem que falar merda eu falo mesmo. O cara é bom, mas o problema que pega aí dentro é da chateação. Porque o patrão não quer saber, né? Ele vai tomar café com a gente, brinca, mas, assim, para trabalhar ele não tá, né? Tem uma chefe que passa as coisas para ele. A gente tem liberdade, desce para falar com ele, aí ele mesmo fala, vai dar uma voltinha, vai ver gente na rua que está muito estressada, aí todo mundo vai. Quanto ao patrão, ele faz evento de cinema, faz sorteio, tudo para agradar. Só que o serviço não agrada. Harmonizar, de segurar, ninguém faz nada de graça para ninguém, sempre tem um segundo interesse, mas para distrair também um pouco, né? Faz palestra também, vem gente de fora. Câncer de mama, HIV, tem sempre uma coisinha assim para sair fora daquela tensão de costura, promove algum evento, dia tal vão todos subir a pedra, fazer uma caminhada para não sei onde, está sempre procurando distrair, só que eu nunca vou nessas caminhadas não, eu já caminho a semana toda para cá. Você quer descansar final de semana, ainda tem que caminhar? Tem gente que vai, para mim não serve não. Tudo que ele puder fazer para melhorar

ambiente ele faz, já está ficando apertado, ele já está fazendo uma outra confecção. Também tem câmera em cima do sujeito. Câmera para tudo quanto é lado.

É interessante observar que, a despeito de todas as atividades realizadas pelo empresário para ativar um consentimento operário, a costureira, no final da sua fala, de modo muito precavido durante a entrevista, sem entrar em maiores detalhes, relata a presença de câmeras no ambiente de trabalho. Tal fato nos revela a manutenção de técnicas de controle, o que efetivamente configura mais uma técnica de dominação, de controle da força de trabalho.

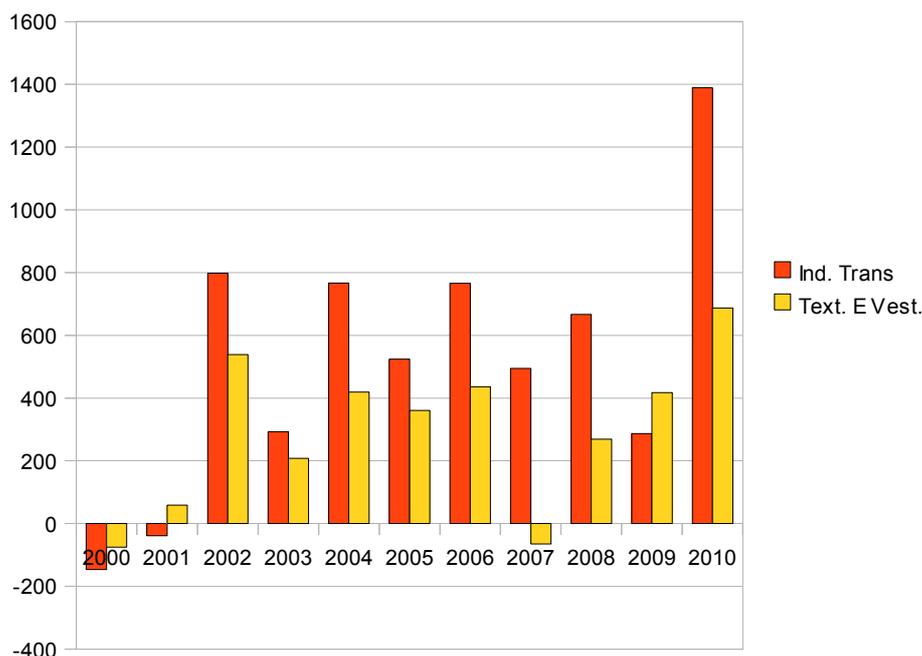
Por outro lado, o que a costureira apresenta como benefício dado pelo patrão é, na verdade, fruto da convenção coletiva, como o plano de assistência à saúde e funerária, o plano SAF/Sesi. Essa situação faz mais parte de uma técnica de dominação, no sentido de estimular o consentimento operário, uma vez que, segundo a presidente do sindicato:

Nas pequenas confecções tem tido avanços, na Filó é que tem perdas. Então, todos os anos conseguimos fechar acima da inflação, mantendo os mesmo benefícios, ninguém perdeu hora extra, alimentação é fornecida, naquelas que são obrigadas, ninguém perdeu vale transporte, mantiveram os mesmos direitos e conseguimos atingir a inflação e mais um ganho real .

Entretanto os próprios empresários, nos casos que nos foram relatados, procuram deixar claro que isso é um benefício dado benevolmente por eles. Além disso, algumas

Gráfico 2. Saldo Admitidos x Demitidos.

Elaboração própria. Dados CAGED/MTE



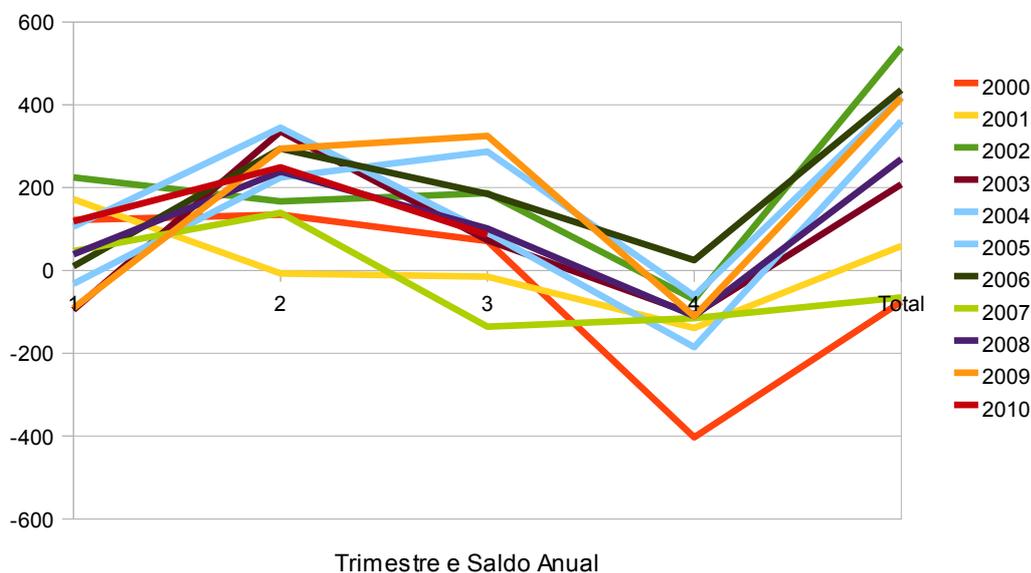
empresas procuram deixar o ambiente de trabalho menos monótono com campanhas de

caridade, como de doação de sangue e do agasalho, e ao mesmo tempo tentam agradar as proletárias com festas de aniversário e presentes distribuídos no dia das crianças. Entretanto as operárias têm a exata noção dessa situação, e algumas nos relataram que não realizam certas atividades, principalmente por serem no final de semana, quando querem descansar.

Em outra média empresa, na que tive oportunidade de entrar, foi possível perceber o controle despótico no ambiente de trabalho. A confecção está instalada no bairro Cônego, a 6km do centro da cidade, em local que foi uma antiga fábrica de bebidas, Caledônia, que faliu. A entrada no local de trabalho foi intermediada por um amigo que trabalha no setor de corte da fábrica. Assim, que cheguei ao local ele me apresentou uma das donas da confecção e então perguntei se poderia entrevistar alguma costureira. Assim, entrei com ela no ambiente de trabalho. As máquinas foram organizadas em linhas paralelas, e cada costureira já tinha o montante de peças a serem costuradas em cima de uma mesa ou banco ao lado da máquina. A empresária indicou as costureiras para a entrevistas. Além da organização das máquinas, pude observar diversos cartazes informando a proibição de conversas e a maneira que deveriam pedir para beber água ou ir ao banheiro. Também observei a existência de luzes em cima das máquinas indicando se estavam paradas ou produzindo. Inicialmente fiz a primeira entrevista dentro do ambiente de trabalho, depois a dona pediu que fizesse na recepção, onde a havia encontrado. Assim, ela indicou mais duas costureiras para fazer a entrevista, sendo que essas eram trabalhadores que vieram do nordeste para a cidade.

Como podemos perceber, a resistência aberta e organizada por parte da direção sindical do STIVNF e das operárias da Filó/Triumph procurou manter alguns benefícios sociais e um aumento salarial acima da média inflacionária, com vista à própria reprodução social. A situação local demonstra o quadro relativamente estável na quantidade de empregos formais, uma vez que a relação entre admitidos e demitidos foi positiva em nove dos 11 anos da série histórica. Entretanto a situação de superexploração permanece nessas indústrias, e uma realidade não aparece nas pesquisas governamentais e empresariais: o trabalho em domicílio.

Gráfico 3. Saldo Admitido e Demitido por Trimestre
Elaboração Própria. Fonte CAGED/MTE



Trabalho em domicílio: resistência e/ou colaboração

Neste mesmo período, avançaram a criação de micro e pequenas empresas de confecção e, em conjunto, o trabalho em domicílio e a facção. Na medida em que o sindicato se envolvia em conflitos com a multinacional, o Sindicato da Indústria do Vestuário de Nova Friburgo (Sindvest) negociava a convenção coletiva das outras empresas.

O trabalho em domicílio é a forma estagnada do exército industrial de reserva, enquanto aquela variação que vimos no emprego formal é a forma flutuante de superpopulação relativa.

Como indica Carcanholo e Amaral (2008):

A primeira destas formas de superexploração denota que, numa jornada de trabalho constante, o trabalho é intensificado e o trabalhador passa a produzir mais valor num mesmo espaço de tempo. (...) A terceira forma de exploração representa um mecanismo através do qual a classe capitalista se vê fortalecida no sentido de impor uma queda nos salários a um nível inferior àquele correspondente ao valor da força de trabalho. A ampliação do EIR é um bom exemplo disto, dado que os trabalhadores empregados se submetem a uma situação de arrocho salarial, tendo em mente a existência de pressão por parte dos desempregados, que se sujeitariam a uma remuneração inferior em troca de trabalho (CARCANHOLO E AMARAL, 2008, p. 177).

O trabalho em domicílio, como uma forma de exército industrial de reserva, atua no sentido de fortalecer a ocorrência da situação de exploração do trabalho, o que provoca “impactos simultâneos sobre os mecanismos de extensão da jornada de trabalho, da intensificação do trabalho e da queda salarial” (*idem*, p. 178). Neste sentido, amplia-se tanto a mais-valia relativa quanto a mais-valia absoluta.

Entretanto a facção, o trabalho em domicílio e a formação de uma pequena confecção (formal ou informal) são uma espécie de sonho de libertação, um refúgio, do regime despotista fabril das indústrias da cidade, como pode se perceber nas falas das entrevistadas. Assim, o pedido de demissão das indústrias é uma técnica de resistência ao trabalho cada vez mais precário, entretanto o ingresso no trabalho domiciliar é uma reincorporação ao regime de acumulação que pode levar em grande parte das vezes a uma dominação individualizada, horizontalizada (FOUCAULT, 2004),

Por sua vez este trabalho domiciliar faz parte de um “cálculo econômico” das costureiras para reprodução do grupo doméstico.

Neste sentido, a existência local de vários empresários surgidos da classe trabalhadora recente fornece o exemplo ideal para dedicação das costureiras em abrir uma facção ou uma pequena confecção. Que se torna mais forte com a ideologia neoliberal do empreendedorismo. Não é exceção o número de costureiras que procuram o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Nova Friburgo (STIVNF) para regularizar uma empresa.

Durante alguns dias que visitamos a sede do sindicato foi possível perceber ao menos algumas costureiras visitando o STINVF para obter essas informações e, com isso, receber as felicitações por parte de costureiras que ali estavam presentes.

A tríade dominação, colaboração e resistência são muito próximas. A formação de uma facção com contratação de outras costureiras, acionadas por laços de amizade e parentesco, entendemos que faz parte de uma dominação entre súditos, ao passo que o pedido de demissão é um técnica de resistência, que busca uma saída no trabalho em domicílio para se livrar do ambiente despótico fabril. Uma possibilidade de troca de trabalho como meio de atenuar o despotismo fabril.

As costureiras têm a clara consciência da exploração e do ambiente despótico em que trabalham. “A confecção é boa para o patrão. Só é boa para o patrão: produz-se muito, trabalha-se muito” (Costureira, L).

O trabalho em domicílio assume um caráter contraditório, uma tentativa de melhorar à reprodução social da operária e de sua família. Uma tentativa, é fato, de se livrar da “escravidão” capitalista. Entretanto a intensidade e a jornada de trabalho podem ser muito maiores, devido ao salário por peça que “tende a baixar o nível médio dos salários, elevando salários individuais” (MARX, 2008, p. 641). O método de produção *just-in-time* pode estimular ainda mais esse tipo de trabalho, dependendo da demanda, deixando essas trabalhadoras ao dispor dos patrões, portanto sem autonomia (CASTORIADIS, 1985).

Dessa maneira, como já afirmamos, ele representa a forma estagnada de existência da superpopulação relativa que

envolve os trabalhadores que se empregam em atividades irregulares, pelo que ficam conhecidos como trabalhadores em domicílio, cuja característica principal é a de que trabalham ao máximo e são pagos com o mínimo possível. Trata-se do subemprego ou das formas precárias do mercado de trabalho desestimulado. Esta superpopulação é formada por trabalhadores que se tornam supérfluos tanto na indústria quanto na agricultura e, portanto, aumenta à medida que o incremento e a energia da acumulação aumentam o número de trabalhadores supérfluos (MARX, 1974, p. 746).

De modo geral, a dimensão heterogênea da dominação e superexploração local fazem parte do controle da força coletiva das trabalhadoras. Percebemos o estabelecimento de um regime local de exploração e dominação calcado em um sistema de pagamento, que elas chamam de extra, e um sistema de produção, conhecido pelas operárias como rodízio, combinados ao sistema de pagamento por peça nas facções e no trabalho em domicílio. Essa adaptação do toyotismo é limitada pelo fato de não haver “as estruturas estimulantes dos mercados internos” (ALVES, 2000), vinculadas apenas, no caso friburguense, a um pequeno bônus, já incluído na negociação coletiva do sindicato das trabalhadoras com o sindicato patronal.

Outro fator fundamental, além do despotismo das fábricas e dos baixos salários, que levam as operárias ao trabalho em domicílio, é a possibilidade de estarem próximas de seus filhos. Neste sentido, a própria divisão sexual do trabalho imputa à mulher a obrigação de cuidado dos filhos e dos afazeres domésticos em geral, sendo mais uma mecanismo que as pressionam para trabalhar em casa.

É bastante comum, segundo as conversas e entrevistas com as operárias, o trabalho em domicílio e o trabalho na facção serem realizados também como um trabalho complementar, seja em alguma época do ano, de maior necessidade pela alta demanda, seja para conseguir mais um extra. Em uma das minhas entrevistas, uma costureira estava há dez dias trabalhando

de 7h até meia-noite. Até as 17h, trabalhava na multinacional e, depois, quando chegava a sua casa, continuava o trabalho até meia-noite, 1h.

Nesta situação social é que as redes de parentesco e amizade são acionadas para o trabalho na facção, tendo em vista uma necessidade da costureira que se responsabilizou pelo acordo de cumpri-lo. Assim, as redes horizontais (descentralizadas) de dominação são efetivadas.

Essa tentativa de resistência individual e difusa, de se livrar do regime despótico de trabalho, do controle exercido pelo patrão, como já afirmamos, está inserida dentro dos limites da reprodução social, assim como a atual atividade sindical. Como vimos, a situação despótica, os baixos salários e a divisão sexual têm estimulado o trabalho em domicílio, e mesmo a tentativa de abertura de microindústrias e facções.

Além desses fatores, a concentração do confronto sindical do STIVNF com a multinacional Filó/Triumph, de certa maneira, desviou o foco das outras empresas, principalmente das empresas formais, que recebem prêmios e estão presentes em uma série de eventos regionais, nacionais e internacionais. Essas indústrias são vistas como boas, em comparação com a multinacional, uma vez que, além de cumprirem os acordos na negociação coletiva, sem necessidade de agitação, ainda oferecem os melhores extras.

Entretanto outro elemento é importante para determinação dessa situação que encontramos na pesquisa, a experiência coletiva de ações sindicais vivenciada através do modelo social-democrata e pela manutenção da ideologia trabalhista em certos contingentes operários que, como observamos no primeiro capítulo, estabelece uma identidade de cidadão-trabalhador, com a indefinição das fronteiras entre o pequeno empreendedor e o operário, e que se combinou perfeitamente com a construção da ideologia dominante local da “Suíça brasileira”.

A experiência coletiva local

Ainda no contexto do movimento sindical friburguense, assim como nacionalmente, há influência do trabalhismo e do modelo social-democrata na “agitação” dos trabalhadores e trabalhadoras. Isso significa, além da permanência do sindicalismo de Estado no país, que tem como marcas o imposto, a unicidade e a carta sindical, uma certa maneira de realizar ações e reivindicações, surgida sob a repressão varguista, que teve

três pilares fundamentais: 1) a violência com a utilização de práticas de tortura, execuções, exílio, prisões, invasões da sede de sindicatos etc., especialmente no período ditatorial (1937-45); 2) a construção da estrutura do sindicalismo de Estado com três leis sindicais: o Decreto Lei nº 19.770, de março de 1931; o Decreto de Lei nº 24.694 de julho de 1934; o Decreto Lei nº 1.402, de julho de 1939, e, finalmente, o Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a CLT; 3) a atração de setores pelegos do movimento operário, os “amarelos”, para a formação de uma base de apoio do seu governo (SILVA, 2010, p. 7).

O trabalhismo tinha – ou melhor, tem – como ideologia a aproximação personalizada entre autoridades e o público trabalhador, na medida em que o Estado passa a organizar os sindicatos e disponibilizar os benefícios sociais para garantir a justiça social e a ordem (GOMES, 2010). Por sua vez, esta outorga ao chefe de Estado a responsabilidade sobre as condições sociais dos trabalhadores. Entretanto é necessária uma efetiva colaboração dos trabalhadores com o governo, e um dos pontos principais do trabalhismo é a figura do trabalhador desvinculado da classe. Portanto, o trabalhismo aparece como uma ideologia de outorga e, para isso, contou com a montagem do sindicalismo corporativista, pelego, complementadas pela constituição do PTB. “Tal processo, portanto, tornou o Estado o mediador por excelência de todos os interesses corporativamente organizados em sindicatos e politicamente representados em partidos” (*idem*, p. 237).

Essa colaboração de classe foi construída na mesma medida em que os setores autônomos do movimento sindical, como, e principalmente, o Partido Comunista do Brasil (PCB) sofriam aberta repressão e perseguição política. A partir de 1945, quando voltaram à legalidade, até novamente seu fechamento em 1948, e, posteriormente, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, comunistas conseguiram promover importantes agitações, como esta relatada por Costa (2009)

Nos anos de 1945, 1946, 1947 e 1948, foram constantes as lutas travadas contra os patrões por melhores salários e condições mais favoráveis de trabalho. No final do ano de 1945, irrompeu um movimento dos trabalhadores da Fábrica Filó, insatisfeitos com as condições de trabalho e com o favorecimento, em termos de gratificações, aos alemães, mestres e contramestres. A luta avançou pelo início de 1946, com a exigência de melhores salários. Estourava a greve dos industriários e também dos bancários, num movimento unificado, envolvendo, principalmente, os operários das três maiores representantes da indústria têxtil. A diretoria pelega do Sindicato foi atropelada pelo movimento encabeçado pelos comunistas, organizados em torno do MUT (Movimento de Unificação dos Trabalhadores), a frente sindical do PCB (Retirado do Site www.dariodasilva.wordpress.com/2009/06/19/chico-bravo-e-a-militancia-operario-comunista-de-nova-friburgo/).

No entanto a repressão aberta a partir de 1964 impediu um avanço dos comunistas e os sindicatos ficaram sob a direção do campo pelego. Na prática, sob a égide do trabalhismo,

significava que os interesses corporativos, os benefícios sociais, eram concedidos pelo Estado e defendidos pelo chefe de governo.

Durante as entrevistas e conversas, não foi incomum as costureiras isentarem seus patrões a respeito dos baixos salários. Perguntamos o que achavam sobre esse assunto: “Tem hora que ser patrão é ruim também, ele se ferra para pagar” (Costureira A). “O salário é problema do governo, porque o patrão não tem condição de pagar um salário melhor, o problema é do governo” (Costureira B).

Como visto anteriormente, os benefícios sociais mantidos nas negociações coletivas, e mesmo os aumentos salariais, são identificados como benevolência dos patrões. Simultaneamente, critica-se o sindicato por não conseguir aumento perante os aqueles, mas principalmente ao governo.

Outro aspecto fundamental é a permanência da estrutura sindical, e mesmo sua ampliação no governo Lula (2003-2010), com a incorporação das centrais sindicais. Essa estrutura se manteve intacta durante a ditadura civil-militar, e nem mesmo o movimento operário e sindical, que organizou o Encontro Nacional das Oposições Sindicais (Enos), em agosto de 1980, em São Paulo, e o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (Entoes), em setembro de 1980, em Nova Friburgo (RJ), conseguiu mudá-la (THOMAZ JUNIOR, 1996).

Neste sentido, é interessante observar, conforme a indicação de Silver (2005), a combinação entre estrutura do setor industrial e o grau de militância necessário para causar graves perturbações. Nesse caso, o setor têxtil depende de um maior grau de ativistas, devido ao caráter menos autômato e verticalizado dessa indústria. Portanto, na medida em que avançou o grau de agitação e militância nos anos 1980, este atingiu o Sindicato dos Têxteis da cidade, que em 1986 passa a ocupar a fábrica Ypu.³⁶ A ocupação passa a ser uma estratégia de resistência dos sindicatos, com relativa força quando as estratégias político-sindicais da CUT ainda estavam em disputa entre suas alas à esquerda e à direita.

A partir do início dos anos 1990, na medida em que a CUT começou a adotar a política propositiva, de conciliação,³⁷ também foi minando o sindicalismo combativo de sindicatos como os têxteis de Nova Friburgo, o que abriu espaço para o

³⁶ Não será, por acaso, que diversas fábricas metalúrgicas da cidade também foram ocupadas pelos operários.

³⁷

É importante observar quais as categorias de trabalhadores que estavam na direção da central.

campo do peleguismo. Fruto da estrutura sindical corporativa de Estado, esse campo é composto pelos dirigentes sindicais cuja prática é essencialmente governista. São politicamente conservadores, combatem as correntes reformistas mais avançadas e as correntes revolucionárias, e, no plano da ação reivindicativa, distribuem-se num espectro que vai da passividade completa, ponto no qual se situa a maioria dos pelegos, à ação reivindicativa moderada e localizada (BOITO JR., 1996, p. 2).

Entretanto, as estratégias político-sindicais da CUT estavam influenciadas, em todas as suas facções, pelo modelo social-democrata. O que significa o Estado como via fundamental para emancipação proletária. Neste sentido, as ações operárias de luta econômica estavam limitadas pelas ações políticas legais dentro do quadro institucional burguês. Na medida que o principal partido que atuava dentro da CUT, o PT, abandonou mesmo a variante reformista, assim as estratégias operárias, como ocupações de fábricas, ficaram limitadas, uma vez que havia interesse partidário político em promover políticas para estes setores.

Além disso, o trabalhismo permaneceu com alguma influência ideológica nas categorias operárias. Neste mesmo período, iniciou-se o crescimento da categoria de operárias costureiras, das micro e pequenas confecções e da mudança na organização da produção da Filó/Triumph.

O início dos anos 1990 marcou também o início da política de divulgação da cidade como capital da moda íntima e de atração de sacoleiras para a venda dos produtos produzidos na cidade, chamada nos jornais de “paraíso das sacoleiras”. Ao mesmo tempo, marca a ascensão definitiva, no Brasil, do projeto neoliberal e de sua ideologia, do capital humano, significando que o homem é um capital e que, portanto, é empresário de si mesmo (FOUCAULT, 2008).

Portanto, o declínio da resistência aberta e coletiva que inclui diversos setores da indústria e, paulatinamente, se concentrou em um grupo operário específico de uma fábrica, com apoio de ativistas, culminou com a ascensão da aglomeração setorial e com as histórias de vida, daqueles que ascendiam socialmente, valorizadas. No projeto “Desvendando o trabalho em domicílio”³⁸, realizado em 1992, chegou-se à conclusão de que existiam 2.000 facções registradas, entre o que designamos propriamente de facção e de micro e pequena empresa, e mais 4.000 no campo da informalidade.

No início dos anos 1990, o jornal “La Femme” lançou o projeto “Friburgo, capital da moda íntima”, que passou a ser incorporado pelo Sindicato das Indústrias do Vestuário de Nova Friburgo. Posteriormente, com a criação da Free Bourg Tour – guia de compras,

³⁸ Projeto realizado pelo Núcleo de Estudos de Exclusão Social do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

turismo e serviços, tem-se o estímulo, por parte dos empresários do comércio e do setor de serviços, da compra de *lingerie* na cidade. A partir de então, como já demonstrado no primeiro capítulo, houve investimento da Firjan e do governo federal, no sentido de promover o que a burguesia local designou como Polo de Moda Íntima.

No Jornal do Brasil de 12 de agosto de 1991, foi publicada matéria de página inteira com o seguinte título: “Negócio lucrativo de fundo de quintal”, na qual se exalta a prosperidade das trabalhadoras que conseguiram regularizar a empresa.

Veja a figura a seguir:

Prosperidade - Outra história de prosperidade é contada a apenas alguns metros dali, na confecção Eutana. Demitida de uma fábrica de plásticos, Rosinha Silva começou a costurar as primeiras peças em casa. Conta que, na falta de opção de um novo emprego, entrou nesse ramo seguindo um simples raciocínio: “o campo para moda íntima é grande, porque são produtos baratos que todo mundo quer”. Das primeiras calcinhas, Rosinha partiu para a diversificação, fabricando também sutiãs, *baby dolls*, camisolas e cuecas em malha e lycra. Registrou o negócio há cinco anos, transferindo a confecção para um pequeno sobrado, com direito até a um grande cartaz com o nome da empresa.

A produção — que varia de 6 mil a 10 mil peças por mês — é dividida por duas funcionárias da Eutana e outras seis costureiras que trabalham por facção. Estas trabalham em casa com as máquinas compradas por Rosinha — “são baratas, custam Cr\$ 300 mil”. A dona de casa Olímpia Moraes, 26 anos, por exemplo, há dois anos complementa o salário do marido, operário, com renda de Cr\$ 52 mil, trabalhando para a Eutana. Ao lado dos filhos, dedica parte de seu dia diante da máquina de overloque, instalada ao lado de sua cama. “É bom porque posso cuidar da casa e das crianças”, explica Olímpia.

Mas na capital da moda íntima, há também quem se dedique apenas à venda das peças. É o caso do professor de lutas marciais Márcio Monnerat, 39 anos. Há oito meses, ele montou o supermercado da moda íntima, numa grande loja onde funcionava sua própria academia, no Centro de Friburgo. Revende 1.200 modelos de 80 confecções da região.

A nosso ver, o trabalho em domicílio se constituiu como uma estratégia, como base em um cálculo econômico para sobrevivência da população supérflua, mas, na medida em que há uma migração para o sistema de facção ou micro empresas informais, temos a dominação descentralizada. Essa situação pode ser entendida pelos múltiplos fatores que determinaram a reestruturação produtiva na cidade, que já delineamos. É ainda importante frisar que a experiência coletiva dos trabalhadores é fortemente influenciada pelo trabalhismo e pelo modelo social-democrata do movimento operário em sua vertente reformista, o que em certo

sentido pode ter influenciado, no cenário nacional, o estabelecimento de um defensivismo neocorporativo (ALVES, 2000). Não podemos deixar de observar que as trabalhadoras em domicílio, e todas as outras informais, não estão organizadas, ainda que em 2002, através de uma pesquisa-ação de uma pesquisadora da PUC-Rio com militantes costureiras do PT, houvesse uma tentativa para isso, com base em experiências de outros países.

Conclusão

Esta dissertação procurou contribuir para a análise da reestruturação produtiva no Brasil, a partir do estudo das condições de trabalho e das ações empreendidas pelas operárias costureiras de Nova Friburgo no processo de mudança social pelo qual passaram. Apontamos, neste sentido, que essa mudança local é fruto das ações e conflitos desencadeados no ambiente de trabalho na medida em que foram se expandido o trabalho de confecção de roupa íntima com uma nova rotinização do trabalho. Assim, abordamos as contradições das técnicas de resistência das operárias ao regime local de exploração de trabalho, que por sua vez faz parte da característica do próprio processo local.

Como observado no primeiro capítulo, a ocupação industrial da cidade foi fruto da combinação de um determinado cenário político-econômico nacional e internacional, com a formação histórica e social, e as ações políticas locais em defesa do projeto industrializante. A partir de então, tivemos a formação de uma força de trabalho específica para as indústrias, o que favoreceu, em um primeiro momento, a instauração de baixíssimos salários. Assim, destacamos a formação do grupo operário tecelão como trabalhadores oriundos de famílias rurais, que ao mesmo tempo garantia a reprodução social do contingente operário. Essas indústrias procuraram logo objetivar um controle rígido da vida operária e estabeleceram algo muito próximo do sistema de dominação e exploração de fábrica com vila operária (LEITE LOPES, 1988,). Esse primeiro momento, de industrialização e formação da classe operária friburguense, a despeito das tentativas de controle, foi também recheado de conflitos com os recentes operários, seja pela igualdade salarial entre homens e mulheres, seja pela igualdade de tratamento e salário entre operários brasileiros e alemães.

No primeiro capítulo, procuramos ainda delinear a organização dos empresários e a formação de uma ideologia própria da classe dominante local, denominada de “Suíça brasileira”. Assim, observamos a combinação dessa ideologia, própria da ascensão do trabalhismo como experiência coletiva, e a repressão oficial do Estado aos movimentos de trabalhadores liderados pelo Partido Comunista. Neste sentido, é importante frisar que o auge do sistema de exploração e dominação local é marcado pelo avanço da empresa, da indústria, como promotora de assistência social. Refeitórios, creches, moradias, escolas, áreas de lazer e jogos esportivos faziam parte do leque de ação dessas indústrias.

Assim, o processo industrializante se consolidou, particularmente no setor têxtil, com a formação de mais duas fábricas (Hak e Sinimbu), além das pioneiras (Arp, Filó e Ypu), nos

anos 1950. A característica dessas fábricas era a concentração no setor de fiação e tecelagem de diversos materiais, em grandes empresas de produção em massa. A força de trabalho masculina era utilizada de maneira permanente na parte de manutenção e de operação das máquinas de tecelagem. Já a feminina era temporária, geralmente até o casamento ou o nascimento de filho, quando as operárias não retornavam mais à fábrica.

O processo de reestruturação produtiva iniciou-se nos anos 1980 em decorrência de uma série de mudanças político-econômicas nacionais e internacionais, bem como as estratégias diferenciadas das indústrias locais. No setor industrial têxtil e do vestuário, tivemos a especialização produtiva no caso das confecções de roupa íntima feminina, induzida em parte pela multinacional Filó/Triumph. A multinacional, que adquiriu a Filó em 1968, passa, no final dos anos 1980, a produzir somente roupa íntima feminina, direcionada basicamente ao mercado externo e, concomitantemente, inicia o processo de implementação da produção por células. Esse processo culmina com a demissão de 600 costureiras em 1996.

Ao longo dos anos 1980 e 1990 há um grande número de demissões nas indústrias locais. Outras fábricas também demitiram e a Ypu foi ocupada pelos operários após decisão do novo grupo acionista de fechar a unidade. Nesse período, o grupo operário tecelão é desestruturado e, por outro lado, há a expansão de outro grupo, o das costureiras. Entretanto, estas operárias, para garantir a reprodução social familiar, foram em grande parte trabalhar em micro e pequenas confecções ou realizaram trabalho domiciliar.

Por sua vez, a Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), juntamente com outras organizações da classe burguesa, procuram intervir na organização da cadeia produtiva têxtil, depois da abertura liberalizante do mercado brasileiro no início dos anos 1990.

“Neste novo cenário competitivo, a Abit tem trabalhado para incentivar o segmento que puxa toda a cadeia: a moda. Diversos eventos ligados ao mundo fashion vêm sendo patrocinados e incentivados pela Abit, como o atual São Paulo Fashion Week, entre outros, além de apoio e incentivo a diversos estilistas brasileiros como Faúse Hatem e Alexandre Herchcovith, ganhadores do Prêmio Abit Fashion Brasil. Há uma preocupação da Abit em incentivar os segmentos de confecção e moda, que, justamente por serem os elos finais da cadeia, estão ligados diretamente com o mercado consumidor (KELLER, 2006, p. 10).

No segundo capítulo, procuramos analisar as condições de exploração do trabalho das operárias costureiras, por meio de observação e entrevistas. Assim, delineamos a nova rotina da jornada, primeiro na mudança ocorrida na multinacional, com a implementação dos protocolos toyotistas, que significaram a automação das costureiras e um contínuo

processo de precarização do trabalho, com aumento da intensidade de produção e do controle exercido pela empresa.

Nesse mesmo período, temos a ampliação das micro e pequenas empresas, que não foram criadas a partir de um processo de terceirização, e do trabalho em domicílio. As micro e pequenas empresas adaptaram-se ao modelo toyotista e instituíram o que chamamos de sistema de produção extra-rodízio, o que significa o trabalho polivalente e o recebimento de um bônus salarial a partir do cumprimento das metas de produção, quase nunca alcançadas, segundo o relato das costureiras. Além disso, a produção é chamada de *self-service* e, portanto, demonstra mais uma adequação da racionalização produtiva toyotista, através da técnica de controle de estoque chamada *just-in-time* e da ideia de produção enxuta.

O trabalho nessas micro e pequenas indústrias já nasceu precário e se constitui como a nova condição operária local. O que definimos como uma regime despótico de trabalho, que mantém o intenso controle sobre o corpo e o tempo das operárias. Frisamos que algumas empresas tentam estabelecer dispositivos de produção com o consentimento das operárias.

Na multinacional e em outras médias empresas, houve uma mudança do trabalho individualizado para o trabalho em célula. Isso significou a instauração da polivalência, juntamente com a produção *just-in-time* e o desenvolvimento do campo da moda. As costureiras, além de serem obrigadas a trabalhar em diversas máquinas de costura, são obrigadas a se adaptar aos diferentes materiais determinados pelos eventos de moda nacionais e internacionais. No mercado informal, temos o trabalho em domicílio, no qual as operárias recebem seu pagamento por peça, o que configura mais uma pressão sobre o valor dos salários.

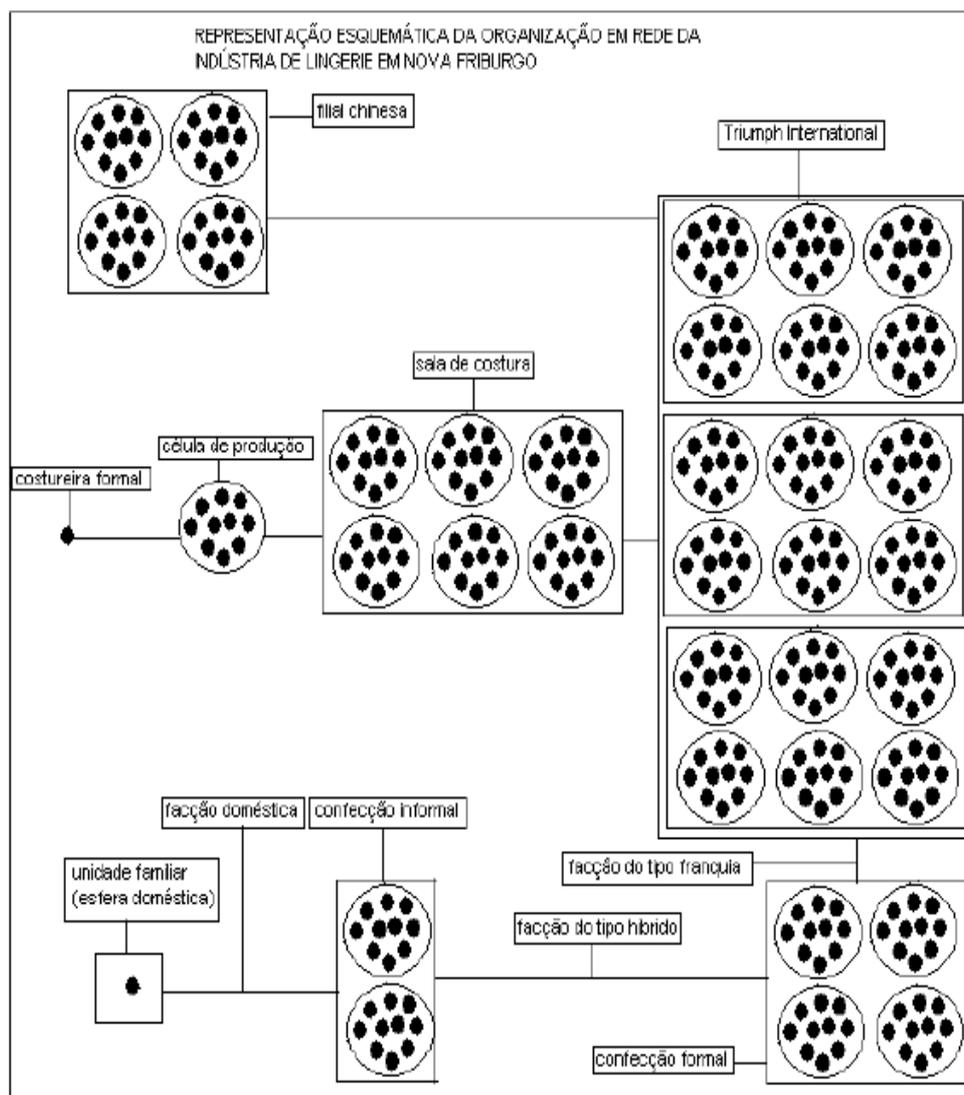
Entretanto a adaptação do modelo toyotista é limitada pelo fato de não haver um mercado interno de trabalho que possibilite a segurança de permanência ou a mobilidade vertical em busca de melhores salários.

Assim, percebemos uma espécie de mobilidade horizontal, onde o trabalho em domicílio e a dupla jornada são uma estratégia operária para aumentar os ganhos salariais, tendo em vista as condições despóticas das empresas e a combinação entre elementos toyotistas e tayloristas. Muitas costureiras pedem demissão como tentativa de resistir aos péssimas condições de trabalho a que estão submetidas. As organizações da classe burguesa, regional e local, tentam estimular a ideia de um envolvimento dos trabalhadores a partir das cópias de técnicas de gestão. Entretanto a própria situação de aglomeração setorial, com base

neste regime de exploração limita tais possibilidades. O novo (e precário) mundo do trabalho aumentou a exploração e tem piorado continuamente a condição de saúde dessas costureiras.

Percebemos uma vinculação entre o regime de exploração local, o despotismo fabril, e regime de acumulação flexível. O controle do trabalho com introdução de técnicas toyotistas nas confecções, o avanço de micro e pequenas empresas e a expansão do trabalho em domicílio integram de maneira precárias as novas contingentes de operárias.

No terceiro capítulo, analisamos as situações de resistência e colaboração das operárias friburguenses. Vimos a experiência das lutas operárias do setor têxtil e do vestuário a partir dos anos 1980, quando havia a mobilização dos tecelões em torno da manutenção do emprego nas fábricas que fecharam e naquelas que diminuíram o número de operários. As ações proletárias de resistência estavam dentro dos limites da própria reprodução social dos trabalhadores. Ou seja, ocupação das fábricas para manutenção dos empregos. Os conflitos travados ao longo dos anos 1980 e 1990 estavam inseridos no aumento da militância sindical, com o surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do próprio Partido dos Trabalhadores (PT). Na medida em que a CUT e o PT passaram a uma nova estratégia político-sindical no início dos anos 1990, chamado de sindicalismo propositivo, houve um contínuo decréscimo da luta sindical têxtil na cidade. Aqui é importante frisar as características específicas da luta sindical nesse setor industrial, que apresenta uma grande dispersão da cadeia produtiva, ao contrário, por exemplo, da indústria automobilística.



Esquema retirado de Santo (2009)

Por sua vez, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Vestuário de Nova Friburgo travou uma luta muito particular com a multinacional instalada na cidade, o que, de determinada forma, diminuiu a tensão com o sindicato patronal e com as outras indústrias. Isso porque o acordo entre os sindicatos não é aceito pela Filó/Triumph, que negocia em separado o reajuste salarial, através de ameaças de perda de benefícios sociais. Além disso, o fato de a maioria das empresas pagarem um extra às operárias induz as costureiras a não se engajarem na luta sindical, tendo em vista que o aumento negociado com o sindicato é menor que o bônus, em grande parte dos casos.

A situação de despotismo industrial em boa parte das fábricas, de controle do trabalho através da vigilância e os baixos salários provocam a procura pelo trabalho em domicílio como uma espécie de libertação, um refúgio do regime de exploração, assim como a possibilidade de não ter uma pessoa no controle ou na vigilância é vista de maneira positiva pelas trabalhadoras. Além disso, como as mulheres são responsáveis pelo cuidado com os filhos, a possibilidade de estarem próximas destes é considerada por elas muito importante.

O pedido de demissão das confecções é um técnica de resistência ao regime despótico, entretanto as costureiras tem ingressado no trabalho em domicílio, pago por peça, e sendo reincorporadas, mais precarizadas, no regime de acumulação flexível. Essa situação provoca a criação de novas facções e, portanto, o desenvolvimento de novas formas de dominação entre os próprios trabalhadores. Essas duas situações, o conflito com a multinacional e o trabalho em domicílio, são formas de pressionar o rebaixamento dos salários e se constituem a característica da reestruturação produtiva local.

Procuramos analisar a reestruturação produtiva do trabalho a partir das ações e conflitos, da luta econômica, vivenciados no local de trabalho pelas operárias costureiras de Nova Friburgo. A aglomeração setorial, chamada de Polo de Moda Íntima pela classe burguesa local, é baseada em regime de exploração despótico fabril que se vincula ao regime de acumulação.

Neste sentido, a técnica de resistência das costureiras como o pedido de demissão é bastante contraditória na medida em que a necessidade da sobrevivência, de reprodução doméstica, leva na grande maioria das vezes essas operárias ao trabalho domiciliar. Se por um lado demonstra a capacidade política em suas formas de resistência, mesmo que difusas, dissimuladas e individuais, por outro lado, a estratégia de reprodução as levam a reintegração precarizadas no mercado de trabalho.

Por outro lado, as costureiras que trabalham com organização por células encontraram uma maneira de diminuir a pressão, na medida em que elas próprias organizam as células de acordo com a capacidade de cada uma, ao mesmo tempo que já perceberam que a introdução deste mecanismo tinha como objetivo provocar o auto-controle da produção.

Portanto, o surgimento e a posterior organização do regime de exploração da cidade fazem parte da intensidade da luta de classes. As estratégias de resistência dos operários e operárias se inserem dentro das possibilidades de resistência ou mudança social local relacionadas dialeticamente com as condições políticas, econômicas e sociais nacionais e

internacionais. Mesmo as formas de dominação horizontal, nesse caso empregadas através de facção, como a constituição de micro e pequenas empresas por parte de ex-operárias, são consequência da combinação de ações e reações desencadeadas pela luta de classes.

Assim, a reestruturação produtiva local se desenvolveu a partir dos conflitos de classe no ambiente de trabalho, dentro de uma estrutura social local, como um forte segmentação do mercado de trabalho por gênero e geracional, como demonstrou Santo (2008). Esta situação propiciou a incorporação de elementos neoliberais e toyotistas, como a ideologia do empreendedorismo estimula a formação de micro e pequenas empresas.

Por sua vez, estas micro e pequenas empresas se adaptaram ao modelo neoliberal, e acabaram por formar milhares de célula locais, ou seja, as microempresas são verdadeiras células de produção dispostas de modo a atender um mercado *self-service*. As trabalhadoras domiciliares são parte de células acionadas de forma direta ou por meio de facções, de modo a atender as demanda quando necessário. O que, de certa maneira, aponta para uma característica da organização industrial em rede e demonstra o caráter de fragmentação sistêmica, apontado por Alves (2000), no processo de reestruturação produtiva. Assim, as heterogêneas relações de trabalho locais, formais, informais, semidomiciliares e domiciliares, com base em um regime de exploração despótico se integram ao regime de acumulação de flexível.

Por outro lado, o isolamento da ocupações da fábrica Ypu para manutenção de postos de trabalho é em boa parte determinado pelo modelo ação sindical social democrata. Como indica Bihl (1998) este modelo de movimento relega a luta econômica a segundo plano, a transformando em contingente de apoio para a luta política exercida pelo partidos políticos. No caso brasileiro, a experiência mais recente está vinculado a CUT e o PT. Neste sentido, a ações operárias de luta econômica estavam limitadas pelas ações políticas legais dentro do quadro institucional burguês. Na medida que o principal partido que atuava dentro da CUT, o PT, abandonou mesmo a variante reformista, as estratégias operárias, como ocupações de fábricas, ficaram limitadas, uma vez que não havia interesse partidário político em promover políticas para este setores, como demonstra a Política de Desenvolvimento Produtivo lançado pelo Ministério de Desenvolvimento. Indústria e Comércio ainda no governo Lula (2003-2010). Além desta situação, como indica Silver (2005) o fato de setor têxtil e de vestuário não ter o grau de automatização das indústrias automobilistas apresenta uma necessidade de maior militância por parte dos operários.

Por fim, analisamos a reestruturação produtiva em Nova Friburgo a partir da luta econômica, dos conflitos no ambiente de trabalho, do ponto de vista e da análise das ações realizadas pelas operárias. Assim, foi possível perceber as péssimas condições de trabalho, através do sistema extra-rodízio, a expansão das micros e pequenas empresas do trabalho e do trabalho domiciliar como características da própria mudança social resultado da luta de classe.

Bibliografia

ABREU, Alice Rangel de Paiva. **O avesso da moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. O complexo da moda no Rio de Janeiro. **Série Estudos Ciências Sociais (8)**. Rio de Janeiro: UFRJ-IFCS-PPGS-LPS, junho, 1995.

ABREU, A. R. de P. e SORJ, B. (orgs.) **O Trabalho Invisível: Estudos Sobre o Trabalho a Domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital - A nova degradação do trabalho na era da globalização**. São Paulo: Editora Praxis, 1999.

_____. **O Novo (e precário) Mundo do Trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Editora Boitempo, 2000.

AMBROSI, Dagmar & QUEIROZ, Maria de Fátima Ferreira. Compreendendo o trabalho da costureira: um enfoque para a postura sentada. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, 29 (109): 7-10, 2004.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. In: **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. São Paulo: Boitempo, 1997.

ARAÚJO, João Raimundo de. **Nova Friburgo: o processo de urbanização da Suíça-Brasileira (1890-1030)**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História, ICHF/UFF, 1992 (Dissertação de Mestrado).

_____. **Nova Friburgo: a construção do mito da Suíça brasileira (1910 – 1960)**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História, ICHF/UFF, 2003 (Tese de Doutorado).

_____, MAYER, Jorge Miguel (orgs). **Teia Serrana – Formação Histórica de Nova Friburgo**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.

BAKUNIN, Miguel. **Consideraciones filosóficas**. 2ª Edición cibernética, 2003a. Disponível em: <http://www.antorcha.net/> Acesso em: dez. 2008.

_____. **Estatismo e Anarquia**. São Paulo: Imaginário, 2003.

_____. **Federalismo, socialismo y antiteologismo**. 2ª Edición cibernética, 2003b. Disponível em: <http://www.antorcha.net/> Acesso em: set. 2010.

_____. **Oeuvres Complètes**. International Institute of Social History, Netherlands Institute for Scientific Information Services, Royal Netherlands Academy of Arts and Sciences, 2000. (CD-ROM)

BALANDIER, Georges. **Anthropologie Politique**. Paris: Presses Universitaires de France, 1967.

BEAUD, Stephane e PIALOUX, Michel. O “mundo operário sem classe operária”: diferenças dos tempos sociais e condição operária. In: **Dossiê Sociologia da Condição Operária. Tempo Social**, vol.18, nº 1, São Paulo, Jun. 2006.

_____. **Retour sur la condition ouvrière: enquête aux usines Peugeot de Sochaux-Montbéliard**. Paris: Fayard, 1999.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOITO, Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Crítica Marxista**, nº 3, São Paulo, Editora Brasiliense, 1996

_____. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, 4ª Edição.

BRITO, Jussara Cruz. **Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 16(1):195-204, jan-mar, 2000

BRUSCO, Sebastiano. “The Emilian Model: productive decentralisation and social integration.” **Cambridge Economic Journal**. v.6, n.2, 1982.

CAPECCHI, Vittorio. "La Economia Informal y el desarrollo de la especialización flexible en Emília Romagna". in: Alejandro Portes Ed. **La Economía Informal en los Países Desarrollados y en los menos avanzados**. Buenos Aires, Planeta Política y Sociedad, 1990.

CÂNDIDO, Vera Maria. **O coração da fábrica**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. In: SADER, Emir & SANTOS, Theotonio dos. (coord.); MARTINS, Carlos Eduardo & VALENCIA, Adrian Sotelo. **América Latina e os desafios da globalização**. Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

CARCANHOLO, M. D.; AMARAL, Marisa Silva. Acumulação capitalista e exército industrial de reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes. **Revista de Economia**. Curitiba, v. 34, p. 163-181, 2008.

CARNEIRO, Maria José & ROCHA, Betty Nogueira. Limites e possibilidades da construção de “territórios de desenvolvimento” na região serrana do Rio de Janeiro. In: CAZELLA, Ademir *et al.* **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Maud X, 2009.

- CARNEIRO, Maria José. Trabalho, “ajuda” e disputas: uma etnografia das confecções de lingerie em domicílio rurais. **Estudos de Sociologia**. Araraquara, v.11, n.20, p.99-125, 2006.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A experiência do movimento operário**. Brasília: Editora Brasiliense, 1985.
- CASTRO, Pedro. **Sociologia do trabalho**. (Clássica e Contemporânea). Niterói: EDUFF, 2003.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização**. Rio de Janeiro: Editora Revan, Editora da UFRJ, 1994.
- CORRÊA, Helloisa Sersedello. **A industrialização de Nova Friburgo**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História ICHF/UFF, 1986 (Dissertação de Mestrado).
- COSTA, Ricardo da Gama R. **Visões do “paraíso capitalista”: hegemonia e poder simbólico na Nova Friburgo da república**. Niterói: Programa de Pós - Graduação em História ICHF/UFF, 1997 (Dissertação de Mestrado).
- EMRICH, Victor. **Trabalho, greves e futebol. Luta, identidade e sociabilidade na formação da classe trabalhadora friburguense (1911 – 1933)**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História, UFF, 2007 (Dissertação de Mestrado).
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FERREIRA, Andrey Cordeiro. Cap. Ordem e anarquia na Sociologia: percepções da mudança social e luta política. **Tutela e resistência indígena: etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro**. Rio de Janeiro: UFRJ/MN-PPGAS, 2007 (Tese de Doutorado).
- _____. Trabalho e Ação: o debate entre Bakunin e Marx e sua contribuição para uma sociologia crítica contemporânea. **Em Debate: Revista Digital**, ISSN 1980-3532, Florianópolis, n. 4, p. 1-23, 2010. 23
- FERREIRA, M. S. **A formação de redes de conhecimento nas indústrias metal-mecânica e de confecções de Nova Friburgo**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008. (Dissertação de Mestrado).
- FIORI, José Luis. **O sistema interestatal capitalista**. In: FIORI, José Luis, MEDEIROS, Carlos & SERRANO, Franklin (Org.) **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro, Editora Record, 2008
- FILGUEIRAS, Luiz. **História do plano real: fundamentos, impactos e contradições**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003

FRANK, André Gunder. **Do subdesenvolvimento capitalista**. Tradução José Antônio Mendonça e Manuela Couto. São Paulo: Martins Fontes, 1971.

_____. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

GARZA, Enrique de la. **Reestructuración Productiva, Empresas y Trabajadores en México**. Cidade do México: STyPS, en edición con el FCE, 2006.

GAZZONA, Raquel da Silva. Trabalho feminino na indústria do vestuário. **Educação e Sociedade**. Ano XVIII, nº 61. Campinas/SP: Unicamp, Dezembro/97.

GEREFFI, Gary. Competitividade e redes na cadeia produtiva do vestuário na América do Norte. **Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho**, ano 4, n. 6, p. 101-127, 1998.

GONÇALVES, Reinaldo. **Desestabilização macroeconômica e dominação do capital financeiro no Brasil**. En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. Buenos Aires: CLACSO, Agosto 2006. In: <http://www.clacso.org.ar/biblioteca>. Acessado em Julho de 2008.

GORZ, André. **Crítica da divisão do trabalho (coletivo)**. Trad. Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e fordismo**. Trad. Gabriel Bogossian. Notas. Alvaro Bianchi. São Paulo: Hedra, 2008

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 6ª Ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HASENCLEVER, L. *et al.* Estratégia de inserção das incubadoras no desenvolvimento regional: o caso do Núcleo de Desenvolvimento e Difusão Tecnológica em Nova Friburgo. **Anais do X Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas**, Belém, 2000.

_____. Desenvolvimento regional e governança: Uerj exercendo o papel de Hub em Nova Friburgo. **Anais do XIII Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas**, pp. 387-396, Brasília, 2003.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena & KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

HIRSCHMAN, Albert. **Grandeza e Decadência da Economia do Desenvolvimento**. In: A.O. Hirschman. *A Economia como Ciência Moral e Política*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986

_____. Auto-subversão – teoria consagradas em Xeque. S. Paulo: Cia. Letras, 1996. Caps 3,12 19 e 20.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. 4a edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

JINKINGS, Isabella. **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho na indústria têxtil catarinense**. Santa Catarina: Programa de pós-graduação em Sociologia Política, UFSC, 2002 (Dissertação de Mestrado).

KELLER, Paulo Fernandes Keller. **Impactos da Globalização Econômica sobre a Cadeia Têxtil Brasileira: O caso do pólo têxtil de Americana (SP)**. Revista Universidade Rural. Série Ciências Humanas, v. 28, p. 59-77, 2006a.

_____. **Cotidiano operário & Complexo fabril: Fábrica com vila operária em Paracambi-RJ**. Enfoques (Rio de Janeiro). Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 1-14, 2006b.

LEITE, Patrícia Campos et All. A mulher trabalhadora de enfermagem e os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho. **Revista Escola de Enfermagem USP, 2007, 41(2): 287-91.**

LÊNIN, Vladimir. **O imperialismo, fase Superior do capitalismo**. São Paulo: Editora Centauro, 2002.

LEITE LOPES, José Sérgio. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo: Marco Zero em co-edição com UnB e MCT/CNPq, 1988.

LIMA, Jacob Carlos. Novas formas, velhos conteúdos: diversidade produtiva e emprego precário na indústria do vestuário. **Política & Trabalho (15): 121-139**. João Pessoa: UFPB, setembro de 1999.

_____. Trabalho, família e mobilidade social: um estudo sobre sociabilidade operária. **Caderno CRH n. 24/25: 123-153**. Salvador: UFBA, 1996b.

MARGLIN, Stephen. As origens e funções do parcelamento das tarefas (para que servem os padrões?). In: GORZ, Andre (org). **Crítica da divisão do trabalho**. Trad. Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARINI, Ruy Mauro. Cap. La superexploración del trabajo. **Subdesarrollo y revolucion**. México: Siglo Veintiuno Editores S.A, 1972, 4ª Edição.

_____. **Dialética de la dependencia**. México: Editora Era, 1991.

MARTINS, Carlos Eduardo. **A superexploração do trabalho e a economia política da dependência**. In: SADER, Emir & SANTOS, Theotonio dos. (coord.); MARTINS, Carlos Eduardo & VALENCIA, Adrian Sotelo. **América Latina e os desafios da globalização**.

Ensaio dedicado a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

MARX, Karl. **O Capital. O processo da produção do capital - volumes 1 e 2.** São Paulo: Civilização Brasileira, 2008.

MAYER, Jorge Miguel. **Raízes e crise do mundo caipira: o caso de Nova Friburgo.** Niterói: Programa de Pós Graduação em História, do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense (UFF), 2003 (Tese de Doutorado).

MENEZES, Paula Cristina Santos **"Trabalho e Identidade em uma cooperativa de produção na cidade de Nova Friburgo, RJ"**. Rio de Janeiro: UFRJ/CFCH/IFCS-PPGSA, 2008. (Dissertação de Mestrado)

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital.** São Paulo, Boitempo Editorial, 2009.

Ministério da Saúde (Brasil). LER, DORT, dor relacionada ao trabalho – protocolos de atenção integral à saúde do trabalhador de complexidade diferenciada. In: **Área de saúde do trabalhador**, 2006. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/trabalhador/pdf/protocolo_ler_dort.pdf>. Acesso em: 12 de setembro de 2010.

OSORIO, Jaime. **Dependência e superexploração.** In: SADER, Emir & SANTOS, Theotonio dos. (coord.); MARTINS, Carlos Eduardo & VALENCIA, Adrian Sotelo. **América Latina e os desafios da globalização.** Ensaio dedicado a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

PIORE, MICHAEL J. & SABEL, CHARLES F. **Les Chemins de la Prosperité . De la production de masse à la spécialisation souple.** Paris: Hachette, 1989.

RIZEK, C. S. e LEITE M. de P. Dimensões e representações do trabalho fabril feminino. **Cadernos Pagu** (10). Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 1998, pp.281-307.

SANTO, Wecisley Ribeiro do Espírito. **Trabalho, gênero e lingerie: tradição e transformação nas trajetórias das costureiras de roupas íntimas de Nova Friburgo-RJ.** Rio de Janeiro: UFRJ/MN-PPGAS, 2008. (Dissertação de Mestrado)

SENGENBERGER, Werner; PIKE, Frank. **Distritos e sistemas de pequena empresa na transição.** In: URANI, André et al. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999

SILVA, Selmo Nascimento. **O sindicalismo brasileiro diante da reestruturação produtiva e da legalização das centrais sindicais.** Rio de Janeiro: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009 (Apresentação de Trabalho)

SILVER, Beverly J. **Forças do trabalho movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870**. São Paulo:Boitempo Editorial, 2005.

SOTELO, Adrian V. **Neo-imperialismo, dependência e novas periferias na economia mundial**. In: SADER, Emir & SANTOS, Theotonio dos. (coord.); MARTINS, Carlos Eduardo & VALENCIA, Adrian Sotelo. **América Latina e os desafios da globalização**. Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

TEIXEIRA, Renato Cortes. **A formação do Pólo de confecção em moda íntima em Nova Friburgo**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Economia, UFF, 2004 (Dissertação de Mestrado).

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Editora Polis, 1987.

Sites Pesquisados

www.abit.com.br

www.arp.com.br

www.avozdaserra.com.br

www.fashionbusiness.com.br

www.fashionrio.com.br

www.iprj.uerj.br

www.intimafriburgo.com.br

www.revistafator.com.br

www.salaolingeriebrasil.com.br

www.sebrae.com.br

www.textilia.net

